



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

ISSN 0011-7641

Ano CIV – Nº 832 – 1º quadrimestre de 2017

REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA 200 ANOS



A viabilidade do assalto aeroterrestre p.40

ARLINDO JOSÉ DA CRUZ NETO

O Exército como ferramenta no combate ao terrorismo internacional p.59

ANDRÉ LUIZ DE MELO FRANCO

O conflito colombiano e suas implicações para o Exército p.73

HENRIQUE VIDAL LOPEZ PEDROSA



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

A DEFESA NACIONAL

Editor

Alexandre Moreno dos Santos

Corpo Redatorial

Richard Fernandez Nunes (presidente)
Carlos Eduardo De Francis Ramos
José Maria da Mota Ferreira
Reinaldo Nonato de Oliveira Lima
Ricardo Ribeiro Cavalcanti Baptista
Fernando Velôzo Gomes Pedrosa (Relator)
Carlos Eduardo de Moura Neves
Túlio Endres da Silva Gomes

Composição

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
Praça Gen. Tibúrcio, 125
Praia Vermelha – Rio de Janeiro-RJ – CEP 22.290-270
Tel.: (21) 3873-3868

Revisão

Jorge Rodrigues Lobato

Diagramação

Julia Duarte
juliaduarte@gmail.com

Impressão

Globalprint

Direção, edição e distribuição BIBLIX

Palácio Duque de Caxias
Praça D. de Caxias, 25 – 3ª andar – Ala Marçílio Dias
Centro – Rio de Janeiro-RJ – CEP 20.221-260
Tel.: (21) 2519-5711 – Fax: (21) 2519-5569
www.bibliex.ensino.eb.br

Os conceitos técnico-profissionais emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da revista e do Exército Brasileiro. A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.

Aceita-se intercâmbio

com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser **enviados para a ECEME** (adefesanacional@gmail.com)

e serão apreciados para publicação, sempre que atenderem os seguintes requisitos:

documento digital compatível com o programa Microsoft Word®, formato A4, fonte Arial 12, margens de 3cm (E) e 2,5cm (D), entrelinhamento 1,5.

As figuras deverão ser fornecidas em separado, com resolução mínima de 300dpi.

As referências, **sob exclusiva responsabilidade dos autores**, devem ser elaboradas de acordo com as prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL

A venda de números avulsos
será feita na Administração:
Tel.: (21) 2519-5715

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

Redatores — Primeiros Tenentes: BERTHOLDO KLINGER, ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO e J. DE SOUZA REIS

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Anno I

SUMMARIO Editorial. PARTE JORNALÍSTICA. O Effectivo e a organização do Exército. Subsidios táticos. — A instrução de nossa infantaria em face dos actuaes effectivos. Carros de munição para a infantaria e metralhadoras. — Commando do grupo de artilharia em combate. — A machina automatica de carregar cartuchos. Correntes taticas na artilharia franceza. NOTICIÁRIO. — A parada de 7 de Setembro. Mado hipico. — O desenvolvimento progressivo do exercito allemão. Reorganização da Guarda Nacional. Equipamento aligerado pelo abandono da mochila. Stereophotogrametria. — Arrelamento para a cavallaria. O abaloamento do "Guarani". — Questões à margem. — A Defesa Nacional. O ensinamento da guerra dos Dakhans sobre artilharia. A infantaria japonesa. Colaboração. BIBLIOGRAPHIA: Os intermediarios elasticos e a tracção animal. Exercicios de quadros e sobre a carta para a arma de infantaria. — Livros francezes e allemães.

Fac-Símile da portada do Nº 1, Ano I – 10/10/1913 de **A DEFESA NACIONAL**



NOSSA CAPA

Homenagem aos 200 anos
da Revolução Pernambucana.

Bênção das bandeiras da Revolução de 1817.
Óleo sobre tela de Antônio Diogo
da Silva Parreiras (1860-1937).
Acervo do Arquivo Público do Recife.
(Reprodução obtida na Wikipédia® – domínio público.)

Diagramação: Julia Duarte



EDITORIAL

Os Estados Unidos têm um novo presidente desde o dia 20 de janeiro deste ano. A despeito de todos os prognósticos em contrário, Donald Trump — o megaempresário da construção civil, da hotelaria e do entretenimento — venceu as eleições de 2016. As primeiras avaliações da maioria dos políticos, analistas e jornalistas tendiam para o ceticismo e a incredulidade em relação à capacidade de o vencedor das eleições mais improváveis da história americana conduzir com sensatez os destinos da maior potência militar e econômica do globo. Em sentido contrário, o primeiro artigo desta edição de *A Defesa Nacional*, de autoria do desembargador federal Reis Friede, examina *A nova política de defesa dos EUA sob o comando de Donald Trump*, como o lançamento de um novo paradigma, que o autor caracteriza como de *prestação de serviços de defesa*. Esse novo paradigma implica o compartilhamento mais justo dos elevados custos de manutenção das diversas alianças militares, no qual os gastos correspondam aos benefícios alcançados por cada um dos membros das alianças militares e pela comunidade internacional.

O artigo seguinte, do major Wilson da Rosa Campos, aborda *As operações interagências na Copa do Mundo de 2014 no Recife*. O propósito do artigo é coligar e consolidar as lições aprendidas pelas Forças Armadas e demais órgãos envolvidos na realização de grandes eventos, garantindo a segurança do ambiente e a perfeita coordenação das diversas atividades de apoio ao desenrolar da programação.

O artigo *A cultura estratégica brasileira na atualidade*, do major Paulo Vladimir Sousa da Silva, procura contextualizar o conceito de cultura estratégica com a realidade atual do Brasil. Para tanto, analisa as influências da geografia e da história — particularmente da história militar — como fatores constituintes na formação da cultura estratégica brasileira.

O artigo *A Operação Northern Delay e a viabilidade do assalto aeroterrestre*, do tenente-coronel Arlindo José da Cruz Neto, discute a exequibilidade de operações aeroterrestres nos dias atuais, a partir do caso histórico recente da Operação Northern Delay, lançada pelo Exército dos Estados Unidos no norte do Iraque durante a invasão daquele país, em 2003. Também leva em conta o êxito das forças paraquedistas francesas no Mali em 2013, durante a Operação Serval, lançada para conquistar o aeroporto de Timbuktu.

O major Renato Fróes Medina, por sua vez, nos traz o artigo *A importância do estudo do Pensamento Crítico na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército*, no qual o autor analisa a implantação dessa disciplina nos cursos de altos estudos militares da ECEME. O artigo destaca que o adequado domínio da argumentação, persuasão, falácia, lógica, indução, plausibilidade, virtudes e males de linguagem, entre outros, é ferramenta fundamental para os futuros assessores e líderes militares.

Atento à questão do terrorismo, o major André Luiz de Melo Franco contribui com o artigo *O Exército Brasileiro como ferramenta no combate ao terrorismo internacional no Brasil*. O autor entende que os conflitos assimétricos e não lineares dominarão os cenários no século XXI e que as ameaças aos estados vêm de dentro dos próprios estados, envolvendo atores não estatais. Sua proposta é de que a adequada instrução de todo o efetivo do Exército na identificação de potenciais ameaças terroristas, na administração das consequências pós-ataque e no apoio a tropas de operações especiais com missão específica de combate ao terrorismo, permitirá ao país contar com um efetivo considerável de militares aptos a participar das ações de prevenção e combate ao terrorismo.

O artigo do major Henrique Vidal Lopez Pedrosa trata sobre *O conflito colombiano e suas implicações para o Exército Brasileiro*, alertando para as consequências das ações dos grupos rebeldes colombianos e suas ligações com organizações criminosas brasileiras. Para fazer frente a essa ameaça, o autor propõe o trabalho interagências, a fim de potencializar as ações do Estado e alcançar o objetivo de sufocar o narcotráfico

no Brasil. Dentre as ações em andamento, o autor destaca a implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) e a realização de operações interagências para prevenir e reprimir a ação de criminosos na faixa de fronteira, como a Operação Ágata, desenvolvida desde 2010.

Com o texto *A pré-história da ciência e tecnologia no Exército: o século XIX*, o historiador Adler Homero Fonseca de Castro oferece aos leitores de *A Defesa Nacional* mais uma valiosa contribuição sobre a História Militar brasileira. Esse artigo incursiona pela História (ou pré-história) da tecnologia militar no Brasil, abordando as dificuldades de pesquisa impostas à colônia americana pela coroa portuguesa; a ação da Comissão de Melhoramentos do Material do Exército, criada em 1849; e o virtual abandono da pesquisa no final do século XIX. Além de ser um alerta sobre a importância do desenvolvimento científico e tecnológico no campo militar, o artigo adverte para o cuidado com a preservação da memória institucional do Exército, por meio de seus acervos documentais e museológicos.

Fechando esta edição, o tenente-coronel Túlio Endres da Silva Gomes nos oferece a resenha do livro *A vingança da Geografia*, de Robert D. Kaplan, analista geopolítico da empresa Stratfor de consultoria e inteligência global. O foco da obra é a importância primordial dos fatores fisiográficos como condicionantes da geopolítica mundial, aspecto que havia sido esquecido após o término da Guerra Fria.

Fazemos votos de que esta edição ofereça elementos para a reflexão dos estudiosos das questões de segurança e defesa nacional e seja útil para respaldar a tomada de decisão dos líderes políticos e militares a cargo da administração militar do Brasil.

Desejamos a todos uma excelente leitura!

SUMÁRIO

A nova política de defesa dos EUA sob o comando de Donald Trump: e o novo paradigma da prestação de serviços de defesa	5
<i>Reis Friede</i>	
As operações interagências na Copa do Mundo de 2014 no Recife.....	15
<i>Wilson da Rosa Campos</i>	
A cultura estratégica brasileira na atualidade	29
<i>Paulo Vladimir Sousa da Silva</i>	
A Operação Northern Delay e a viabilidade do assalto aeroterrestre	40
<i>Arlindo José da Cruz Neto</i>	
A importância do estudo do Pensamento Crítico na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.....	49
<i>Renato Fróes Medina</i>	
O Exército Brasileiro como ferramenta no combate ao terrorismo internacional no Brasil	59
<i>André Luiz de Melo Franco</i>	
O conflito colombiano e suas implicações para o Exército Brasileiro	73
<i>Henrique Vidal Lopez Pedrosa</i>	
A pré-história da ciência e tecnologia no Exército: o século XIX	81
<i>Adler Homero Fonseca de Castro</i>	
Resenha de obra: <i>A vingança da Geografia</i>, de Robert D. Kaplan	97
<i>Túlio Endres da Silva Gomes</i>	

A nova política de defesa dos EUA sob o comando de Donald Trump

E o novo paradigma da prestação de serviços de defesa

Reis Friede *

Muito se tem questionado a respeito de como foi possível a vitória eleitoral de Donald Trump sobre sua rival (e amplamente favorita candidata do Partido Democrata) Hillary Clinton.

A primeira, e mais importante, explicação reside no fato de que, embora não deversem, a grande maioria dos jornalistas especializados na cobertura eleitoral norte-americana confundiram suas *preferências pessoais* com a *análise isenta* que estavam, por dever de ofício, obrigados a realizar, comprometendo o ofício jornalístico *imparcial* e *impessoal* dos fatos¹ e, mais do que isso, revelando as (muitas vezes) inconfessáveis diferenças entre as denominadas *opinião pública* e *opinião do público*.²

A segunda, e não menos importante, explicação repousa no reconhecimento de que o *modelo de globalização*, resultante do pós-guerra, atingiu o seu completo exaurimento, assim como a sua correspondente política de defesa, conduzida pela potência estadunidense e ainda ancorada em arcaicos postulados da Guerra Fria, igualmente atingiu seu *esgotamento*, o que foi muito bem captado pela equipe de Donald Trump.

Destarte, não há como deixar de reconhecer que um novo paradigma nas relações internacionais se impôs à revelia da visão míope e distorcida de Barack Obama, que, neste contexto analítico, sempre transpareceu, durante os oito anos de seu mandato presidencial, desejar ressuscitar (ainda que inconscientemente) os postulados fundamentais de um período já completamente ultrapassado.³

A verdade é que a *realidade da geopolítica global* se afirmou por si mesma, sepultando, em definitivo, antigas e ultrapassadas crenças sobre as quais a Administração Obama insistia em se apoiar, através de sua dissonante política externa, notadamente em suas (desastrosas) relações com os russos e chineses.

A própria arquitetura da OTAN, concebida nos primórdios da Guerra Fria e simplesmente relegada a uma simplória (e persistente) *continuidade temporal*, não contou com a necessária flexibilidade para se reinventar, mesmo após o colapso da União Soviética e o fim daquele marcante período histórico. Muito ao contrário, — e em absoluto descompasso com a dinâmica dos novos

* Desembargador federal vice-presidente do TRF/2ª Região, professor emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e professor *honoris causa* da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR).

tempos —, a maior Aliança Militar do planeta continuou o seu equivocado processo de expansão sobre o leste do Continente Europeu, incorporando, inclusive e à revelia dos acordos informais que foram celebrados com antiga potência rival, os velhos adversários integrantes do Pacto de Varsóvia, ignorando, de forma, no mínimo, negligente e irresponsável, os novos *desafios transnacionais*, concebidos, em última análise, pelo *jihadismo islâmico radical* e materializados por intermédio das chamadas *guerras irregulares de quarta geração*, o que, a toda evidência, restou muito bem comprovado pelo relativo insucesso da OTAN na guerra do Afeganistão.

Nesse contexto, não há como deixar de reconhecer que a nova política de defesa dos EUA, sob a inovadora administração Trump, necessariamente revolucionará, por absoluta imposição dos fatos, as relações da *maior potência econômica e militar* do planeta com seus aliados, impondo aos mesmos (ainda que com algum atraso) a nova realidade inaugurada com o advento do século XXI, além de também passar a considerar, com renovado realismo, o novo desenho geopolítico mundial, levando em consideração a *ascensão econômica e militar* das novas potências emergentes (e seu correspondente “peso geopolítico”) *vis-à-vis* o ocaso das outrora potências tradicionais.

Neste diapasão analítico, a principal novidade que se desenha no horizonte será tornar mais evidente a todos os principais atores globais e, em especial, aos aliados dos EUA, o incontestado fato de que os mesmos dependem muito mais das diversas alianças militares e dos dispendiosos sistemas defensivos existentes do que vice-versa, na

exata medida em que a concepção *ortodoxa* de *deterência estratégica* estadunidense encontra-se muito bem consolidada (independentemente de seu vasto arsenal nuclear de alcance global) através de seu extraordinário *poderio convencional* de alta tecnologia, — seja na modalidade *contensiva* (de guerra *preventiva* ou *reativa*), ou em sua forma *dissuasiva* —, conforme efetivamente se comprovou na Primeira Guerra do Golfo em 1991.

Nesse compasso, vale lembrar que, se no passado a realidade da Guerra Fria impunha os interesses convergentes de defesa coletiva contra o potencial (e comum) agressor soviético, fazendo com que uma aliança militar (ampla) interessasse ser financiada preponderantemente pelos norte-americanos (até mesmo em função de seu peso econômico relativo), a nova realidade do século XXI permite concluir, ao reverso, que os tradicionais aliados do passado necessitam muito mais da assistência militar estadunidense, para suas específicas e peculiares demandas de defesa no presente, do que o mesmo necessita de seus aliados para tanto, inaugurando, desta feita, uma nova (e inédita) noção de “prestação de serviço de defesa” (independentemente do *nome* ou *designação técnica* que venha a ser utilizada), através de uma correspondente (e obrigatória) contrapartida “remuneratória”, a exemplo de qualquer outra forma convencional de prestação de serviços internacionais.

Não obstante as primeiras declarações de Trump no sentido de que o Japão, a Coreia do Sul e os demais aliados dos EUA deveriam desenvolver uma força militar própria e suficientemente poderosa, inclusive com o desenvolvimento de *arsenais nucleares*

próprios, resta evidente que tal estratégia não interessa, em nenhuma hipótese, à segurança nacional estadunidense, posto que uma *expansão proliferativa dos arsenais nucleares*, em escala global, representaria romper não somente com um dos pilares em que se assenta a superioridade militar (relativa) dos EUA, como ainda tornaria muito mais frágil a segurança internacional com consequências impensáveis, ao mesmo tempo em que, de outra parte, não seria minimamente vantajosa, sob a ótica econômica, aos atuais aliados norte-americanos, construir grandes, complexas e dispendiosas *estruturas defensivas*, quando poderiam simplesmente *pagar* (através de novos mecanismos de gerenciamento de custos) por estes mesmos serviços, particularmente se considerarmos que os EUA detém, em grande medida, os meios militares adequados (e plenamente operacionais e corretamente alocados) para garantir as suas respectivas necessidades de defesa a curto, médio e longo prazos.

Ainda que a ideia de melhor comparar os elevados custos de manutenção das diversas alianças militares e, particularmente, as despesas com o estacionamento de tropas (e equipamentos) norte-americanas em países da OTAN (assim como na Coreia do Sul e em tantos outros aliados ocidentais) não se constitua propriamente em uma novidade — uma vez que tais reivindicações já existiam desde a década de 70 e, particularmente, na era Reagan (1981-88) —, a noção inovadora (e específica) de “contrapartida financeira *por prestação de serviços de segurança*” representa um incontestável *marco* nos acordos coletivos de defesa, inaugurando uma nova era nas antigas relações de alianças defensivas.

Trata-se, portanto, de um novo *paradigma* nas relações dos EUA com seus aliados, reafirmando, em grande medida, a máxima de Foster Dulles [secretário de Estado de Eisenhower (1953-59)], segundo a qual “os EUA não tem amigos, e sim interesses”. Na prática, isso significa romper com o *modelo atual*, em que praticamente os EUA financiam a quase totalidade dos custos relativos à defesa coletiva de seus aliados (no caso da OTAN, 72% dos custos totais, em contraposição à Alemanha, quarta maior potência econômica do planeta, com 4,5%), para *inaugurar uma nova forma de se relacionar com os atuais* (e também possíveis novos) *aliados*, fazendo-os suportar (efetiva e não apenas simbolicamente) os encargos econômicos, pagando, em última análise, pelo “guarda-chuva militar” que direta ou indiretamente os protege bem como custeando as *esquadras* (e as correspondentes *forças-tarefas*) que protegem as vias de navegação em todo o mundo e que, na ampla maioria dos casos, transcendem em muito os exclusivos interesses norte-americanos, embora seus custos sejam suportados quase que unicamente pelos contribuintes estadunidenses.

Nesse sentido, afiguram-se como exemplos marcantes a 5ª Esquadra, com sede no Bahrein, que assegura o fluxo do petróleo árabe (e do livre-comércio) para a Europa e outros países, através do Golfo Pérsico, Mar Vermelho e Mar da Arábia (incluindo toda a Costa Leste da África até o sul do Quênia), inclusive com patrulhas contra a *pirataria* em alto-mar nas proximidades do “Chifre da África”, com reforço da 6ª Esquadra, sediada no Mediterrâneo (com base em

Nápoles, na Itália), ou a 7ª Esquadra (e seus desdobramentos), com sede em Yokosuka, no Japão, que igualmente o faz na região do Oceano Índico e oeste do Oceano Pacífico, que desempenham serviços essenciais de defesa de interesses vitais *multilaterais* que, por absoluta e insustentável incoerência do atual modelo, não são financiados pelos seus maiores beneficiários, sejam os ricos países árabes exportadores de petróleo (como a Arábia Saudita, os Emirados Árabes Unidos, o Catar, o Kwait, Omã etc.), sejam os diversos países europeus e asiáticos que necessitam, muito mais do que os americanos, da manutenção (livre) das vias marítimas para o transporte do óleo do Oriente Médio e do Norte da África ou que também precisam, com muito maior intensidade, ver assegurada a liberdade de navegação para a entrega (exportação) de seus produtos manufaturados para esses mesmos países.

No Extremo Oriente, os diversos (e custosos) compromissos militares norte-americanos, celebrados em sua maioria através de acordos bilaterais, com a Coreia do Sul (onde se encontram 28.500 efetivos e a sede da 7ª Força Aérea, com esquadras aéreas dotadas com 40 F-16 C/D Fighting Falcon e 24 A-10 C Thunderbolt II, além de aviões U-2S, estacionados em duas bases aéreas — Osan e Kunsam), Japão (com 50.000 efetivos e sede da 5ª Força Aérea, com 22 F-16 C/D Fighting Falcon; 27 F-15 C/D Eagle; 15 KC-135R Stratotanker; 2 E-3B Sentry; 10 C-130H Hercules; 10 MC-130 J/H; além de outras aeronaves, organizadas em duas bases aéreas) e Formosa — sem aludir a outros países desprovidos de maiores potenciais econômicos, como as Filipinas —,

simplesmente são suportados quase à exclusividade pelo contribuinte norte-americano, ao arrepio do fato de estarmos diante de países extremamente prósperos, com ênfase no Japão, que se constitui na terceira potência econômica do mundo e que continua a dispor de um texto constitucional, fruto de contingências históricas do pós-guerra, que o coloca na cômoda posição de permanente usufrutuário do complexo (e extremamente oneroso) sistema defensivo estadunidense, sem praticamente nada contribuir, de substancial, em necessária contrapartida.⁴

Resta lembrar, por oportuno, que o presidente Donald Trump é reconhecidamente um hábil negociador e, certamente, será um excepcional condutor para a efetiva implantação de uma nova (e necessária) política de defesa dos EUA, que, acima de tudo, venha a considerar (preponderantemente) os interesses estadunidenses no contexto de uma *nova realidade de poder global*, em que a Rússia (a segunda potência militar do planeta)⁵ e a China (a terceira potência militar e a segunda economia do mundo) deixem de ser as antigas adversárias da era da Guerra Fria (que já se encerrou) para ser as principais parceiras — ante o reconhecido ocaso da Europa e do correspondente declínio de postura militar dos aliados tradicionais do passado —, no contexto do novo conflito mundial contra o *terrorismo contemporâneo*, de abrangência global, fundado no *jiadismo islâmico radical*, de feição transnacional (que se sustenta na heterodoxia das novas formas de guerra irregular de 4ª Geração) e que cada vez mais se afirma como o novo (e extraordinário) *desafio global* a ser superado pelo amplificado conceito de civilização ociden-

tal, agora a incluir os antigos adversários do passado, no Continente Eurasiano e na Ásia Oriental.

A palavra-chave, por conseguinte, é *redefinição* (de rumos), afigurando-se como uma necessária e imperiosa *alteração*, de cunho político-estratégico, dos fundamentos (e da própria *gramática geopolítica e polemológica*) em que se assentam as relações dos EUA com seus aliados tradicionais (assim como com o mundo em geral), em favor da defesa intransigente da absoluta primazia dos interesses estadunidenses, por intermédio do inevitável reconhecimento da nova realidade mundial.

Não se trata, todavia, como possa parecer à primeira vista, de um *recuo* quanto ao *protagonismo* norte-americano ou, em termos mais radicais, de um atestado de óbito para a Aliança Atlântica; mas, em sentido diametralmente oposto, de uma autêntica *renascença nacional* (semelhante àquela engendrada por Reagan e que conduziu à vitória dos EUA na Guerra Fria) através da *reconstrução* das bases da política de defesa dos EUA. É, portanto, ao contrário do que vêm afirmando alguns críticos (e mesmo detratores de Trump), uma genuína retomada da *liderança* (e de prestígio) estadunidense⁶ no mundo em bases *atualizadas* e, sobretudo em harmoniosa *simetria* com a realidade do século XXI.

O mundo definitivamente mudou, e não há mais como os EUA sustentarem sua política de defesa em ultrapassados postulados da Guerra Fria, que desconhecem a nova concepção geopolítica dos poderes estabelecidos e emergentes e sua correspondente *arquitetura*. Há, portanto, a necessidade de se reconhecer a existência (impositiva) de um novo tabuleiro geopolítico, em que a China passou a ser um *poder central emergente*, a Rússia, um *poder circumspecto estabelecido* (desejosa de ver respeitados os acordos celebrados no âmbito da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa – OSCE, quanto ao território de ex-repúblicas soviéticas),⁷ a Índia, um *poder circumspecto emergente*, e os aliados tradicionais, representados pela Alemanha, Japão, França e Reino Unido, apenas *poderes insulares estabelecidos*, ainda que o primeiro, com *viés ascendente*, o segundo, com *viés incerto*, e apenas os dois últimos, com *viés declinante*.

Donald Trump chegou, portanto, em um momento histórico e, ao que tudo indica, com a plena capacidade de *reinaugurar* o novo *protagonismo* norte-americano — fundado em novas bases e através de uma renomada *liderança* — no contexto do especial espectro da realidade das guerras *irregulares* de concepção *heterodoxa* contra o *jihadismo islâmico radical*, inerentes ao século XXI. 🌐

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ O ofício jornalístico, em especial nos países considerados desenvolvidos e democráticos (uma vez que não há como se falar em verdadeira imprensa em nações subdesenvolvidas e autoritárias), tem-se mostrado, cada vez mais, comprometido; seja pela deficiência em relação a proceder a uma correta leitura da conjuntura, seja pelo crescente distanciamento da necessária isenção político-ideológica que caracteriza

o trabalho de quem tem, por obrigação laboral, o dever único e exclusivo de informar os acontecimentos, e não de buscar, pelas mais diversas razões, influenciar os mesmos. Não há qualquer dúvida de que uma imprensa livre é essencial ao Estado Democrático. Todavia, a desinformação produzida por uma mídia pouco comprometida com seu mister tem conduzido a um elevado e preocupante grau de descrédito de uma das instituições mais importantes da democracia. Os equívocos na cobertura jornalística da eleição de Donald Trump, bem como da saída do Reino Unido da União Europeia (BREXIT) e da rejeição popular colombiana quanto aos acordos de paz com as FARC, refletem, em grande medida, uma perigosa tentativa de imposição, pela imprensa, de uma narrativa própria, divorciada da realidade (e, mais do que isto, de condenável imposição de valores morais), que não traduz seus verdadeiros objetivos, comprometendo a própria razão da existência da mesma. O dever de informar vai muito além de uma simples obrigação. Trata-se, sobretudo, de um compromisso nitidamente ético e, nesse sentido, verdadeiramente inalienável. A crise que se abate sobre tão importante instituição, portanto, é um claro sinal de que algo deve ser feito. No mínimo, uma autoanálise crítica e talvez, até mesmo, com a expulsão do seio jornalístico dos profissionais que não estejam comprometidos com a razão última de sua própria existência: informar, com isenção, imparcialidade e impessoalidade. A força da imprensa encontra-se nesse tripé e não em sua suposta (e indevida) capacidade de influenciar acontecimentos.

- ² *Opinião pública, opinião do público e opinião popular.* É importante diferenciar as expressões *opinião pública* e *opinião do público*, visto que uma não se confunde com a outra, embora seja corrente, na linguística popular, a pseudo-sinonímia entre ambas. Em essência, a primeira reflete a opinião publicada, divulgada e, portanto, formal, manipulada (ou, no mínimo, manipulável) por sua própria característica formalizante e continental. A segunda, ao contrário, possui o conteúdo (e não apenas o continente ou o envoltório da forma), a substância e, por que não dizer, o mérito do substrato último da genuína opinião, ainda que oculta, por não manifesta (e, por esta específica razão, não passível de qualquer tipo de distorção ou mesmo manipulação). A opinião do público é, nesse aspecto, a opinião do povo (transcendendo o simples conceito de opinião popular), diferentemente da opinião pública que, na maioria dos casos, é simplesmente a opinião de alguém ou de algum setor da sociedade, em particular, interessado, única e exclusivamente, em legitimar (ou mesmo mascarar) a sua opinião específica, por meio da divulgação e, consequentemente, formalização (manipulada e distorcida) da opinião do público.

Aliás, nesse contexto analítico, nunca é demais lembrar a visão de WEBER, segundo a qual, repetir a mentira por diversas vezes resulta em transformá-la em verdade, o que bem reflete a concepção da formação da opinião pública pelos meios de comunicação de massa, mormente nos países cujo regime político democrático é meramente formal. Neste sentido, merece ser transcrito o apelo de Josemaría Escrivá em defesa do maior grau de responsabilidade dos homens à frente dos meios de comunicação, *verbis*: “Peço a vocês que difundam o amor ao bom jornalismo, que é aquele que não se contenta com rumores infundados, com boatos inventados por imaginações febris. Informem com fatos, com resultados, sem julgar intenções, mantendo a legítima diversidade de opiniões, num plano equânime, sem descer ao ataque pessoal. É difícil que haja verdadeira convivência onde falta verdadeira informação; e a informação verdadeira é aquela que não tem medo da verdade e que não se deixa levar por desejos de subir, de falso prestígio ou de vantagens econômicas”.

- ³ Cf. FRIEDE, Reis. **Ressuscitar a Guerra Fria: “Yes, We Can!”**, artigo que publiquei em 27/05/2016 no site “Defesamet”, e vai abaixo transcrito nesta nota:

O candidato Barack Obama forjou, durante sua campanha eleitoral, um dos mais espetaculares *slogans* que, de forma simples e objetiva, preconizou a efetiva possibilidade de se proceder a radicais mudanças nos rumos da política externa dos EUA.

Não obstante toda sorte de naturais desconfianças quanto à capacidade de fazer cumprir suas aparentemente utópicas promessas de campanha, é cediço concluir que, após a reiteração da força daquele “grito de esperança”, o vitorioso presidente Obama, no auge do exercício de seu segundo mandato, reconhecidamente conseguiu provar, de forma, no mínimo, surpreendente, ser capaz de tornar realidade o que parecia simplesmente impossível.

Após exonerar duas das poucas mentes pensantes de seu governo — o secretário de Defesa republicano

Robert Gates (2006-2011) e a secretária de Estado democrata Hilary Clinton (2009-2013) —, OBAMA parece estar prestes a ultrapassar seu maior rival em “desastres de política externa”, o ex-presidente Jimmy Carter (1976-80), com a inimaginável possibilidade de lograr ressuscitar o que parecia completa e definitivamente sepultado nos últimos anos do século XX: o fantasma da Guerra Fria.

Numa clara e renovada demonstração de que seus mais veementes críticos tinham plena razão, um ainda despreparado e imaturo presidente — desafiando lições elementares de geopolítica — simplesmente resolveu embarcar em uma “armadilha” de incentivar a derrubada de um presidente eleito democraticamente em uma ex-república soviética, habitada por cerca de 10 milhões de russos (mais de 20% da população) — a Ucrânia —, absolutamente estratégica para a sobrevivência das naturais aspirações da legítima herdeira do muito que ainda restou do poder nacional da outrora União Soviética.

A irresponsável aventura — cuja pronta resposta russa, com a imediata anexação da estratégica região autônoma da Criméia (pertencente à mesma até 1954), e uma mobilização militar fronteiriça sem precedentes, parece ter surpreendido por completo seus principais assessores — destruiu, na prática, o que restava da frágil liderança estadunidense, deixando o presidente da maior potência econômico-militar do planeta simplesmente sem possibilidades reais de uma resposta convincente, salvo a gradativa implementação de perigosas sanções econômicas que podem conduzir a Rússia a uma nova (e até então impensável) confrontação bipolar.

Ademais, o presidente Obama parece estar prestes a enterrar o pouco da credibilidade norte-americana (a duras penas conquistada pela secretária Clinton, quando, em seu encontro com o secretário Sergei Lavrov (2009), propôs um “reset” nas relações russo-americanas), extremamente abalada pelos inúmeros compromissos, pós-guerra fria, que simplesmente deixaram de ser cumpridos, especialmente a promessa de que não haveria expansão da OTAN sobre os antigos integrantes do Pacto de Varsóvia e que, em nenhuma hipótese, seriam estacionadas forças militares em território da antiga Alemanha Oriental (condição acordada para a pacífica unificação da Alemanha) ou em países integrantes da antiga URSS.

Passados anos, após anos, as queixas de Moscou, parecem legitimar-se não somente pelas promessas vagas do passado, mas fundamentalmente pela insistência ocidental em instalar mísseis antibalísticos na Polônia, como ainda pelo desdobramento de forças da aliança militar ocidental até mesmo nos países bálticos fronteiriços à Rússia. Neste sentido, parece que o Kremlin resolveu estabelecer uma verdadeira “linha vermelha” na Ucrânia, o que simplesmente não pode ser ignorado, considerando ser a Rússia a segunda potência militar do planeta, dispondo de mais de 2.000 ogivas nucleares estratégicas, além de 5.000 ogivas de alcance intermediário.

É hora de os EUA entenderem que, como incontestes vencedores da Guerra Fria, não podem, sob esta singela premissa, simplesmente humilhar o derrotado, que — apesar de seu substancial declínio de poder nacional — continua dispondo de um formidável poder nuclear de alcance global, ainda capaz de levar o mundo para a pré-história civilizatória.

Permitir um segundo *round* a uma potência derrotada por *pontos* e não por *nocaute*, revela-se não somente insensato, como “joga por terra” todas as grandes conquistas — baseadas na *cooperação* e não no *confronto* —, que nos permitiram os mais diversos e importantes acordos e compromissos internacionais, tais como os de redução e monitoramento dos arsenais nucleares, segurança e não proliferação, ações conjuntas em relação ao Irã, além da luta comum contra o terrorismo internacional.

⁴ **As guerras contra o terror global.** Outro contundente exemplo de restrita (ou mesmo insignificante) cooperação aliada para com os EUA encontra-se representada através das chamadas *guerras globais contra o terror*, como por exemplo o Conflito no Afeganistão.

De forma muito distinta da aliança militar que libertou o Kuwait na Guerra do Golfo de 1991 (ocasião em que os custos econômicos e também militares foram muito bem distribuídos entre os membros da coalizão, representando, neste sentido, muito provavelmente, a única exceção pós-Segunda Guerra Mundial), nenhum outro conflito possuiu uma justa divisão de custo entre os países interessados (e beneficiados) com a respectiva intervenção militar.

Muito pelo contrário, os custos (sejam financeiros ou computados em perdas de vidas humanas) sempre

foram (desproporcionalmente) suportados pelos EUA, em detrimento de seus aliados, caracterizando uma verdadeira *assimetria dissonante*, que não possui qualquer justificativa plausível.

Como muito bem afirmou o presidente Donald Trump, durante sua campanha eleitoral, não é minimamente razoável que os EUA tenham que suportar mais de 95% do montante de quase um trilhão de dólares despendidos na Guerra do Afeganistão (além de um percentual equivalente de soldados), quando a ameaça terrorista representada por aquele centro de poder ameaça de forma global todos os países do mundo e, em particular, os aliados norte-americanos, que pouco participaram (financeira ou militarmente) deste conflito.

⁵ **A Rússia ressurgente.** Não obstante a crise econômica que, em muitos aspectos, abala os alicerces da herdeira da antiga União Soviética, mormente em decorrência da oscilação para baixo dos preços do petróleo, a partir de 2013, a Rússia de Vladimir Putin constitui-se, em última análise, em uma potência *ressurgente*. Ostentando o título de segunda força militar do planeta, Moscou tem investido maciçamente na modernização de seus exércitos, com o fito de assegurar uma revisada projeção de sua influência política, especialmente sobre a Europa e parte do Oriente Médio (Síria e Irã).

⁶ **A crise de liderança (e de prestígio político) estadunidense.** *Liderança política*, ao lado do desenvolvimento de uma *estratégia nacional* adequada e de uma efetiva *determinação governamental*, se afiguram, sem a menor sombra de dúvida, *elementos* fundamentais para o sustentável e contínuo desenvolvimento de qualquer *sociedade estatal* moderna.

Embora seja cediço reconhecer que o fator *liderança*, isoladamente considerado, não se encontre diretamente associado ao fenômeno do relativo declínio do poder perceptível de uma nação, não há qualquer divergência entre os estudiosos do tema no sentido de que a *manifestação de seus efeitos*, todavia, esteja umbilicalmente vinculada à relativa ausência de uma sinérgica *liderança*.

Aliás, é a própria *história* que se encarrega de, muito claramente, demonstrar, com maestria, a plena validade dessa *assertiva*, visto que, em várias situações perfeitamente delineadas no espaço-tempo compreendido entre a segunda metade do século XX e o primeiro decênio deste século, a *passividade*, aliada a uma comprometedora ausência de *firmeza de propósitos* bem como de uma necessária *condução diligente* relativa aos rumos dos acontecimentos, nos mais variados cenários internacionais, conduziu irremediavelmente aos mais diversos *insucessos* (e até mesmo a autênticos *desastres*) nos confrontos, diretos ou indiretos, de natureza política, econômica e também bélica, que a humanidade se viu obrigada a testemunhar.

A absoluta correção, bem como nítida clareza, da presente afirmativa também se demonstra pelo excessivo *prolongamento temporal* de conflitos, inclusive militares, que se estabelecem, como natural efeito consequente, da nítida ausência de *liderança política* perfeitamente observável em episódios selecionados, permitindo, destarte, a inexorável exteriorização dos indesejáveis efeitos do que convencionamos denominar de *assimetria reversa*, com todas as suas nefastas consequências.

Por outro prisma, necessário afirmar que *liderança* não implica falta de *equilíbrio* e de *serenidade*; muito pelo contrário, *liderança* revela a necessária *inteligência* e *sabedoria* de se ter a plena consciência da *oportunidade* e da *conveniência* quanto ao adequado emprego eficiente dos quatro *elementos básicos do Poder Nacional* disponíveis (militar, econômico, político e psicossocial), respondendo, em cada momento, com necessária *firmeza*, aos mais diversos *desafios* na exata medida em que os mesmos se apresentam.

Nesse sentido, não faltam episódios pontuais (ou mesmo distendidos temporalmente) em que restam evidentes o nítido declínio do *poderio relativo* dos EUA por ação direta de uma observável ausência de uma consistente e firme *liderança política*.

Talvez os mais contundentes exemplos históricos de sinérgica ausência de *liderança política* tenham sido observados nos contextos dos governos Harry Truman (1945-1953: administração presidencial em que se observou o menor *índice de aprovação* de um presidente em toda a história dos EUA — 22% —, obrigando-o a declinar de sua indicação para um segundo mandato, e na qual se inaugurou a concepção de “guerra limitada”, que não somente conduziu à ascensão chinesa no cenário internacional, como a um humilhante “empate técnico” no conflito coreano ao preço de 33.686 baixas norte-americanas no campo

de batalha); John Kennedy / Robert Kennedy / McNamara (1961-1963: arquitetos da consolidação de Cuba como polo irradiador da subversão internacional, como bem assim da própria vitória cubana na chamada “Crise dos Mísseis de 1962”); Lyndon B. Johnson / McNamara (1963-1969: principal responsável pelo desastroso envolvimento americano no Vietnã e a consequente derrota naquele conflito, em 1975, durante a administração Nixon); e Jimmy Carter (1976-1980: protagonista do momento histórico em que — após a derrota norte-americana no Vietnã, 1975; o início da insurreição na América Central, final da década de 70; a expansão soviético-cubana na África, 1976-82; a queda do Xá do Irã e a instalação do regime islâmico, 1979-80; bem como a humilhante situação dos diplomatas-reféns na Embaixada dos EUA em Teerã — a outrora imbatível superpotência estadunidense manifestou seus primeiros sinais de exaustão econômica, em relação à emergência dos chamados *Tigres Asiáticos*, em particular do Japão, e militar, em face da outrora magnitude e robustez, ainda que para alguns meramente aparente, do poderio bélico soviético).

Tal como nos dias atuais, vale mencionar que a *irreversibilidade do declínio do poderio relativo norte-americano* era, à época, anunciada aos *quatro ventos*, sendo certo que, muito provavelmente, tal *tendência* somente foi revertida com a “renascença nacional”, defendida, com notável veemência por Ronald Reagan, que, ao final de seu período governamental de 12 anos (oito anos de administração Reagan e quatro de administração de seu vice-presidente George Bush), simplesmente logrou exorcizar a ameaça econômica japonesa, e, especialmente, e de forma absolutamente sem precedentes, neutralizar o supostamente imbatível adversário da Guerra Fria, com a decretação do fim da União Soviética.

Neste sentido, resta consignar que a nova ameaça à retomada da hegemonia estadunidense, bem como a correspondente *monopolaridade* estabelecida desde 1991 — em decorrência do ocaso do poderio militar soviético e da exaustão da ameaça econômica japonesa —, repousa, muito mais do que qualquer questão relativa à sua *economia* ou ao próprio *dinamismo de seu parque industrial*, na ressentida *ausência de líderes* capazes de conduzir o povo estadunidense à plena realização de suas aspirações fundamentais.

Trata-se, na hipótese vertente, de uma histórica falta de *líderes verdadeiros* — que não se confundem com simples *administradores nacionais* —, que não somente busquem refletir a grandeza da nação, que se forjou, ao longo de sua história, com nítidas aspirações de grandeza, reafirmando, desta feita, os grandes ideais da *Revolução Americana* (a mesma que, em grande medida, foi “copiada” pelos povos europeus muito mais antigos, particularmente os franceses, com sua revolução, em 1789), mas, igualmente, que sejam inspiradores de uma permanente *reinterpretação* dos valores democráticos em natural evolução.

Destarte, o que mais aflige a América é, sem dúvida, a absoluta carência de *presidentes* que se mostraram, no período em que residiram na Casa Branca, verdadeiros líderes e que, a seu tempo, lograram mudar a face do país, conduzindo (ou reconduzindo) os destinos da nação e projetando efetivamente o poder nacional estadunidense no cenário internacional. Líderes da estirpe de Abraham Lincoln (1861-1865: que se afirmou com a vitória na Guerra de Secessão e na consequente manutenção da integridade territorial dos EUA, com a abolição da escravidão e com a imposição do processo de industrialização), Woodrow Wilson (1913-1921: que logrou encerrar a Primeira Guerra Mundial com uma retumbante vitória norte-americana), Franklin Roosevelt (1933-1945: responsável pela brilhante estratégia que não somente encerrou o ciclo de multipolaridade de poder global, com a vitória na Segunda Guerra Mundial, mas conduziu os EUA a uma posição hegemônica no cenário internacional) e Ronald Reagan (1981-1989: que, através de sua doutrina de *contraforça*, venceu a Guerra Fria, restabelecendo a hegemonia global estadunidense).

Não obstante seja cediço reconhecer, neste diapasão analítico, que tem sido constantemente identificado um verdadeiro *hiato* entre a incontestável capacidade militar atual dos EUA vis-à-vis com o tímido (ainda que consistente) crescimento econômico estadunidense, que, segundo os mais severos críticos, impediria os EUA de, no futuro próximo, ostentar as condições necessárias para a manutenção, no longo prazo, de seu *poder relativo*, vis-à-vis com a alardeada (porém em forte declínio na linha do tempo) ascensão de natureza econômica e sutil (porém sólida e indiscutível) emergência de índole *militar* chinesa, o problema central — não obstante a constatação objetiva de ordem econômica —, continua a ser protagonizado pela *crise de liderança*, ou seja, pela ausência de *comando político* e pela absoluta falta de uma *estratégia nacional*

coerente e corajosa que, com necessária *determinação governamental*, possa conduzir (ou reconduzir) a América ao seu suposto destino de ser e continuar sendo a principal potência político-econômica e militar do planeta.

Curioso observar, neste contexto, a criticável estratégia de Barack Obama, — denotando a sua absoluta ausência de liderança política —, de, em suas palavras, “preparar os EUA para um novo mundo multipolar”, em que a América deixará (de forma aparentemente irreversível, como também se supunha durante o governo Jimmy Carter) de ser a potência dominante e hegemônica.

Por efeito conclusivo, tal como no passado recente, somente restou uma única alternativa viável à nação estadunidense: a conscientização do *povo americano* quanto ao seu lamentável equívoco de ter, reiteradas vezes, conduzido à Presidência da República postulantes a líderes (não obstante toda a sorte de “boas intenções”), reconhecidamente despreparados para a função. E, ao que tudo indica, não obstante as vozes discordantes que se levantam, essa hipótese restou materializada com a eleição de Donald Trump com seu projeto de “reconstrução nacional”, que, muito provavelmente, a exemplo de Reagan, encerrará a atual (e persistente) crise de liderança (e de prestígio político) estadunidense.

⁷ ZHEBIT, Alexander. De volta a Helsinque - quarenta anos depois. **Revista Estudos Políticos**, Vol. 6, n. 2, 2016, p. 547/577.

As operações interagências na Copa do Mundo de 2014 no Recife

*Wilson da Rosa Campos**

1. Introdução

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) elenca, no seu Art. 142, as atribuições constitucionais das Forças Armadas. Dentre elas, a que tem ocorrido de forma recorrente é a participação das Forças Armadas em operações de garantia da lei e da ordem (GLO), dentro de um quadro de operações conjuntas (Op Cj) institucionais com órgãos governamentais bem como organizações não governamentais e privadas.

Dentre estas atividades, destacam-se os grandes eventos ocorridos recentemente no país, nos quais a participação das Forças Armadas, em especial o Exército, ocorreu em um quadro de ambiente interagências, em que foram desencadeadas missões específicas ou mesmo convergentes, suscitando a necessidade de ligação e coordenação, para evitar sobreposição ou até mesmo prejuízos às atividades.

Um desses grandes eventos foi a Copa do Mundo de Futebol de 2014, que obteve a atenção de todos os rincões do planeta. A Copa foi realizada com jogos distribuídos em 13 sedes por todo o país. As atividades de defesa e segurança referentes àquele grande evento foram desenvolvidas, respectivamente, pelo Ministério

da Defesa (MD) e pelo Ministério da Justiça (MJ), que criaram estruturas de coordenação e controle para coordenar todas as atividades. No que tange ao MD, foram criados os centros de coordenação de defesa de área (CCDA) e no MJ, os centros integrados de coordenação e controle regionais (CICCR).

2. Desenvolvimento

2.1 O ambiente operacional e o ambiente interagências

O ambiente operacional global vem sofrendo constantes e grandes alterações devido a estarmos vivendo a “Era do Conhecimento”, na qual a tecnologia cada vez mais avançada encurta distâncias e proporciona que todos ao redor do mundo acompanhem fatos de forma imediata, praticamente como se estivessem presentes no próprio local, assistindo a tais evoluções.

Apesar de toda essa evolução social e tecnológica, a violência não desapareceu do dia a dia das pessoas, das sociedades e muito menos dos estados, uma vez que, a cada dia, se verifica a eclosão ou recrudescimento de novas tensões e conflitos.

As evoluções dos combates os levaram para dentro das cidades e, por muitas vezes,

* Maj Cav (AMAN/97, EsAO/05, ECEME/16).

sem a evacuação de civis, dificultando sobremaneira as ações, uma vez que dificulta a identificação dos oponentes bem como aumenta a possibilidade de ocorrerem efeitos colaterais indesejados.

Nesse contexto, conforme descreve o manual do Exército EB20-MC-10.201 Operações em Ambiente Interagências, os conflitos apresentam as seguintes características:

- achatamento dos níveis decisórios, colocando mais próximos o político do tático;
- profusão de capacidades tecnológicas relevantes entre os beligerantes, estatais e não estatais;
- dificuldade de definição de linhas de contato entre os beligerantes;
- tendência de os confrontos se prolongarem ao longo do tempo;
- presença da mídia instantânea no espaço de batalha, influenciando de forma prevalente as decisões políticas;
- valorização das questões humanitárias e do meio ambiente;
- baixa aceitação junto à opinião pública (nacional e internacional) de soluções das diferenças entre os povos pelo emprego da força;
- exacerbação da defesa de minorias;
- presença de organizações não governamentais (ONG) nos conflitos;
- utilização da informação como arma, afetando diretamente o poder de combate dos beligerantes;
- consciência de que forças militares não solucionam as causas da guerra;
- relevância do papel da população no destino dos conflitos;

- prevalência dos combates urbanos com a presença de civis, contra civis e em defesa de civis; e
- dificuldade de caracterizar o oponente no seio da população. (BRASIL, 2013, p. 2-1).

Nesse contexto, o planejamento e a execução de operações militares em ambiente interagências crescem de importância na medida em que a Força Terrestre é chamada para cumprir suas missões constitucionais e regulamentadas em diversas leis, decretos e portarias que tratam do assunto.

2.2 Operações interagências

Segundo o manual do Ministério da Defesa MD33-M-12, operação interagência é a

interação das Forças Armadas com outras agências com a finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes que atendam ao bem comum, evitando a duplicidade de ações, a dispersão de recursos e a divergência de soluções com eficiência, eficácia, efetividade e menores custos. (BRASIL, 2012, p.14).

Segundo o manual do Exército EB20-MC-10.201, entendem-se por agências as

organizações, instituições e entidades, governamentais ou não, civis ou militares, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, fundamentadas em instrumentos legais e/ou normativos, que têm competências específicas e que exerçam alguma interferência, possuam interesse ou possam ser instrumentos, atores ou partes na prevenção de ameaças, no gerenciamento

to de crises e/ou na solução de conflitos (BRASIL, 2013, p.1-2).

A aproximação anterior com as agências e o completo entendimento de seu funcionamento, modo operacional e cultura organizacional devem ser buscados para facilitar a interação na execução das atividades, tendo sempre em mente a cooperação para se atingir plenamente o objeto imposto.

O ambiente interagência se reveste de diversas condicionantes que devem ser levadas em conta desde antes do recebimento da missão e devem permanecer no seu planejamento, execução e pós-ação, como prescreve o MD33-M-12:

- Especial cuidado em relação ao fator opinião pública.
- Embora exista um comando militar designado, não há assunção do controle operacional sobre as outras agências, mas sim a coordenação das tarefas, a fim de possibilitar um melhor desempenho dos meios militares e civis empregados.
- Combinam esforços políticos, militares, econômicos, ambientais, humanitários, sociais, científicos e tecnológicos.
- Prevê o intercâmbio de informações entre as diversas agências, conferindo sinergia, confiança e agilidade às operações.
- Ambiente operacional menos estruturado e mais interdependente.
- Influência de atores não oficiais e de indivíduos sobre as operações.
- Possibilidade da presença de organizações não governamentais (ONG) e de empresas privadas.
- Necessidade de capacitação dos efetivos militares para operar em cooperação com agências.
- Complexidade de ações, que exigem dos militares conhecimentos dos conceitos, das características e das missões dos parceiros interagências e saibam conduzir atividades de assuntos civis, a fim de atuarem de modo integrado e sintonizado com o objetivo da missão. (BRASIL, 2012, p.14).

Esse tipo de operação carece da observância de diversas medidas de coordenação e cooperação, visto que, pela definição do MD, as Forças Armadas assumem o comando operacional dos órgãos e agentes participantes, porém não se caracteriza a situação de controle operacional, que subordina as supracitadas a uma cadeia hierarquizada de cumprimento de ordens. Todas essas condicionantes anteriormente citadas, refletem a importância de se manter este estudo sempre em foco.

2.3 O Centro Integrado de Comando e Controle Regional do Recife/PE

Para controlar todas as ações ligadas à Copa, seria necessário criar uma estrutura capaz de coordenar e somar esforços dos diversos participantes estatais e não estatais envolvidos, direta ou indiretamente, nas questões de segurança durante o evento, não se resumindo tão somente aos jogos em si, mas a tudo que tivesse relação com

o seu desenrolar, como segurança de delegações, de autoridades, portos, aeroportos, hotéis, entre outras.

Por meio do Decreto nº 7.538, de 1º de agosto de 2011, foi criada a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (SESGE), órgão do Ministério da Justiça, com o propósito de planejar, definir, coordenar, implementar, acompanhar e avaliar as ações de segurança pública para os grandes eventos, com destaque para a Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013, a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014, além de outros eventos designados pela Presidência da República.

No âmbito federal, a SESGE coordenou as ações e promoveu a integração da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da Força Nacional de Segurança Pública e da Receita Federal bem como articulou com o Ministério da Defesa a participação das Forças Armadas em questões específicas, tais como a segurança estratégica da infraestrutura crítica e do espaço cibernético e, com o Gabinete de Segurança Institucional (GSI), a atuação da ABIN nas atividades de inteligência.

No âmbito estadual e municipal, a SESGE, em parceria com as secretarias de segurança/defesa social, promoveu a integração das ações dos diversos órgãos, tanto nas questões operacionais como nas ações de inteligência.

No âmbito privado, através de parceria com a Gerência Geral de Segurança do Comitê Organizador da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014, que é a responsável pela segurança privada nos perímetros privados dos locais de interesse, ou seja, perímetro

externo e interno dos estádios, escritórios da FIFA, hotéis das seleções e da família FIFA, campos oficiais de treinamento e centro de treinamento de seleções. Se, por qualquer motivo, a segurança no interior de um estádio ou outro local sob a responsabilidade da FIFA não for garantida por essa entidade, as autoridades públicas de segurança assumirão e avocarão a responsabilidade e o controle dessas áreas.

A SESGE criou o conceito de segurança estratégica, que é caracterizada pelo somatório da “segurança do espaço” e a “proteção das infraestruturas críticas”. Segurança do espaço entenda-se pela segurança aérea, terrestre, marítima e cibernética, que caberá, principalmente, às Forças Armadas, e a proteção das infraestruturas permeia, além das Forças Armadas, diversos outros órgãos de segurança pública, bem como diversas outras agências. Com relação às funções das Forças Armadas, serão abordadas no capítulo seguinte sobre o Centro de Coordenação de Defesa de Área (CCDA).

Para exercer a coordenação entre todas estas agências e órgãos envolvidos, foram pensados e instituídos, com base em conceitos militares, os centros integrados de comando e controle (CICC). Esses centros seguem um modelo de estratificação de comando em cadeia, tendo como base três pilares: autoridade, processos e estrutura.

O planejamento estratégico da SESGE preconiza que:

Esses Centros terão a finalidade de proporcionar uma imagem fiel e em tempo real do panorama local e global dos eventos e dos recursos envolvidos nas operações e incidentes relacionados à segurança

pública, à defesa civil, à segurança privada e à mobilidade urbana, a fim de embasar a tomada de decisão por parte das instituições. (BRASIL, 2012, pg. 34/63)

Dessa forma, os CICC visam fornecer o máximo de informações aos escalões decisórios que possuem responsabilidades na realização dos grandes eventos.

Na realização da Copa do Mundo, foi montado um CICC nacional (CICCN), sediado em Brasília, e mais 12 CICC regionais (CICCR), um em cada cidade sede dos jogos, de forma a manter o sistema em constante funcionamento e interligado.

O CICC é a coluna cervical da segurança pública para grandes eventos, integrando toda a parte operacional, tecnológica e de inteligência, seja em nível internacional, nacional, regional ou local.

O CICCN deve contar com representantes das seguintes instituições/órgãos/agências: SESGE, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional de Segurança Pública, Agência Brasileira de Inteligência, Forças Armadas, representantes das Secretarias Estaduais e Municipais de Segurança Pública, Agência Nacional de Águas, Agência Nacional de Telecomunicações, Agência Nacional de Energia Elétrica, Comissão Nacional de Energia Nuclear, entre outros.

Conforme preconizou o planejamento estratégico da SESGE:

O Centro Nacional terá uma visão global das operações, de forma a: integrar os Centros de Operações Estaduais; visualizar, em tempo real, os acontecimentos de emergência, em âmbito nacional; gerar informações centralizadas das operações; gerar relatórios de âmbito nacional im-

ediatos; implantar equipamentos de alta tecnologia para aumentar a exatidão das informações e melhorar a qualidade dos procedimentos operacionais; permitir o levantamento dos registros criminais; permitir o levantamento dos incidentes policiais (atendimentos sociais, denúncias etc.); permitir múltiplas análises isoladas e combinadas (dias, horas, dias da semana, locais, tipos de pessoas envolvidas etc.) e permitir a perfeita compreensão das ameaças e rotinas. Todas essas medidas objetivam instrumentalizar o planejamento e racionalizar o emprego de recursos nas respostas aos diversos incidentes que possam vir a ocorrer. (BRASIL, 2012, pg. 36/63)

Dentro dos CICCR, devem ser alocadas estruturas similares à do CICCN, de forma que se possa integralizar e coordenar as ações em todas as esferas de responsabilidade daquele órgão.

No caso específico do CICCR do Recife/PE, o mesmo foi organizado com representantes de diversas instituições/órgãos/agências. A coordenação geral coube à Polícia Federal, com a designação de um delegado federal para chefiar essa coordenação.

A célula operacional ficou a cargo da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (SDS/PE), cabendo à Polícia Militar a designação de um oficial superior para chefia de tal estrutura.

A célula de inteligência ficou a cargo também da SDS/PE, cabendo à Polícia Civil a designação de um delegado para essa chefia.

2.3.1 Célula Operacional do CICCR

A célula operacional do CICCR é a estrutura principal do centro, onde se realizam a coordenação e a integração dos diversos ór-

gãos, instituições ou agências, em tempo real e de forma ininterrupta, 24 horas por dia, até o momento de desativação do CICCRR.

O CICCRR/Recife foi inaugurado em junho de 2013, com o objetivo de ser testado durante as atividades da Copa das Confederações ocorrida naquele ano. Naquela ocasião, duas carretas com equipamentos de alta tecnologia foram entregues na sede do centro, de forma a mobiliar suas estruturas físicas. Também foram entregues na mesma data um robô antibomba, um imageador térmico — que foi instalado no helicóptero do Grupamento Tático Aéreo da SDS — e uma plataforma de observação elevada, para possibilitar o comandamento no monitoramento de áreas com multidão.

Para as atividades da Copa do Mundo FIFA 2014, o CICCRR/Recife teve suas atividades iniciadas no dia 29 de abril de 2014, com um exercício simulado de mesa, visando aperfeiçoar procedimentos de todos os envolvidos na referida atividade. Durante a simulação, que reuniu mais de 30 instituições, situações hipotéticas foram simuladas e amplamente discutidas pelos participantes, possibilitando que diversos procedimentos fossem aperfeiçoados.

O exercício transcorreu de forma objetiva e se tornou uma importante ferramenta na elaboração de um protocolo único, integrado, possibilitando que cada instituição soubesse detalhadamente as suas missões bem como quem gerenciaria cada incidente ocorrido. Com isso, buscou-se aperfeiçoar e diminuir o tempo de resposta nos incidentes que surgissem.

As principais estruturas da célula operacional do CICCRR estão representadas na **Figura 1**.



Figura 1 – Célula Operacional do CICCRR/Recife

Fonte: *Folha de Pernambuco* (2014)

2.3.1.1 Forças Armadas

Na Copa do Mundo, as Forças Armadas ficaram responsáveis pelo “eixo defesa”, que será mais detalhado quando for abordado o Centro de Coordenação de Defesa de Área.

Além das missões já impostas no eixo defesa, as Forças Armadas também deveriam ficar em condições de assumir as funções das polícias Federal e Militar, bem como as funções de segurança dos estádios em caso de contingência, no caso de ocorrerem problemas na convocação/operação dos seguranças privados (“*stewards*”).

Para manter uma constante integração entre o CICCRR e as Forças Armadas, foram designados oficiais de ligação (O Lig) para compor a célula operativa do CICCRR.

2.3.1.2 Polícia Federal (PF)

Além das atribuições constitucionais, coube à PF o acesso ao sistema I24/7, da Polícia Criminal Internacional – INTERPOL, que centraliza a difusão de informações criminais emitidas por 188 países. Esses dados são úteis para a identificação de procurados

internacionais, desaparecidos, veículos subtraídos ou de pessoas cuja presença no território brasileiro seja indesejável.

Coube também à Polícia Federal a fiscalização dos seguranças que atuaram nos hotéis das delegações, nos centros de treinamentos (CT) e também dentro e fora dos estádios dos jogos. Nessa fiscalização, foram verificadas as digitais dos seguranças e vigilantes previamente cadastrados, além de aferidas as comprovações de conclusão de curso de extensão de segurança ou vigilante para grandes eventos.

Teve também como missões a coordenação da varredura, vistoria e contramedidas antibombas — realizadas em conjunto com a Companhia de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear (Cia DQBRN), do Exército — e a coordenação de operações especiais da Polícia Federal, para análise e tratamento de eventuais ocorrências de competência da PF, sendo realizada em estreita coordenação com a célula antiterror do CCDA.

O Departamento de Polícia Federal (DPF) também manteve agentes 24 horas de plantão no centro operacional, em condições de participar de qualquer eventualidade.

2.3.1.3 Polícia Rodoviária Federal (PRF)

Além da atribuição constitucional, coube à PRF realizar o patrulhamento das estradas federais e das vias laterais que compunham a faixa de domínio da União. Assim, os deslocamentos de dirigentes da FIFA, árbitros, delegações esportivas e autoridades brasileiras e estrangeiras feitos por essas vias ficaram sob responsabilidade da PRF, cabendo a esta a realização das escoltas nesses trechos.

2.3.1.4 Secretaria de Defesa Social (SDS)

Além de designar o coordenador da Célula de Operações do CICCRR, coube à SDS coordenar e operacionalizar as seguintes atividades no âmbito do CICCRR: promoveu ambiente propício e seguro nas vias de deslocamentos (mobilidade urbana), no exterior e imediações dos estádios; realizou segurança aproximada e a proteção das equipes esportivas com uso de batedores; realizou ações de policiamento ostensivo a pé, montado e motorizado, com os policiais militares cobrindo a área externa e interna dos estádios (nesse último caso, atuando como força de pronta resposta); realizou ações de repressão à comercialização de produtos pirateados e à atuação de cambistas durante o evento esportivo; promoveu ações preventivas, inspecionando as instalações e estruturas montadas no local, conforme Código Estadual de Segurança Contra Incêndio, Explosão, Pânico e Desastres; aperfeiçoou o emprego de pessoal, material e viaturas no atendimento preventivo ou em ocorrências reais de prestação de socorro pelo Corpo de Bombeiros Militares; realizou ações de primeiros socorros; realizou o combate a incêndio e salvamento a eventuais incidentes.

Como engloba a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar, a Polícia Civil, a Polícia Técnica e a Defesa Civil, entre outros, a participação da SDS na célula operacional do CICCRR foi de suma importância bem como teve grande quantidade de participantes, tendo em torno de 50% (cinquenta por cento) do efetivo da referida estrutura.

2.3.1.5 Outras instituições, órgãos e agências

Diversas outras instituições, órgãos e agências fizeram-se representar na célula operacional do CICCRR, contribuindo sobremaneira para o sucesso alcançado na referida atividade: Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco, Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA), Companhia Energética de Pernambuco (CELPE), Secretaria de Saúde da Prefeitura do Recife, Guarda Municipal do Recife (GMR), Companhia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife (CTTU), Consórcio de Transportes Urbanos Grande Recife, entre outras.

2.3.2 Célula de Inteligência do CICCRR

A Célula de Inteligência integrou a estrutura orgânica do CICCRR com o objetivo de assessorar e subsidiar a Coordenação do Centro e os demais órgãos da SDS, realizando Operações de Inteligência para identificação e neutralização de ações adversas que causassem influência e interferência nas áreas de interesse operacional e áreas impactadas pela Copa do Mundo FIFA 2014.

Teve integrantes das seguintes instituições/órgãos/agências em sua composição: SESGE, Exército Brasileiro, Polícia Federal,

Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Civil, Divisão de Inteligência/SDS e Secretaria Executiva de Ressocialização (SERES).

2.4 O Centro de Coordenação de Defesa de Área do Recife

A Portaria nº 2.221, de 20 de agosto de 2012, do MD, estabeleceu procedimentos determinados pela Presidência da República para atuação das Forças Armadas em grandes eventos. As diretrizes nortearam a participação dessas instituições na Jornada Mundial da Juventude e na Copa das Confederações, no ano de 2013, na Copa do Mundo de 2014 e, no prosseguimento, nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

As missões afetas às Forças Armadas ficaram definidas pelo Plano Geral de Segurança para a Copa do Mundo 2014, editado pela SESGE, e estão resumidas na **Figura 2**.



Figura 2 – Eixos de atuação da segurança

Fonte: palestra do Gen De Nardi, chefe do Estado-Maior Conjunto na ECEME (2014)

Dessa forma, as unidades militares das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), sob a coordenação do Ministério da Defesa, atuaram no amplo espectro, cumprindo missões no eixo de defesa da matriz de segurança da Copa, em articulação/cooperação com as organizações de segurança pública e, de forma emergencial, em ação delimitada e temporária, com a assunção do controle operacional das organizações de segurança pública.

Nas atividades complementares e de apoio à segurança pública nas cidades-sede dos jogos, as Forças Armadas coordenaram as vistorias para prevenção de ataques químicos, biológicos, radiológicos e nucleares; os grupos táticos para emprego em situações de contraterrorismo nos estádios; as atividades de escoltas de autoridades e clientes da FIFA constantes na relação de privilégios para tal finalidade em todos os deslocamentos.

Para atender suas missões, o Ministério da Defesa distribuiu o efetivo das Forças Armadas em 12 comandos militares, denominados Centros de Coordenação de Defesa de Área (CCDA), estruturados nas cidades-sede, e atuaram de forma integrada e coordenada com as forças de segurança pública em operações, dando garantia de segurança às atividades da Copa.

Na cidade do Recife, o CCDA foi estruturado no Quartel-General do Comando da 7ª Região Militar – 7ª Divisão de Exército (7ª RM – 7ª DE), sendo designado como coordenador de Defesa de Área o próprio comandante da 7ª RM – 7ª DE.

Coube ao CCDA/Recife — em coordenação com as demais Forças Singulares, com os órgãos de segurança pública e com todas

as agências envolvidas — planejar, capacitar, coordenar e executar as ações nas áreas de defesa aeroespacial; de controle do espaço aéreo; de defesa de área marítima, fluvial e portuária; de segurança e defesa cibernética; de preparo e emprego; de comando e controle; de contraterrorismo; de fiscalização de explosivos e produtos correlatos; de monitoramento (situação de normalidade) ou coordenação (situação de GLO) dos planejamentos e execução de escoltas; de força de contingência; de defesa contra agentes qbrn; de inteligência; de proteção de estruturas estratégicas relacionadas ao evento; de prevenção e controle de danos provocados por acidentes naturais; bem como de emprego de helicópteros, na cidade-sede do Recife-PE e em Maceió-AL, no período de 23 de maio a 18 de julho de 2014 (Período exclusivo FIFA).

Como o CCDA foi composto por diversas instituições/órgãos/agências, o coordenador houve por bem estruturá-lo como estado-maior conjunto (EMCj), de forma a melhor coordenar as ações e informações advindas de todos os atores presentes.

A célula de operações, coordenada pelo oficial de operações (D3), possuía em sua estrutura todos os O Lig das demais Forças Singulares, bem como O Lig da PF e PRF, além de O Lig Artilharia Antiaérea, DQBRN, Aviação do Exército e das Forças de Contingências (FOCON) e tropas diretamente subordinadas ao CDA.

Foram consideradas como de alta relevância as seguintes informações a serem buscadas pelos O Lig nos demais órgãos: ocorrências policiais com explosivos em Recife e Maceió; chegada e efetivo das delegações;

presença de dignitários e o grau de risco afetos aos mesmos; composição e necessidade de escoltas; saída das delegações dos hotéis; programas oficiais da FIFA como reuniões, coletivas de imprensa, saídas da arena, chegadas e saídas dos hotéis, entre outras julgadas necessárias para a segurança do evento.

3. CONCLUSÃO

3.1 A interação entre os centros – lições aprendidas

3.1.1 Inteligência

A designação de um oficial de ligação do CCDA na Célula de Inteligência Operacional (CIO/CICCR) foi um fator multiplicador do esforço de busca, haja vista as ligações institucionais propiciadas por aquele Centro de Inteligência. A CIO/CICCR remetia, diariamente, seus relatórios regionais, nacionais (produzidos pelo CIN/BRASÍLIA), e documentos afetos ao grande evento expedidos por outras agências, como exemplo: previsão de voos das delegações, de escoltas e a agenda das delegações.

Cabe destacar que a CIO/CICCR concentrava a maior capilaridade nas operações de inteligência na cidade do RECIFE/PE. O chefe da CIO compunha a mesa do “Gabinete de Gestão de Crise” do CICCR, o que permitia um amplo contato institucional tendo em vista a participação de diversos órgãos.

O ponto forte dessa atuação conjunta foi o assessoramento ao CCDA proporcionado pelo O Lig junto à CIO/CICCR, que em muito auxiliou o CDA nas tomadas de decisão, em função do monitoramento e da chegada das informações em tempo real so-

bre as atividades desenvolvidas, bem como na consciência situacional proporcionada.

Como oportunidade de melhoria, poder-se-ia buscar que a célula de inteligência do CCDA tivesse acesso ao banco de dados sobre pessoas procuradas pela Polícia Criminal Internacional (Sistema I24/7 – INTERPOL) — em especial terroristas —, mesmo que esse acesso fosse concedido por tempo limitado durante a operação, buscando otimizar a coordenação na área de inteligência voltada para as ações antiterror e contrateror.

3.1.2 Comando e controle

O comando e controle (C2) é uma ferramenta essencial a qualquer tipo de operação, seja ela militar ou não. É por meio do C2 que o comando ou a coordenação detecta um incidente/problema, decide como solucioná-lo e divulga sua decisão aos órgãos executores. Porém, o termo C2 leva de imediato a uma idéia de hierarquia, não muito funcional para um ambiente interagências.

Deve-se registrar que, nas ações em ambiente interagências, o termo C2 será mais bem designado por “coordenação”, uma vez que nem sempre se tem uma estrutura hierarquizada das ordens e diretrizes expedidas.

Segundo o Manual de Operações em Ambiente Interagências (BRASIL, 2013, p. 6-3), coordenação é o ato ou o efeito de conciliar interesses e conjugar esforços (grifo nosso) para a consecução de um objetivo comum. Ela evita duplicidade de ações, dispersão de recursos e divergência de soluções. Além disso, ela otimiza resultados e aumenta a eficácia das ações.

Buscar a colaboração com as partes interessadas é uma solução mais adequada do que a centrada em um sistema de C2 tipicamente militar. No entanto, algumas das técnicas, processos, e sistemas de C2 militares podem facilitar a “ação unificada”. (BRASIL, 2013.p 5-1)

Verifica-se então a importância da integração dos sistemas de comunicações e transmissão de informações entre todos os órgãos/agências/instituições envolvidos.

O trabalho do Estado-Maior Conjunto, efetivamente realizado em um mesmo ambiente (CCDA/CICCR), facilitou sobremaneira a integração dos trabalhos.

Como oportunidade de melhoria, sugere-se que os oficiais de ligação oriundos de outras Forças Armadas ou dos diversos órgãos/agências/instituições deveriam apresentar-se ao CCDA na mesma data dos meios orgânicos do Exército bem como os oficiais de ligação do CCDA deveriam apresentar-se no CICCR na abertura dos seus trabalhos, a fim de facilitar os planejamentos conjuntos e maximizar a integração o mais cedo possível.

3.1.2.1 Meios e sistemas utilizados

O Ministério da Defesa contratou um *link* de fibra óptica de 10MB para que a Rede Operacional de Defesa (ROD) chegasse ao 5º Centro de Telemática de Área (CTA). A partir do 5º CTA, o sinal foi distribuído, via rede de fibra óptica, a todas as organizações militares (OM) do Complexo Militar do Curado (CMC), possibilitando um acesso de alta qualidade à internet e aos sistemas apoiados na rede. Além disso, o Ministério da Defesa desdobrou uma Estação Tática Terrestre (ETT) na 7ª Companhia de Comunicações,

reforçando o acesso ao SISCOMIS.

Em acordo com a Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco, foi acertado que o CCDA poderia visualizar as imagens das câmeras de monitoramento das ruas do Recife. Para tanto, foi estabelecido um *link* rádio micro-ondas da SDS para o 5º CTA, e daí, por fibra óptica, até o CCDA.

Além das imagens das câmeras da SDS, foi estabelecida conexão via *web*, com *login* autorizado, para obtenção das imagens das câmeras da Companhia de Trânsito e Transporte Urbanos (CTTU). Dessa forma, o CCDA teve acesso às mesmas imagens transmitidas no CICCR.

Na área de telefonia fixa, foram utilizados os telefones com acesso à Rede Integrada de Telecomunicações do Exército (RITEx). Através da ROD, a Força Aérea estabeleceu um ramal da Rede Telefônica de Comando da Aeronáutica (RTCAer) para o Centro Conjunto de Operações Aéreas (CCOA) e, com os telefones VOIP SISCOMIS, foi possível que todos os militares realizassem chamadas para os ramais RITEx.

Houve também a grande utilização de telefones celulares funcionais, principalmente entre os O Lig no CICCR com o CCDA. Esta foi detectada como uma grande oportunidade de melhoria, pois, apesar de ser um meio que proporcionou alta qualidade nas ligações, era um meio não militar e passível de ser interceptado por elementos estranhos à operação.

O correio eletrônico de *e-mail* conhecido como Zimbra foi o meio utilizado para o trâmite de mensagens oficiais. O servidor ficou instalado fisicamente no Ministério da Defesa, e o seu acesso foi realizado através

da ROD. Como segurança, o *e-mail* foi configurado para se comunicar apenas com o público interno (usuários da ROD). Os O Lig no CICCRR possuíam acesso a esse endereço eletrônico, possibilitando a transmissão de mensagens, documentos, imagens etc.

O Pacificador, desenvolvido pelo Centro de Desenvolvimento de Sistemas do Exército (CDS), foi um dos principais sistemas utilizado para acompanhar o movimento dos agentes e dos postos rádio (SRDT) dotados de GPS. O sistema permitiu uma consciência situacional atualizada, por meio da inserção das ações em tempo real por todos integrantes das células do CCDA. Os O Lig no CICCRR também tinham acesso ao Pacificador e, dessa forma, também alimentavam o sistema com informações obtidas no centro, maximizando a consciência situacional do CDA, tanto na área de defesa como na área de segurança, tudo em tempo real.

A manutenção da consciência situacional proporcionada pela integração do Sistema “Pacificador”, do Sistema “Olho da Águia” da Aviação do Exército, das imagens das câmeras da Secretaria de Defesa Social, do Sistema Rádio Digital Troncalizado, dos demais meios empregados e dos O Lig nos demais centros, passando em tempo real o posicionamento em tela e as imagens dos deslocamentos e atividades de todos os envolvidos na atividade, pode ser considerada como um dos pontos fortes de toda a operação.

3.1.2.2 Sistema Nacional de Comunicações Críticas (SISNACC)

Segundo o general Ratton, vice-chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia

do Exército (DCT), uma boa solução para a coordenação integrada entre os CCDA e CICCRR, e maior entrosamento entre a Força Terrestre e as demais agências/órgãos/instituições em ambiente interagências, seria o Sistema Nacional de Comunicações Críticas, sistema em estudo, que busca a interoperabilidade entre os sistemas de comando e controle de todas as agências/órgãos/instituições envolvidas, utilizando-se de equipamentos similares. Esse sistema permitiria que todas as agências/órgãos/instituições trabalhassem nas mesmas faixas de frequência bem como pudessem interagir no momento em que missões estivessem sendo executadas em ambiente interagências.

O projeto do Sistema Nacional de Comunicações Críticas foi apresentado na Feira Internacional de Segurança e Defesa (LAAD), que ocorreu no Riocentro, na cidade do Rio de Janeiro-RJ, no ano de 2015.

O SISNACC consiste na expansão e compartilhamento por diversas entidades governamentais do Sistema de Radiocomunicação Digital Troncalizado (SRDT) do Exército Brasileiro — utilizado com sucesso durante a Copa do Mundo 2014 — e do Sistema de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON). Atualmente, 20 cidades brasileiras são cobertas pelo SRDT.

Além do compartilhamento do SRDT, o SISNACC também prevê o compartilhamento da faixa de 700MHz do 4G/LTE concedida à Defesa, Segurança Pública e infraestrutura. Devido à capilaridade do SRDT e do SISFRON, muitos órgãos federais e estaduais têm demonstrado interesse em estabelecer parcerias para que seja possível o compartilhamento dos mesmos.

Conforme explicitado na página do SISNACC, verifica-se uma grande possibilidade do sistema:

O Sistema Nacional de Comunicações Críticas – SISNACC, classificado como um sistema de missão crítica, contemplará uma rede de radiocomunicações para proteção pública e suporte a desastres e permitirá interligar diversas agências governamentais, entre as quais as Forças Armadas, a Força Nacional de Segurança Pública, ABIN, Receita Federal, aumentando a eficiência dos serviços prestados à sociedade (SISNACC, 2015).

O Sistema ainda está em fase de discussão entre os diversos órgãos, em especial os de nível federal, e acredita-se que, após os ajustes solicitados por cada entidade, poderá trazer um grande ganho nas diversas operações interagências a serem conduzidas no país.

3.2 Conclusão final

A integração entre o Centro de Coordenação de Defesa de Área (CCDA) e o Centro Integrado de Comando e Controle Regional (CICCR) na cidade do Recife-PE, nas ações desenvolvidas durante a Copa do Mundo FIFA 2014, foi coroada de grande êxito,

demonstrando diversos pontos fortes em sua execução e possibilitando levantar algumas oportunidades de melhoria ao longo do processo, ambas explanadas nos capítulos acima.

Um fator que, com certeza, possibilitou essa grande integração foi a constituição e condução dos trabalhos no mais alto escalão envolvido, desde o nível nacional, com a integração da SESGE, do MD e diversos outros entes de nível federal e, no nível regional, com a constituição do Centro Integrado de Comando e Controle Regional (CESIR).

O CESIR era composto pelo secretário de Defesa Social (SDS), senhor Alessandro Carvalho, pelo general de divisão João Carlos de Jesus Correia, coordenador de Defesa de Área (CDA) e pelo superintendente da Polícia Federal de Pernambuco, Marcello Cordeiro, coordenador do CICCR.

A constituição do CESIR, bem como a integração entre os seus membros, teve como *modus operandi* a realização de reuniões periódicas, em especial no dia de cada jogo na cidade, otimizando o processo de tomada de decisão e proporcionando uma excelente consciência situacional, proporcionada pela integração dos centros e dos diversos sistemas empregados nos mesmos, que culminou no sucesso da operação executada no Recife. 🌐

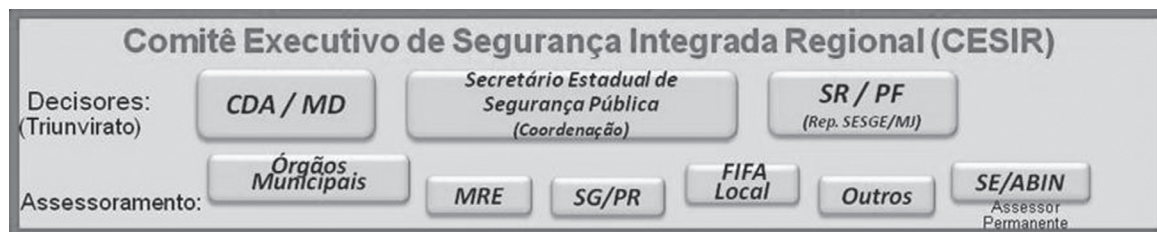


Figura 3 – Estrutura do CESIR

Fonte: palestra do Gen De Nardi, chefe do Estado-Maior Conjunto na ECEME (2014)

Referências

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. **MD33- M-12, Operações Interagências**, 1. ed. Brasília, 2012.

_____. Senado Federal. **CF/1988, Constituição da República Federativa do Brasil**. 43ª Ed. Brasília, 2015.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **EB20-MC-10.201, Operações em Ambiente Interagências**, 1ª Ed. Brasília, 2013.

_____. Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos. **Planejamento Estratégico de Segurança para a Copa do Mundo FIFA 2014**, 1ª Ed. Brasília, 2012.

FOLHA DE PERNAMBUCO. 26 de maio de 2014. **Centro de monitoramento especial para a Copa contará com mais de mil câmeras**. Disponível em: <<http://www.folhape.com.br/cms/open-cms/folhape/pt/cotidiano/noticias/arqs/2014/05/0452.html>>. Acesso em: 6 set. 15.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 27 de maio de 2014. **Operação integrada visa garantir segurança para a Copa** -<http://blogs.diariodepernambuco.com.br/segurancapublica/?tag=copa>. Acesso em: 6 set. 15.

DEFESANET, **SISNACC integrará sistema de comunicações críticas**. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/laad2015/noticia/18790/SISNACC-integrara-sistema-de-comunicacoes-criticas/>>. Acesso em: 22 set. 15.

SISNACC. Exército Brasileiro. Disponível em: <<http://www.sisnacc.eb.mil.br/sobre-o-sisnacc/>>. Acesso em: 1º nov. 16.

JESUS CORRÊA, João Carlos de. **Análise Pós-ação da Copa do Mundo 2014 em Recife/PE**. Brasília: Coordenador de Defesa de Área – Recife/PE, 2014. 27 slides, color. Ministério da Defesa.

DE NARDI, José Carlos. **A Segurança na Copa do Mundo FIFA BRASIL 2014**. Brasília: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, 2014. 41 slides, color. Ministério da Defesa.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

A cultura estratégica brasileira na atualidade

Paulo Vladimir Sousa Da Silva*

*Ou você tem uma estratégia própria,
ou então é parte da estratégia de alguém.*

ALVIN TOFFLER

Introdução

No Brasil dos últimos anos, o tema Segurança e Defesa vem ganhando espaço para discussões e estudo no campo político, na imprensa e na academia, ou seja, na sociedade em geral, o que pode trazer impactos na Cultura Estratégica Brasileira.

Nesse sentido, neste início de século, observou-se a criação de um conjunto de documentos basilares que orientam a condução de políticas e estratégias nacionais nessa área, como a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN). Esses documentos, após aprovação do Congresso Nacional, foram promulgados em 26 de dezembro de 2013 (BRASIL, 2014, p.7).

O conceito de cultura estratégica foi empregado pela primeira vez, em 1977, por Jack Snyder (COUTAU-BÉGARIE, 2010, p.319). Snyder utilizou o termo em um estudo sobre a doutrina soviética de guerra nuclear limitada e se referiu à cultura estratégica como:

a soma total de ideais, respostas emocionais condicionadas e padrões de comportamento habitual que os membros da comunidade estratégia nacional adquiriram por meio da educação ou da imitação e os compartilham entre si com relação à estratégia nuclear. (SNYDER, 1977, p.8)¹

Ou seja, se refere a um somatório de ideias, percepções e crenças que guiam e circunscrevem o pensamento sobre questões estratégicas nacionais, influenciam a maneira como essas questões são formuladas e articulam o vocabulário e os parâmetros perceptuais do debate estratégico (MARQUES, 2007).

Em um artigo de 1995, Alastair Iain Johnston fez uma revisão teórica dos estudos da cultura estratégica e classificou-os, dependendo da abordagem, em “três gerações”. A primeira se refere a Jack Snyder, com os debates da estratégia nuclear. A “segunda geração” — cita, por exemplo, Bradley Klein — surgiu em meados da década de 1980 e fez uma distinção clara entre cultura estratégica e comportamento bem como entre o que os líderes pensam ou dizem que

* Maj Int (AMAN/98, EsAO/07, ECEME/16).

estão fazendo (doutrina declarativa) e os motivos mais profundos para o que na verdade fazem (doutrina secreta). A “terceira geração”, na qual Johnston se inclui, procurou tornar o conceito de cultura estratégica testável, segundo rigor metodológico, tratando a “cultura estratégica” como variável independente e o comportamento como variável dependente.

Entretanto, o modelo de estudo empírico produzido por Iver Neumann e Henrikki Heikka aponta alguns erros na utilização da metáfora das “gerações” de Johnston, como a epistemologia positivista na qual se baseavam as primeira e terceira gerações, bem como a falta de especificidade da segunda geração (NEUMANN; HEIKKA, 2005). Eles concluíram que precisavam de um conceito de cultura que permitisse a análise de problemas específicos. A mudança conceitual fundamental proposta para o conceito de cultura foi seguir a teoria da prática e conceituar a cultura como dinâmica interação entre discurso e prática.

Nesse cenário, Neumann e Heikka (2005) propõem uma definição de cultura estratégica como uma interconexão dinâmica entre a grande estratégia e a prática (as doutrinas militares, as relações entre civis e militares e a aquisição de armamentos).

Grande Estratégia, Estratégia Nacional ou Estratégia Total é o padrão geoestratégico regional-multilateral (podendo ser não oficialmente firmada), que se sedimenta por ações econômicas paradipomáticas de empresas estatais bem como por ações governamentais de caráter político-diplomático e político-militar (SENHORAS, 2012, p.3). Já Estratégia é a arte de preparar e aplicar o poder para, superando os óbices de toda ordem, alcançar os objetivos fixados pela política (BRASIL, 2001).

Segundo Coutau-Bégarie (2010, p.323), existe um consenso sobre a influência da geografia e da história como fatores constituintes da cultura estratégia, devendo-se, porém, fazer a combinação desses fatores. No tocante à influência da história, é importante ressaltar que esta deve ser entendida de duas formas: uma *lato sensu* (história da sociedade em geral) e outra *stricto sensu* (história militar).

De acordo com a PND (BRASIL, 2012), o crescimento da projeção internacional do Brasil no século XXI é um dos objetivos nacionais de defesa. Em consequência, é notória a maior inserção do país no cenário global, visto que o Brasil tem se tornado um ator internacional de relevância crescente (CORREA, 2014).



Figura 1 – Cultura estratégica

Fonte: Neumann e Heikka (2005, p.17)

Entretanto, como as interconexões da cultura estratégica são dinâmicas, o presente trabalho pretende analisar os impactos na cultura estratégica brasileira atual, fruto das recentes evoluções no debate público sobre segurança e defesa bem como da crescente participação brasileira no concerto das nações.

Este estudo utilizará como premissa a abordagem de Coutau-Bégarie, em que a racionalidade estratégica pode ser diferente segundo a época. Nesse contexto, Coutau-Bégarie (2010, p.322) explora o conceito de geração:

[...] as distinções entre gerações são nitidamente pronunciadas entre os combatentes que conheceram a Guerra e aqueles cuja carreira atravessa um período de paz sem conflito nacional maior [...].

De modo análogo, o general de Gaulle, então major, já havia observado esse fenômeno no período entre guerras:

Em uma geração, porém, que não acredita mais em ter de combater, bem poucos homens, entre os melhores, mantêm-se na carreira das armas, visto que uma época pacífica apenas assegura uma situação moral e material restrita para os soldados que ela considera pouco úteis. (GAULLE, 2001, p.46)

O presente trabalho foi articulado em três seções. A primeira aborda as influências geográficas. Na segunda parte, são discutidas algumas influências históricas. Na terceira parte, são apresentados possíveis impactos na cultura estratégica brasileira, em razão do maior interesse dos atores nacionais (políti-

cos, empresários, academia, entre outros) sobre o assunto de segurança e defesa.

Influências da Geografia

O Brasil, localizado no subcontinente América do Sul, possui área com cerca de 8,5 milhões de km² e litoral voltado para o Atlântico de 7.400km, sendo o quinto maior país em espaço geográfico do mundo (BRASIL, 2016).

Embora o Brasil faça fronteira com nove países sul-americanos e um território ultramarino da França (perfazendo uma faixa de 16,9 mil km de extensão), o país tem, ainda hoje, uma “orientação secular, Atlântica e voltada para o Leste” (EAKIN, 2014, p.42), o que vem influenciando profundamente o pensamento dos brasileiros sobre o país e seu lugar mundo. Nesse aspecto, a análise geopolítica de Mario Travassos ressalta a importância da cordilheira andina como grande divisor dos dois antagonismos geográficos da América do Sul, o Atlântico e o Pacífico (MATTOS, 2002, p.59).

Soma-se a essa característica o fato de o Brasil ter sido, desde a colonização, uma “civilização do litoral” (EAKIN, 2014, p.45). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ainda hoje, cerca de 70% da população brasileira vivem na faixa situada a até 200km do Atlântico, fruto, também, do movimento tardio para o interior, o que vem moldando a cultura do brasileiro.

Aliado a isso, também houve o desenvolvimento tardio das instituições de ensino superior e sua concentração em poucas cidades, influenciando na formação de elites brasileiras mais pacifistas (EAKIN, 2014, p.48).

Ademais, a Amazônia brasileira, rica em recursos minerais de toda ordem e maior biodiversidade do planeta, foi e ainda é uma área pouco povoada, devido às suas condições geográficas, mas que, por outro lado, equivale a cerca de 61% do território nacional.

Essas características, entre outras, têm impactado a cultura estratégica brasileira, notadamente nos seus atores principais, como políticos, diplomatas, militares e empresários. Segundo Eakin (2014), essas influências geram consequências ao longo da história, como não se ver dentro da cultura “latino-americana” e pouco interesse pelo que acontecia no restante da América Latina.

Além disso, deve-se levar em consideração a posição relativa do país no globo. Assim, a existência da grande potência no continente americano, os Estados Unidos, influencia diretamente a cultura estratégica dos demais países ocidentais. Nesse contexto e segundo Travassos (1935, p.70), a “instabilidade geográfica do canto noroeste do continente” estaria diretamente relacionada à influência dos Estados Unidos, tendo causas exclusivamente geopolíticas.

Conclui-se parcialmente que a geografia contribui na formação da cultura estratégica brasileira da atualidade, influenciando a mentalidade dos principais atores da sociedade.

Influências da História (ênfase na História Militar)

Não se pode falar de cultura estratégica de um país sem estudar a história. Para tanto, este trabalho limitou-se no tempo à análise de alguns fatos históricos ocorridos

a partir do século XIX, decorrentes das rupturas corridas na cultura, em face da vinda da Família Real portuguesa, em 1808, e posterior Independência do Brasil, em 1822.

Nesse contexto histórico, Glauco Corbari Corrêa (2014, p.30) traz a premissa de que as forças armadas, desde os tempos mais remotos, tiveram importante papel na constituição do Estado como ator político e continua relevante para a sua preservação.

Logo após a independência do Brasil (1822), a força militar ocupava “lugar absolutamente destituído de significado da sociedade” (FERRER, 2005, p.122), visto que a Guarda Nacional exercia papel de maior relevância na época, com maior efetivo e aporte financeiro.

Resultado disso foi a falta de recursos e dificuldade para o recrutamento, tanto para o Exército (FERRER, 2005, p.122) como para a Marinha de Guerra (LAURENZANO, 2008, p.12).

Embora o Exército Brasileiro tenha combatido na Guerra da Cisplatina (1825-1828), o descaso do governo para com o Exército foi verificado e comprovado quando o Brasil entrou em Guerra contra o Paraguai, pois faltavam às tropas brasileiras todas condições básicas para uma força armada entrar em combate (EAKIN, 2014, p.46, e FERRER, 2005, p.124). Assim, coube a Caxias a missão de reorganizar o Exército durante a campanha.

Nesse sentido, a análise de Ricardo Bonalume Neto (2011) afirma que

o exército paraguaio estava mais preparado que o brasileiro e até invadiu território do país na Guerra da Tríplice Aliança

(1865-1870). A falta de preparo inicial levou a cinco anos de Guerra.

Entretanto, esses ensinamentos não foram colhidos na cultura estratégica, e, em um conflito interno seguinte, o de Canudos (1893-1897), as tropas do Exército novamente passaram por sérias dificuldades na campanha, como falta de meios de transporte.

Fuzis que esquentavam demais, fardas que se transformavam em farrapos e calçados que rapidamente desapareciam, deixando os soldados descalços, nas longas marchas empreendidas pelos sertões. Não foram fornecidas tendas, e, portanto, os soldados tinham de dormir ao relento. Isso acabou sendo um traço comum até a quarta expedição. (ECEME, 2009, p.158)

Só após a campanha de Canudos, as experiências do despreparo e falta de prontidão da tropa nas campanhas da Guerra do Paraguai e do conflito de Canudos incentivaram líderes militares a planejar alterações e mudanças no Exército, como o “relatório Mallet”² e a reforma de Hermes da Fonseca (ECEME, 2009, p.156).

Essas mudanças foram evidenciadas no conflito do Contestado (1912-1916), em que as tropas estavam mais bem equipadas, usaram um conjunto de atividade e tarefas de inteligência, e houve o emprego inédito de aviões pelo Exército Brasileiro. Cabe destacar que esse conflito teve início no governo de Hermes da Fonseca (1910-1914), o presidente que já havia sido ministro da Guerra e que desempenhou importante papel na reorganização do Exército por meio da supracitada Reforma Hermes (CALAZA, 2012, p.74).

Ao declarar guerra à Alemanha e à Itália, em agosto de 1942, alguns consideravam

ser mais fácil a “cobra fumar” do que o Brasil entrar na Segunda Guerra Mundial (CPDOC/FGV, 2015). Sobre esse episódio, o jornalista Ricardo Bonalume Neto (2011) nos traz que, embora tenha declarado guerra em 1942, a cobra só fumou em julho de 1944, quando

a Força Expedicionária Brasileira desembarcou na Itália e, mesmo assim, era apenas uma das três divisões de infantaria inicialmente planejadas, e seu armamento era todo de origem Americana.

Nos dias atuais, o Brasil tem se destacado no cumprimento de missões de paz, sob a égide da ONU; porém, em 2010, a necessidade de uma transformação do Exército foi evidenciada concretamente pela crise vivida no Haiti, ocasião em que

colocou em evidência a restrita capacidade de a Força Terrestre projetar força e de fazer frente a situações de contingência, [...]. Para desdobrar um segundo contingente, foram necessárias três semanas [...]. (BRASIL, 2010, p.18)

Infere-se, de forma parcial, que a história tem demonstrado certa falta de maturidade na cultura estratégica brasileira (oscilação na priorização das Forças Armadas), o que pode impactar na projeção de poder no âmbito regional e internacional nos dias atuais.

Maior interesse dos atores nacionais nos assuntos de segurança e defesa

Em 1999, foi criado o Ministério da Defesa (MD), momento em que os comandantes das Forças singulares (Marinha, Exército e

Força Aérea) passaram à subordinação da liderança civil no nível estratégico (antes eram diretamente subordinados ao Presidente da República no nível político), o que vem colaborando para uma reflexão integrada entre as esferas civil e militar no planejamento de defesa do país.

A partir daí, observou-se um período de grande produção de documentos e reformulação da estrutura de Defesa, com medidas como a criação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) — em substituição ao Estado-Maior de Defesa (EMD) —, subordinado diretamente ao MD e que coordena o emprego das Forças Armadas.

De pronto, verificou-se a necessidade de revisar a Política de Defesa Nacional (PDN), de 1996. Embora tenha sido pioneiro nesse sentido, o documento de 1996 foi muito genérico, não sendo considerado um orientador político-estratégico (CORRÊA, 2014). Em consequência, iniciou-se o processo de revisão da Política de Defesa Nacional (PDN), esboçando-se algum debate nacional em 2003 e 2004.

O documento pioneiro foi então atualizado em 2005, tornando-se mais completo e trazendo, pela primeira vez, a separação conceitual de Segurança (conforme ONU e OEA) e Defesa (CORRÊA, 2014). Entretanto, Corrêa (2014) nos traz que a PDN (2005) não unificou os esforços e diretrizes para as Forças singulares, ou seja, não atuou em políticas conjuntas, a fim de racionalizar e complementar as ações em prol da sinergia estratégica.

Mitigando esse problema, em 2008, o governo publicou a Estratégia Nacional de Defesa (END), visando orientar o emprego conjunto das três forças. A END foi apro-

vada pelo Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008, sendo dividida em três eixos estruturantes: 1) reorganização das Forças Armadas; 2) reestruturação da indústria brasileira de material de defesa; e 3) política de composição dos efetivos das Forças Armadas (BRASIL, 2012b).

Além disso, a END foi um importante passo na tentativa de traçar as pretensões brasileiras na área de Defesa, trazendo transparência e abertura ao debate com a sociedade, inferindo que o envolvimento nesse assunto é também um dever de todos os cidadãos (CORRÊA, 2014).

Em 2010, a Lei Complementar nº 97/1999 foi modificada pela Lei Complementar nº 136/2010, a qual estabeleceu, em seu Artigo 9º, a obrigatoriedade de o Poder Executivo apresentar ao Congresso Nacional, na primeira metade da sessão legislativa ordinária de 2012, a primeira versão do Livro Branco de Defesa Nacional.

Para cumprir a tarefa de elaborar o Livro Branco, o debate não ficou limitado ao desenvolvimento dentro dos escritórios do Ministério da Defesa. Buscou-se aumentar a participação da sociedade na reflexão e no debate dos temas desenvolvidos. Foram realizadas oficinas temáticas, seminários e mesas-redondas, contando com a participação de civis e militares, brasileiros e estrangeiros, e levou-se a discussão das questões da defesa brasileira para as cinco regiões do país. Essas contribuições foram de grande valia, conforme registrado pelo então ministro da Defesa Celso Amorim (BRASIL, 2012c, p.8-9).

No ano de 2010, observou-se a criação do curso de graduação em Defesa e Gestão

Estratégica Internacional (DGEI) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A primeira turma do curso formou-se em 2014. É o primeiro e único curso sobre Estudos Estratégicos no Brasil destinado, a formar especialistas civis na área de Defesa. Atualmente, o curso possui 420 alunos e 15 bacharéis já formados (UFRJ, 2015), demonstrando, dessa forma, interesse crescente no mundo acadêmico civil pelo tema de Defesa Nacional.

Nesse cenário, o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) foi apresentado pelo governo em 2012, como um meio pelo qual os cidadãos poderão conhecer as ações do Estado nessa área bem como os desafios do país para aprimorar sua Defesa nas próximas décadas (BRASIL, 2012c). Documento de caráter público, o LBDN visa permitir o acesso ao amplo contexto da estratégia de defesa nacional, em perspectiva de médio e longo prazo, bem como viabilizar o acompanhamento do orçamento e do planejamento plurianual relativos ao setor (Art 9º, § 1º, Lei Complementar nº 136/2010).

Após a aprovação do Congresso Nacional, os três documentos básicos foram promulgados em setembro de 2013: Política Nacional de Defesa (PND), anteriormente PDN; END; e LBDN. Assim, tem-se hoje um conjunto de documentos fundamentais, que orientam e esclarecem as ações dos atores nacionais na área de Defesa.

Outro exemplo de maior interesse na área de Defesa foi a implementação de medidas para alavancar a base industrial de Defesa, fruto dos debates desenvolvidos na PND e END. A PND elenca que a indústria de defesa é um setor altamente estratégico e

diretamente relacionado com a soberania do Estado e com a autodeterminação do povo. Um dos objetivos da END é a reorganização da indústria nacional de material de defesa, buscando um desenvolvimento tecnológico independente.

Nesse aspecto e motivado pela aprovação da END, o Exército Brasileiro (EB) iniciou uma mudança denominada “Processo de Transformação” (BRASIL, 2010). Tal processo pretende fazer com que o EB se torne capaz de proporcionar ao Brasil o respaldo necessário para enfrentar os novos desafios no cenário internacional, alcançando patamar de uma força armada com a estatura político-estratégico-militar de ator global, com capacidade operacional para atuar em qualquer área de interesse do Brasil.

Ainda exemplificando maior envolvimento do setor acadêmico, a UFSC sediou pela primeira vez, no ano de 2015, o curso de Extensão em Defesa Nacional com objetivo de discutir assuntos relacionados aos cenários internacional e regional de segurança. O evento foi fruto de uma parceria entre o MD e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O curso teve apoio do Grupo de Estudos em Segurança e Defesa (GESED) do curso de Relações Internacionais da Universidade (UFSC, 2016).

Nesse contexto de maior participação da academia na área de Defesa, pode-se destacar o Instituto Meira Mattos (IMM), da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). O IMM contribui para a desejável sinergia entre o meio acadêmico civil e o militar abordada no LBDN, além

de atender à Diretriz do Comandante do Exército (2011-2014), uma vez que permite à ECEME contar com o segmento civil em seus corpos docente e discente bem como aperfeiçoar seus programas de pesquisa e pós-graduação.

Além disso, alguns estudos — como os de Elói Martins Senhoras e João Paulo Soares Alsina Júnior — têm levantado o nível do debate sobre os assuntos estratégicos de Defesa Nacional. Segundo esses autores, existe um claro desequilíbrio (*gap*) estratégico na projeção de poder internacional da grande política exterior, na medida em que se entende que há uma falta de capacidade militar em comparação aos recursos de poder tangíveis dos empresários e da diplomacia.

Segundo Senhoras (2012, p.11):

para um país, como o Brasil, que tem ambições crescentes de se tornar um *player* internacional, torna-se **função *sine qua non* o fortalecimento de sua capacidade dissuasória**, por meio de investimento em sua máquina militar, motivo pelo qual a conformação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) bem como compras de novos equipamentos e possíveis transferências tecnológicas para a reativação de uma indústria de defesa (grifo nosso).

Conclui-se parcialmente que a criação do Ministério de Defesa, o surgimento de alguns documentos estratégicos para a política de defesa e o maior envolvimento da academia sobre o assunto estão sendo fatos relevantes para o país romper a “velocidade zero” no longo caminho de construção de uma cultura estratégica.

Conclusão

O presente trabalho buscou contextualizar o conceito de cultura estratégica com a realidade atual do Brasil. Como introdução, fez-se uma abordagem teórica sobre a interconexão dinâmica entre a grande estratégia e a prática, suas influências e a diferenciação entre gerações.

Para atingir o objetivo de pesquisa proposto, este trabalho foi dividido em três seções. As duas primeiras trataram das influências da geografia e da história (com foco na história militar), como fatores constituintes na formação da cultura estratégica. Na terceira parte, foram apresentados alguns possíveis impactos na cultura estratégica brasileira, em consequência do maior interesse nos assuntos de Segurança e Defesa pelos principais atores nacionais.

Em síntese, infere-se que a geografia e a história influenciam profundamente a cultura estratégica brasileira, com variação nas gerações. Nos últimos anos, outros atores nacionais, além de militares e diplomatas, como políticos, empresários e acadêmicos, têm demonstrado maior interesse nas discussões nacionais sobre Defesa e Segurança, impactando na cultura estratégica brasileira.

Das influências geográficas, a “orientação secular, Atlântica e voltada para o Leste” e, por conseguinte, uma “civilização do litoral” marcam o pensamento dos brasileiros. Verificaram-se também a situação demográfica e de desenvolvimento da Amazônia brasileira e o posicionamento da potência hegemônica EUA como grandes influências geopolíticas.

No contexto histórico, constatou-se um desequilíbrio estratégico pela oscilação na priorização das Forças Armadas desde a independência, ocasionando, por vezes, um *gap* de poder no campo militar. Desta feita, pretende-se, com uma cultura estratégica nacional, conceber e aprovar mecanismo que permita conferir previsibilidade, estabilidade e perenidade aos projetos de equipamento e de desenvolvimento tecnológico das Forças Armadas.

No caso específico do Exército, pretende-se fazer com que o EB se torne capaz de proporcionar ao Brasil o respaldo necessário para enfrentar os novos desafios no cenário internacional, alcançando patamar de uma força armada com a estatura político-estratégico-militar de ator global, com capacidade operacional para atuar em qualquer área de interesse do Brasil.

Recentemente, o país vem passando por grave crise política e econômica com drástica redução de investimentos para área de Defesa. Por outro lado, observou-se a possibilidade de o Brasil reconquistar um momento de prosperidade. A aprovação dos documentos basilares que orientam a condução de políticas e estratégias nacionais na área de Defesa, como a PND, END e LBND, pode contribuir para superação dos óbices

acerca dos riscos concernentes à deterioração das capacidades do país bem como da incerteza quanto ao novo papel a ser desempenhado pelo poder militar, os quais aos poucos se mitigam ante a possibilidade de retomada do interesse de governantes e do segmento civil da sociedade pelo tema.

Fruto disso, destacou-se a implementação de medidas para alavancar a base industrial de Defesa, indo ao encontro da Estratégia Nacional de Defesa e também do desenvolvimento do país.

Além disso, a criação de cursos de graduação na área de Defesa e maior participação do mundo acadêmico nos estudos e produção científica na área formam outros aspectos levantados como relevantes para a formulação da cultura estratégica brasileira.

Por fim, conclui-se que a Cultura Estratégica Brasileira na atualidade tem grande potencial para melhorias qualitativas. A geografia e a história continuam sendo aspectos fundamentais na constituição dessa cultura. Entretanto, como suas interconexões são dinâmicas, os primeiros passos dados nos últimos anos poderão marcar a visão das gerações futuras para a construção e consolidação de uma verdadeiramente forte cultura estratégica brasileira. 🌐

Referências

BONALUME NETO, Ricardo. Despreparo militar marca história do país. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 março 2011.

BRASIL. Estado-Maior do Exército. Portaria nº 109, de 21 de setembro de 2001. **Aprova o Manual de Campanha C 124-1-Estratégia**. 3ª Ed. Brasília, DF, 2001.

- _____. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Manual de Transformação do Exército**. 3ª edição. 2010. Disponível em <<http://www.eb.mil.br/web/proforca/downloads>>. Acesso em: 25 fev. 2015.
- _____. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2012(a). Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/pnd.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 16.
- _____. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2012(b). Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/end.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 14.
- _____. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF, 2012(c). Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/projetosweb/livrobranco/lbdndigital/#/0>>. Acesso em: 14 fev. 1c.
- _____. Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil em síntese**. Portal IBGE, 2016. Disponível em: <<http://brasilemsintese.ibge.gov.br>>. Acesso em: 14 fev. 16.
- CALAZA, Claudio Passo. Avião no Contestado: descortinando um emprego militar inédito. **Revista Brasileira de História Militar**, v.3, n. 8, p.72-91, 2012.
- CPDOC/FGV (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil). Fatos & Imagens - 1944: O Brasil vai à guerra com a FEB. **Fundação Getúlio Vargas**, 2015. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/FEB>>. Acesso em: 10 fev. 2016.
- CORRÊA, Glauco Corbari. A Política de Defesa do Brasil No Século XXI. Brazil's Defense Policy in the 21st Century. **Coleção Meira Mattos-Revista das Ciências Militares**, v. 8, n. 31, p. 29-38, 2014.
- COUTAU-BÉGARIE, Hervé. **Tratado de estratégia**. Tradução de Brigitte Bentolila de Assis Manso et al. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval (2010).
- EAKIN, Marshall C. Espaço, Lugar, Identidade... e Tempo: História, Geografia, e as Origens da Cultura Estratégica Brasileira. **Revista Eletrônica-Expedições/Expeditions: Teoria da História e Historiografia (ISSN 2179-6386)**, v. 5, n. 1, p. 42-56, 2014.
- ECEME (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército). **CONTEÚDO BÁSICO DE HISTÓRIA MILITAR** (atualizado em 11/2009). Disponível em: <<http://cp.eceme.ensino.eb.br/>>. Acesso em: 10 fev. 2016.
- FERRER, Francisca Carla Santos. **A (re) organização do Exército Brasileiro na Guerra do Paraguai**. Biblos, Rio Grande, v. 17, p.121-130, 2005. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/ojs/index.php/biblos/article/view/101/56>>. Acesso em: 10 fev. 2016.
- GAULLE, Charles De. **O fio da espada**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.
- JOHNSTON, Alastair Iain. Thinking about strategic culture. **International security**, v. 19, n. 4, p. 32-64, 1995.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 312p.

LAURENZANO, Mayra Cristina. **Os conflitos platinos e a formação do Estado Brasileiro (1808-1828)**. 2008. Dissertação de Mestrado. Londrina: UEL.

MARQUES, Adriana Aparecida. **Amazônia: pensamento e presença militar**. 2007. 233f. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2007.

MARQUES, Adriana A.; MEDEIROS FILHO, Oscar. Entre a “Segurança Democrática” e a “Defesa Integral”: Uma Análise de Duas Doutrinas Militares no Canto Noroeste do Subcontinente Sul-Americano. In INSTITUTO DE PESQUISA Econômica Aplicada. **O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul**. Brasília: Ipea, 2014.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica e modernidade: geopolítica brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002.

MEDEIROS FILHO, Oscar. **Cenários geopolíticos e emprego das Forças Armadas na América do Sul**. 2005. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP.

NEUMANN, Iver B; HEIKKA, Henrikki. **Grand Strategy, Strategic Culture, Practice: The Social Roots of Nordic Defence**. Cooperation and Conflict: Journal of the Nordic international Studies Association, v.10, n.1, 2005.

SENHORAS, Eloi Martins. Cultura estratégica e projeção brasileira nas relações internacionais. **Memórias del VI Congreso Latinoamericano de Ciencia Política**, Quito, Ecuador, 2012. Disponível em: <<https://works.bepress.com/eloi/258/>>. Acesso em 02/02/2017.

TRAVASSOS, Mário. **Projeção Continental do Brasil**. São Paulo: Companhia Editoria Nacional, 1935.

UFRJ. Defesa e Gestão Estratégica Internacional (DGEI) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Disponível em: <<http://www.dgei.ufrj.br/images/O-que-e-o-DGEI.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

UFSC. Cotidiano. UFSC. Disponível em: <<http://cotidiano.sites.ufsc.br/a-universidade-federal-de-santa-catarina-recebe-curso-de-extensao-em-defesa-nacional/>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ No original: *the sum total of ideals, conditioned emotional responses, and patterns of habitual behavior that members of the national strategic community have acquired through instruction or imitation and share with each other with regard to nuclear strategy*.

² Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado da Guerra Gen Div. J. N. de Medeiros Mallet. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900. Documento deu tom de debate político e forneceu a base para as iniciativas para a reforma na década seguinte.

A Operação Northern Delay e a viabilidade do assalto aeroterrestre

*Arlindo José da Cruz Neto**

Operações aeroterrestre ainda são viáveis?

Algumas autoridades e estudiosos de defesa encontram dificuldade em perceber a exequibilidade dos grandes assaltos aeroterrestres na atualidade. Para essas pessoas, tais operações pertencem exclusivamente ao universo da história militar, pois seriam inviáveis, seja pela dificuldade de reunir os vultosos meios necessários, seja pela vulnerabilidade dos meios aéreos ou ainda a dúvida existente sobre os resultados práticos desse tipo de operação.¹

O raciocínio daqueles que apregoam o fim das forças aeroterrestres está alinhado com a discussão do término dos conflitos interestatais e da proeminência dos conflitos de quarta geração, nos quais o emprego de operações dessa natureza seria muito restrito.² A mesma lógica prega a inviabilidade dos arsenais nucleares, a inutilidades dos carros de combate, a baixa eficiência da artilharia de maior calibre, em suma acreditam no esgotamento da guerra convencional.³

A constatação de que houve uma diminuição no emprego das forças paraquedistas desde o surgimento do helicóptero reforça a tese da inviabilidade das operações

aeroterrestres na atualidade. As tropas que passaram a utilizar aeronaves de asas rotativas mostraram-se flexíveis o bastante para absorver parcela significativa das missões confiadas exclusivamente às forças aeroterrestres no passado.

Por outro lado, não se observa o abandono dessas capacidades nas forças armadas dos países centrais, o que denota falta de sustentação prática para tal linha de pensamento. Recentemente, ocorreram dois assaltos paraquedistas (Iraque/2003 e Mali/2013), que contrastaram com o posicionamento contrário ao emprego das tropas paraquedistas:

- Operação Northern Delay – Em 26 de março de 2003, a 173ª Brigada Paraquedista (Bda Pqdt) do exército dos Estados Unidos da América (EUA) conduziu o 44º salto de combate na história daquele país, ocasião em que foram lançados 964 paraquedistas no norte do Iraque, para assegurar o aeródromo em Bashur, durante a Guerra do Iraque. Esse foi o maior assalto paraquedista⁴ desde a Segunda Guerra Mundial.⁵

* Ten Cel Inf (AMAN/95, EsAO/03, ECEME/13). Atualmente é instrutor da ECEME.

- Operação Serval – No norte do Mali, no dia 28 de janeiro de 2013, em torno de 200 paraquedistas da Legião Estrangeira Francesa foram lançados com sucesso de três Transal (C-160) e dois Hércules (C-130) para conquistar e manter o aeroporto de Timbuktu, a fim de permitir utilizá-lo como base de apoio no combate aos rebeldes *jiihadistas*.⁶

A partir de tais fatos, a seguir serão verificados alguns aspectos da Operação Northern Delay, realizada no norte do Iraque, buscando evidenciar a aplicabilidade de um assalto aeroterrestre nos dias presentes.

Operação Northern Delay

O plano inicial dos norte-americanos era abrir uma nova frente terrestre no norte do Iraque a partir da Turquia. Buscavam imprimir um ritmo favorável, simultaneidade e agressividade ao atacar o ciclo de decisão do governo de Saddam Hussein, além de canalizar os efeitos para explorar suas vulnerabilidades críticas (curdos) e anular a capacidade de reação do exército iraquiano. Por isso, a 173ª Bda Pqdt foi originalmente designada para integrar a 4ª Divisão de Infantaria (DI), o que acrescentaria às modernas forças mecanizadas uma infantaria leve, versátil e altamente capacitada. Mas quando os turcos recusaram permissão aos EUA para mover tropas da 4ª DI através do seu território, a 173ª Bda Pqdt foi designada para realizar uma operação aeroterrestre no Iraque sob o controle operacional das Forças Combinadas de Operações Especiais.

Descartado o emprego da 4ª DI, as tropas de operações especiais seriam totalmente responsáveis pelo norte do Iraque até que as forças convencionais pudessem abrir caminho para aquela região.

Com a rota terrestre através da Turquia negada, a decisão foi empregar toda a brigada no estabelecimento de uma cabeça de ponte aérea, uma vez que, embora houvesse elementos de forças especiais no terreno apoiando os guerrilheiros curdos, havia necessidade de se criar uma presença estabilizadora convencional no norte do Iraque. A localização do quartel da 173ª Bda Pqdt, posicionada em Vicenza, Itália, perto da base aérea de Aviano, principal ponto de embarque aéreo dos EUA no sul da Europa, foi um elemento que motivou sua escolha para aquela missão. Como objetivo principal, foi selecionado um campo de pouso no norte do Iraque que pudesse suportar pousos seguidos de aeronaves Globemaster III (C-17). O aeroporto abandonado em Bashur possuía todas características desejáveis, além de distar relativamente pouco da base de Aviano, quatro horas e meia de voo.⁷ A ideia era que, com a força no campo de batalha, houvesse condição de apoiá-la exclusivamente do ar, o que se mostrou um grande desafio para os planejadores dos EUA, mas foi a solução disponível e tornou-se um sucesso.

A subordinação da 173ª Bda Pqdt às Forças Combinadas de Operações Especiais – Norte marcou a primeira integração de forças especiais e convencionais durante a Guerra do Iraque. As forças convencionais paraquedistas deram ao comando das forças especiais a capacidade de conquistar e manter a área próxima ao aeródromo de Bashur,

algo que seria impertinente às equipes de operações especiais. Além disso, a 173ª Bda Pqdt marcou com alta visibilidade a presença dos EUA e, por isso, constituiu-se em um fator estabilizante para as relações conflituosas locais, entre turcos e curdos. Finalmente, a brigada deu ao comandante das forças especiais a capacidade de ocupar Kirkuk e controlar as principais instalações de produção de petróleo, um objetivo estratégico da operação. As metas designadas somente poderiam ser alcançadas por uma vultosa força convencional, que explorasse a surpresa estratégica necessária e impactasse o ciclo decisório dos defensores. As capacidades daquela Bda Pqdt norte-americana suprimiram plenamente o efeito desejado pelos planejadores da coalisão.

Adicionalmente, o poder de combate da 173ª Bda Pqdt foi aumentado com a integração de uma força de ação rápida (*Immediate Reaction Force* – IRF) blindada da USAREUR (força dos EUA desdobrada na Europa). A IRF foi constituída por uma força-tarefa transportável em aeronaves C-17, composta por uma subunidade com cinco carros de combate Abrams e quatro viaturas de combate de infantaria Bradleys, uma subunidade blindada com viaturas blindadas de transporte de pessoal M113, apoio de fogo orgânico e elementos blindados de reconhecimento. A adjudicação de elementos blindados mitigou a baixa mobilidade tática, proteção blindada e poder de fogo das tropas paraquedistas em geral.

Antes do assalto aeroterrestre propriamente dito, um destacamento precursor (Dst Prec) constituído por 14 militares, entre elementos da brigada e da força aérea, foi

preparado para operar a zona de lançamento (ZL) e realizar as ligações com as forças especiais existentes nas proximidades do aeródromo. Antecedendo o salto em 24 horas, o Dst Prec se infiltrou na ZL por meio de um audacioso pouso de assalto noturno na própria pista de pouso de Barshur, utilizando um Hércules adaptado (MC-130). Em solo, verificou-se que a pista não teria condições de ser utilizada intensivamente sem que houvesse uma preparação, dada a situação de abandono em que se encontrava, com expressiva quantidade de lama e sujeira.⁸ A condição inicial precária da pista, nesse sentido, foi um elemento determinante para a realização do assalto aeroterrestre da Bda, uma vez que o pouso de assalto seria inviável ou demandaria muito tempo para sua exequibilidade.⁹

Com toda a presença do pessoal amigo em terra (Dst Prec, forças especiais e rebeldes aliados), o salto foi considerado permissivo, significando que os soldados não esperavam ser atingidos enquanto desciam. Adicionalmente, optou-se pela realização de um salto noturno, aproveitando a surpresa e a escuridão como elementos de proteção suplementares, tanto para o pessoal, quanto para as aeronaves.

O plano de concentração da brigada na Itália incluiu dez trens, 300 levadas de caminhões e mais de 120 viagens de ônibus. As aeronaves C-17 entraram no Iraque a 30.000 pés e desceram até 1.000 pés para o lançamento na luz verde. Durante a aproximação, para evitar a defesa aérea, as aeronaves voaram contornando o terreno, submetendo a tropa à incômoda situação de forças gravitacionais negativas.

O lançamento foi realizado em duas levadas, uma de cargas pesadas e outra de tropas. As primeiras aeronaves surgiram sobre a ZL às 20h de 26 de março, quando cinco C-17 lançaram dez cargas pesadas contendo veículos e equipamentos. Dez minutos depois do lançamento pesado, outros dez C-17 em formação, com 99 paraquedistas cada, sobrevoaram a zona de lançamento, e o coronel William Mayville, comandante da 173ª Bda Pqdt, foi o primeiro paraquedista a se lançar, seguido de outros 963 soldados¹⁰ durante os 58 segundos de luz verde, nos 9.200m de ZL.¹¹ A aeronave C-17 conferiu efetiva capacidade de mobilidade estratégica às forças norte-americanas. Poucas forças aéreas do mundo possuem essa competência, conquanto durante a Operação Serval, entre outras operações, os franceses foram apoiados por C-17 canadenses e ingleses.¹²

A maior parte do escalão de assalto foi constituída pelos batalhões Red Devils (1-508) [1º Batalhão (Paraquedista), do 508º Regimento de Infantaria] e The Rock (2-503) [2º Batalhão (Paraquedista), do 503º Regimento de Infantaria]. O Red Devils, esforço principal, teve a missão de proteger o lado sudeste do aeródromo e preparar a pista para permitir o pouso dos C-17 em até seis horas após o início da operação. O 2-503 garantiu o lado nordeste do objetivo. Os demais integrantes da brigada que participaram da vaga de assalto incluíram artilharia (Bateria D, do 319º Regimento de Artilharia de Campanha Paraquedista), engenheiros de combate, tropas de defesa antiaérea, com mísseis Stinger, elementos de reconhecimento e vigilância, equipes de saúde e de cirurgia do destacamento de apoio avançado da bri-

gada, entre outros.¹³ A formação do escalão de assalto da brigada foi clássica, com dois batalhões de infantaria e apoios imediatos. O elemento diferenciado foi a capacidade de colocá-los no terreno em uma única passagem das aeronaves, conferindo a rapidez desejável à ação.

O terreno tinha sido arado e estava extremamente fofo e úmido. Isso foi bom para os paraquedistas, pois significou poucos ferimentos na aterragem. Por outro lado, a carga extra média de cada soldado de 45kg, entre armamentos, equipamentos e suprimentos, fez com que os deslocamentos no interior da zona de lançamento para a reorganização fossem muito difíceis. Embora tenha levado a noite toda para os soldados percorrerem a lama grossa e consolidar os objetivos, a brigada alcançou o pleno poder de combate muito mais rapidamente do que se tivesse realizado um pouso de assalto. Em duas horas, a brigada havia ocupado todas as posições de bloqueio na pista e quinze horas após o salto, havia concluído a reorganização.¹⁴ Com o grosso da infantaria no terreno e o campo de pouso completamente desobstruído e seguro, o restante da brigada pôde ser trazido rapidamente.

Nas jornadas seguintes ao salto, por volta de doze C-17 pousaram por dia em Bashur. A Força Aérea conseguiu levar para o norte do Iraque outros 2.160 soldados e 380 paletes de viaturas e equipamentos em somente 96 horas, tarefa facilitada pela relativa pequena distância entre o destino e a base aérea de Aviano, na Itália, e a notável capacidade de carga dos C-17.¹⁵

A brigada também saltou com uma expressiva equipe médica. Nove médicos

saltaram junto com o escalão de assalto e trataram dos soldados machucados imediatamente após a aterragem. Pela manhã, eles já tinham condições de utilizar um posto cirúrgico, o qual havia sido lançado junto com a primeira vaga. Embora o vento na noite da operação estivesse com 17 m.p.h. (15 nós) na ZL, somente dezenove soldados ficaram feridos em decorrência de aterragem, dentre eles, somente quatro requereram evacuação para a Itália por terem sofrido algum tipo de fratura.¹⁶

Em 29 de março, a 173ª Bda Pqdt, menos a força-tarefa blindada (IRF), completou sua consolidação e ficou em condições de conduzir outras operações subsequentes. Os paraquedistas conduziram reconhecimento da região além da cabeça de ponte aérea e dentro do terreno controlado pelos curdos. Para essas operações, a brigada explorou a capacidade das viaturas recém-incorporadas ao seu inventário,¹⁷ o que conferiu fundamental mobilidade tática às tropas paraquedistas e aumentou a gama de missões a serem desempenhadas.¹⁸ A dotação de viaturas para as frações paraquedistas mostrou-se um elemento determinante para proporcionar utilidade prática à operação, ou seja, não restringiu a missão das tropas paraquedistas exclusivamente ao assalto aeroterrestre e posterior junção ou substituição em até 72 horas, mas permitiu a sua participação em ações posteriores.

A artilharia da 173ª Bda Pqdt empregou obuseiros *light gun* de 105mm e os novos morteiros de 120 milímetros, ambos trazidos no escalão de acompanhamento. O apoio de fogo orgânico da brigada serviu tanto para proteger o perímetro da cabeça de ponte,

quanto para fustigar o inimigo nas etapas seguintes. A 173ª Bda Pqdt colocou as unidades terrestres iraquianas da linha de frente sob fogo de artilharia convencional pela primeira vez naquela guerra.¹⁹

A brigada também recebeu dois sistemas aéreos remotamente pilotados (SARP) Dragon Eye um pouco antes do seu desdobramento. Esse veículo aéreo lançado pela mão foi originalmente concebido para os fuzileiros navais e cedidos às tropas paraquedistas no intuito de reforçar os meios da inteligência tática.²⁰ O pequeno tamanho, peso e facilidade de operação o tornaram elemento essencial para capturar imagens além do campo visual e complementar os meios que permitiram à Bda Pqdt se inteirar com relativa acurácia do quadro que se passava na sua área de influência, visualizando o campo de batalha e apreendendo a situação em menor tempo.

O lançamento da 173ª Bda Pqdt em tão profunda retaguarda do norte do Iraque teve severas consequências logísticas para ambos os lados, tanto para os defensores iraquianos, quanto para os EUA e seus aliados. Para os iraquianos a implicação de ter uma segunda frente para lidar levou sua logística ao colapso. Aos norte-americanos os desafios foram quase insustentáveis, demandando um enorme esforço aéreo para manter tão vultosa força sem uma linha de suprimento terrestre estabilizada. Particularmente, a chegada da força de ação rápida blindada ocasionou um expressivo aumento das necessidades logísticas, requerendo cerca de 30.000 de litros de combustível por dia, além do incremento da demanda por munição e itens de manutenção. O que diminuiu a

pressão na ponte aérea foi o estabelecimento de contratos com empresas turcas para entregar combustível no interior do território iraquiano, direto da fronteira terrestre entre os países.²¹

Embora a 173ª Bda Pqdt tenha desempenhado um papel crucial na guerra ao estabelecer uma significativa presença de forças convencionais no norte iraquiano, essa tropa não tomou parte dos principais engajamentos às forças iraquianas. A brigada travou seus principais combates, a partir de 10 de abril, na ocasião em que ocupou Kirkuk, quando as Forças Combinadas de Operações Especiais – Norte buscaram evitar que a Guarda Republicana e o exército regular iraquiano transformassem a cidade em um reduto defensivo. Uma vez em Kirkuk, a 173ª Bda Pqdt foi vital para obtenção de um ambiente de razoável segurança e as seguintes operações de estabilização. Além disso, a abertura de uma segunda frente e as contínuas fustigações — por ataques aéreos e pela ação de guerrilheiros curdos e tropas regulares — fizeram o exército iraquiano regular e a Guarda Republicana se despedaçarem e os seus soldados desertarem.²²

Corolário

A análise da Operação Northern Delay demonstra a aplicabilidade das grandes operações aeroterrestres nos dias presentes, desafiando aqueles que argumentam que os lançamentos por paraquedas seriam realizados apenas pontualmente por tropas especializadas, seja para preparar as zonas de pouso das forças helitransportadas, seja para operações especiais específicas.

Dificuldades

Pode-se constatar, também, pelo estudo do assalto aeroterrestre realizado, que as dificuldades inerentes a esse tipo de operação são em grande parte existentes quando da realização de um assalto aeromóvel com uso de helicópteros, não implicando por isso a inviabilidade de um ou de outro.

Primariamente, a disponibilidade dos meios aéreos suficientes constitui-se num gargalo, tanto para proporcionar a mobilidade estratégica, mas também superioridade aérea e capacidade de sustentação das forças no terreno hostil. Poucos países possuíam essa competência ao longo do tempo. Na Segunda Guerra Mundial, os aliados contavam com aeronaves C-47 e Halifax, mas sua limitada capacidade de carga requeria enorme quantidade de aviões e, por isso, operações altamente complexas e sujeitas a baixas intoleráveis nos dias correntes. Na atualidade, como visto, a *performance* do C-17 confere aos norte-americanos condições de lançar e sustentar suas tropas paraquedistas em grande parte do mundo. Rússia e China também possuem aeronaves com iguais parâmetros de desempenho, que outorgam valor estratégico a suas forças paraquedistas. Para os países da OTAN, sempre haverá a possibilidade de serem apoiados com aeronaves ao integrarem coalizões, como observado durante a Operação Serval. No Brasil, a chegada da nova aeronave KC-390 ampliará a capacidade de projetar suas forças paraquedistas e mitigará o desafio da indisponibilidade dos meios aéreos atuais.

Outra dificuldade sempre presente nas operações paraquedistas, e evidenciada

na operação da 173^a Bda Pqdt, é contornar os imensos problemas para sustentar o fluxo logístico. A solução chave observada nas operações contemporâneas foi obrigatoriamente incluir um aeródromo como objetivo inicial, a partir do qual as forças seriam ampliadas e apoiadas em uma ponte aérea, até o estabelecimento de um fluxo logístico terrestre estável. É um estorvo a ser solucionado em qualquer operação estratégica, inclusive caso se opte por empregar tropas helitransportadas, ou seja, constitui-se em mais uma variável do problema militar que precisa ser encarado como um desafio e não como um obstáculo intransponível.

Por fim, entre outros contratempos observados na Operação Northern Delay estão os óbices decorrentes da atividade de salto e o evento aterragem. Durante o salto, ocorreu a dispersão das frações no terreno, o que causou alguma dificuldade na reorganização, embora não houvesse comprometido o estabelecimento da cabeça de ponte aérea no prazo estipulado. A solução sempre foi recorrer à formação de frações provisórias e novamente foi uma medida efetiva. Para evitar a vulnerabilidade dos paraquedistas enquanto no ar e logo após a sua aterragem, os planejadores dessa operação e dos recentes assaltos paraquedistas têm optado por realizar operações noturnas, aproveitando-se da proteção da escuridão e da surpresa. Outra questão à qual se dedicou especial atenção foi a das baixas consequentes da aterragem, para o que se tentou diminuir o problema com o estabelecimento de uma rede de assistência aos feridos no solo. De qualquer forma, a quantidade de feridos não foi substantiva e, nem

de perto, se constituiria em um empecilho para tais operações, havendo, é claro, que se ressaltar a necessidade de uma cautelosa análise das condições da ZL, como foi realizada na operação comentada.

Vantagens


Por outro lado, uma operação aeroterrestre confere toda uma gama de vantagens ao planejador militar, constituindo-se em uma ação que pode resultar em superioridade decisiva para quem a utilizar, uma vez que tem condições de acelerar o atingimento do ponto culminante²³ do oponente e abrir novas perspectivas para o conflito. Durante a operação analisada, ficou evidenciada a importância do lançamento da 173^a Bda Pqdt para abreviar o colapso das forças iraquianas.

A rapidez com que operações aeroterrestres têm condições de colocar grandes efetivos no terreno constitui-se em uma de suas maiores vantagens. A limitada capacidade de carga dos helicópteros não permite a realização de uma ação com a mesma magnitude que em uma operação paraquedista. Não há meio mais rápido para colocar simultaneamente mil soldados ou mais no terreno do que por intermédio de um assalto aeroterrestre, e por isso será sempre uma opção a ser analisada pelos planejadores que dispuserem dessa ferramenta.

O alcance estratégico proporcionado por aeronaves como o C-17 (e os futuros A400 e KC-390) permite que tropas paraquedistas alcancem objetivos muito além do que podem ser atingidos por forças helitransportadas. Para os EUA, implica que eles têm condições de atacar virtualmente

qualquer local do planeta dentro de 18 horas. Para o Brasil, implica ter uma força em condições de atuar em qualquer parte do vasto território nacional ou das regiões de interesse do país, em curto prazo.

As aeronaves de asas fixas possuem baixa vulnerabilidade quando comparadas com os helicópteros. Nos deslocamentos, pouso, decolagem, ou ainda na aproximação, as aeronaves de asas rotativas ficam mais sujeitas a serem atingidas por armas de pequeno calibre inimigas ou lança-rojões do que aviões voando a 1.000 pés e a 300km/h sobre a ZL.

Concluindo, percebe-se, pelo que foi apresentado, que as ações realizadas no norte do Iraque e do Mali evidenciaram a aplicabilidade do assalto aeroterrestre, correntemente. Primeiro, porque certamente havia variadas opções estratégicas militares disponíveis aos franceses e norte-americanos, e a opção recaiu sobre o assalto aeroterrestre por ser adequado, praticável e aceitável. E depois, em razão do absoluto sucesso das operações, as quais aproveitaram suas evidentes vantagens para acelerar o atingimento do centro de gravidade do inimigo e desequilibrar o combate a favor de quem as empregou.²⁴ 

Referências

- BRASIL. Ministério da Defesa. **MD 30 M01 – Doutrina de operações conjuntas Vol 1**. Brasília: Ministério da Defesa, 2011.
- BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **Estudos de Segurança Internacional**. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.
- DONOV, Iassen. **French Foreign Legion Combat Jump in Timbuktu!** Disponível em <http://sofrep.com/16722/french-foreign-legion-combat-jump-in-timbuktu/>. SOFREP: 04 Feb 13. Acessado em 02 Jul 14.
- DUPONT, Pascal. Vídeo: **Forces Focus – Operation Serval – 2e REP Combat Jump into Timbuktu**. Disponível em <http://soldiersystems.net/2013/01/30/forces-focus-operation-serval-2e-rep-combat-jump-into-timbuktu/>. Postado em 30 Jan 13. Acessado em 02 Jul 14.
- FONTENOT; Gregory; DEGEN, E. J.; TOHN, David. **On Point: The United States Army in Operation Iraqi Freedom**. Fort Leavenworth, KS: Combat Studies Institute Press, 2007.
- MONTY. **The Future of Airborne Forces**. Think Defence. Disponível em <http://www.thinkdefence.co.uk/2013/04/the-future-of-airborne-forces/>. Postado em 27 Abr 2013. Acessado em 02 Jul 14.
- ROYAL AIR FORCE. RAF air mobility continues to bolster French peacekeeper. Disponível em <http://www.raf.mod.uk/news/archive/raf-air-mobility-continues-to-bolster-french-peacekeepers-12122013>. Postado em 12 Dez 2013. Acessado em 02 de julho de 2014.
- RIBEIRO, Pedro; COSTA, António; FERNANDES, Hugo. Intervenção Militar Francesa no Mali. Operação “SERVAL”. **IESM Atualidade**, Nr 01, Abr 2014, Lisboa, Instituto de Estudos Superiores Militares.
- WIKIPEDIA. **173rd Airborne Brigade Combat Team**. Disponível em http://en.wikipedia.org/wiki/173rd_Airborne_Brigade_Combat_Team. Acessado em 02 de julho de 2014.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ MONTY, 2013.

² BUZAN, 2013.

³ MONTY, 2013.

⁴ O assalto aeroterrestre pode ser realizado por aerotransporte ou lançado por paraquedas. Neste caso, foi lançado por paraquedas, daí a expressão assalto paraquedista.

⁵ FONTENOTE ; DEGEN ; TOHN, 2007.

⁶ RIBEIRO et al, 2014.

⁷ FONTENOTE ; DEGEN ; TOHN, 2007, p. 223.

⁸ FONTENOTE ; DEGEN ; TOHN, 2007, p. 225.

⁹ FONTENOTE ; DEGEN ; TOHN, 2007, p. 227.

¹⁰ Wikipedia, 2014.

¹¹ FONTENOTE ; DEGEN ; TOHN, 2007, p. 227.

¹² RAF, 2013 e Ribeiro et al, 2014, p. 08.

¹³ FONTENOTE ; DEGEN ; TOHN, 2007, p. 228.

¹⁴ FONTENOTE ; DEGEN ; TOHN, 2007, p. 229.

¹⁵ FONTENOTE ; DEGEN ; TOHN, 2007, p. 229.

¹⁶ FONTENOTE ; DEGEN ; TOHN, 2007, p. 229.

¹⁷ Viaturas HMMWV (Humvee), que tinham sido incorporadas recentemente às tropas paraquedistas. Vieram ampliar a sua mobilidade tática, antes restrita à velocidade do homem a pé, e prover novas capacidades àquelas tropas. Essas viaturas desembarcaram no objetivo com o escalão de acompanhamento.

¹⁸ FONTENOTE ; DEGEN ; TOHN, 2007, p. 229.

¹⁹ FONTENOTE ; DEGEN ; TOHN, 2007, p. 230.

²⁰ FONTENOTE ; DEGEN ; TOHN, 2007, p. 230.

²¹ FONTENOTE ; DEGEN ; TOHN, 2007, p. 230.

²² FONTENOTE ; DEGEN ; TOHN, 2007, p. 230.

²³ Ponto culminante é o ponto de uma operação a partir do qual a força deixa de ter capacidade para continuar as operações com sucesso. BRASIL, 2011, p. 81.

²⁴ BRASIL, 2011, p. 94-96.

A importância do estudo do Pensamento Crítico na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército¹

*Renato Fróes Medina**

Introdução

O “pensamento crítico” é a habilidade específica de avaliar corretamente os argumentos elaborados por outros e também de construir, por conta própria, argumentos sólidos e consistentes. Essa ferramenta vem sendo utilizada cada vez mais nos estabelecimentos de ensino militares dos EUA e, no Brasil, aparece como disciplina eletiva no Curso de Comando e Estado-Maior (CCEM) da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

O Pensamento Crítico como movimento acadêmico teve sua origem na década de 1980, nos Estados Unidos da América (EUA), com a finalidade de se opor à lógica simbólica e propiciar aos estudiosos dessa nova disciplina a capacidade de avaliar e formular argumentos reais visando, principalmente, à formação de uma massa crítica no meio estudantil norte-americano.

Paulatinamente esse movimento foi-se implantando nos estabelecimentos de ensino militares dos EUA, devido à sua importância, para que os chefes militares norte-americanos desenvolvam a capaci-

dade de pensar estrategicamente em face dos novos desafios advindos da imprevisibilidade dos ambientes interno e externo em que operam, principalmente após os atentados de 11 de Setembro.

No Brasil, a ECEME é o estabelecimento de ensino responsável pela formação dos futuros assessores de alto nível do Exército Brasileiro bem como dos futuros chefes militares que conduzirão os destinos da instituição. O Curso de Comando e Estado-Maior tem a duração de dois anos e contempla, em seu quadro de atividades, diversas disciplinas obrigatórias, que são ministradas a todos os alunos, e disciplinas eletivas, que atingem um pequeno grupo de alunos, como é o caso de Pensamento Crítico.

A responsabilidade da escola na formação dos futuros chefes militares — aliada ao fato de o pensamento crítico, por suas características, ser uma importante ferramenta no processo de tomada de decisão — suscita o questionamento sobre a necessidade de essa disciplina ser ministrada como curricular ou se deve permanecer como eletiva, nos moldes em que se apresenta na atual conjuntura.

* Maj Cav (AMAN/97, EsAO/06, ECEME/16).

Nesse sentido, o presente artigo tem por finalidade analisar, sob a ótica do Pensamento Crítico e à luz da Doutrina Militar vigente, a real importância do Pensamento Crítico para os futuros oficiais de estado-maior e comandantes militares e a oportunidade de inclusão como disciplina curricular, no Curso de Comando e Estado-Maior da ECEME.

Desenvolvimento

A discussão sobre a aplicabilidade da disciplina Pensamento Crítico como eletiva ou curricular, no âmbito da ECEME, será desenvolvida sob a ótica da importância do pensamento crítico em face dos objetivos da ECEME e também sobre sua aplicabilidade em face da doutrina militar terrestre vigente.

É importante destacar que o presente artigo não tem a pretensão de se aprofundar no estudo do Pensamento Crítico como disciplina e seus conceitos constituintes, mas promover a discussão sob sua importância no contexto do CCEM.

A aplicabilidade do Pensamento Crítico em face dos objetivos da ECEME

A Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) é o estabelecimento de ensino do Exército Brasileiro que tem a missão de preparar oficiais superiores para exercer funções de estado-maior, comando, chefia, direção e assessoramento em alto nível. Além de sua missão principal, a ECEME também desenvolve doutrina para o preparo e o emprego da Força Terrestre bem como realiza pesquisas acadêmicas sobre temas de interesse militar para colaborar com os órgãos de direção-geral e setorial do Exército.

Segundo publicado no *site* da ECEME, a preparação dos oficiais combatentes das Armas (Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia, Comunicações), do Quadro de Material Bélico (QMB) e do Serviço de Intendência ocorre por meio do Curso de Comando e Estado-Maior (CCEM), que tem como objetivos habilitar e capacitar tais oficiais para o exercício de cargos e funções de estado-maior de grandes unidades (brigadas) e grandes comandos da Força Terrestre e de outros órgãos de nível equivalente e o exercício de cargos e funções de comandantes de grandes unidades (brigadas) e de grandes comandos da Força Terrestre e de outros privativos de oficial-general combatente.

O CCEM tem duração de dois anos e, durante o desenvolver do curso, os alunos são submetidos a um quadro geral de atividades escolares composto, entre outras, de disciplinas obrigatórias e disciplinas eletivas. As disciplinas obrigatórias são as seguintes: Serviço de Estado-Maior; Operações dos Escalões da Força Terrestre; Apoio Logístico e Mobilização; Operações de Apoio a Órgãos Governamentais e Operações de Não Guerra; Estratégia; História Militar; Política; Direito; Ciência e Tecnologia; Liderança Militar; Metodologia da Pesquisa em Ciências Militares; Metodologia do Ensino Superior; Idiomas; Ciências Gerenciais; Geopolítica; Relações Internacionais; Ações Comuns às Operações Terrestres e Operações Conjuntas, Interaliadas e Simulação de Combate.

As disciplinas eletivas, por sua vez, são de caráter voluntário e, anualmente, sofrem uma avaliação, sendo alteradas ou substituídas, total ou parcialmente, de acordo com os objetivos da Escola. Atualmente, as disci-

plinas eletivas são as seguintes: Pensamento Militar, Gestão de Orçamento e Finanças; Emprego de Forças Especiais; Gerenciamento de Projetos; Combate Contra Insurgência e Pensamento Crítico.

Uma peculiaridade é que as turmas de alunos do CCEM são divididas, anualmente, dentre as disciplinas eletivas existentes, de acordo com a escolha dos discentes. Assim, uma disciplina eletiva pode chegar a atingir um percentual de aproximadamente 30% dos alunos de uma turma, se tal eletiva estiver listada para escolha durante os dois anos de duração do curso. Se a disciplina for suprimida (de um ano para o outro), ela então irá atingir apenas 15% de uma turma de alunos.

O caso descrito acima ocorre com a disciplina Pensamento Crítico, que atualmente atinge o percentual de aproximadamente 30% de uma turma do CCEM, além do fato de poder ser suprimida, de acordo com as flutuações curriculares que podem sofrer as disciplinas eletivas.

A análise da finalidade do pensamento crítico enseja a reflexão se tal disciplina deveria ser ministrada a todos os alunos como disciplina curricular ou se deve ser mantida como disciplina eletiva. Tal discussão é pertinente, principalmente, no momento em que a ECEME passa por uma transformação — do ensino por objetivos para o ensino por competências —, em que é apropriada a reflexão sobre quais disciplinas são efetivamente fundamentais na formação dos futuros oficiais do Quadro de Estado-Maior (QEMA).

Alguns argumentos podem ser apresentados, no sentido de que tal disciplina não seria de utilidade prática a todos os alunos do CCEM, como é o caso das demais curricu-

lares existentes. Outros argumentos podem ser apresentados no sentido que existe um elevado número de disciplinas curriculares e que o surgimento de mais disciplinas desse tipo pode causar um aumento demasiado no currículo escolar.

Para verificar o cabimento ou não do pensamento crítico como disciplina curricular na ECEME, é necessário verificar quais são os objetivos da escola e se essa disciplina está alinhada a esses objetivos.

O primeiro objetivo da ECEME é a formação de oficiais superiores que exercerão as funções de estado-maior e assessores de alto nível, que, devido à natureza de assessoramento, de suas funções, constantemente terão de lidar com a análise ou a formulação de argumentos.

Nesse sentido, segundo o professor George Rainbolt, do Departamento de Filosofia da Georgia State University – EUA, o pensamento crítico é a habilidade de avaliar corretamente os argumentos feitos por outros e construir bons argumentos por si mesmo.

Assim, os oficiais superiores que serão futuros assessores de alto nível constantemente serão instados a se manifestar sobre argumentos que lhes serão apresentados e, também, terão de apresentar suas conclusões às diversas autoridades a quem assessoram bem como deverão formular seus próprios argumentos, de acordo com a necessidade. O mesmo ocorre constantemente com os oficiais que exercem funções de estado-maior e devem apresentar e justificar suas linhas de ação por meio de argumentos.

Ocorre que a análise e a formulação de argumentos não são processos intuitivos, mas, pelo contrário, decorrem de uma habi-

lidade que pode ser aprendida e treinada. A habilidade de avaliar corretamente uma argumentação envolve tanto o estudo teórico dos argumentos quanto o desenvolvimento de habilidades cognitivas (como a capacidade de separar suas diversas partes) e a adoção de certos hábitos mentais (como evitar o autoengano e preconceitos) que somente serão consolidados pela prática.

Dessa forma, o estudo do pensamento crítico como disciplina curricular propiciaria a todos os alunos do CCEM a habilidade de lidar com os diversos tipos de argumentos, seja analisando, seja formulando dentro das técnicas corretas. Além disso, o estudo dessa disciplina habilitaria tais alunos a identificar falácias existentes dentro das diversas argumentações que lhes são apresentadas assim como a refutar tais falácias em prol de argumentos válidos.

O segundo objetivo da ECEME é habilitar e capacitar oficiais para o exercício de cargos e funções de comandantes de grandes unidades (brigadas) e de grandes comandos da força terrestre e de outros privativos de oficial-general combatente. Nesse sentido, observa-se que a principal missão dessas autoridades militares é o exercício do comando que, em última análise, consiste em sempre decidir a respeito de diversos assuntos que impactarão os destinos da Força.

Sobre a capacidade de decisão, conforme observa à professora Diane Harper, o

pensamento crítico é o emprego das habilidades ou estratégias cognitivas que aumentam a probabilidade de um resultado desejável. É utilizado para descrever o pensamento que é intencional, fundamentado e voltado a um objetivo.

Em essência, o pensamento crítico implica a utilização de processos que tem por finalidade avaliar e selecionar informações para aumentar o discernimento e decidir melhor.

Nesse sentido, o pensamento crítico se apresenta como uma ferramenta fundamental para ser utilizada pelos oficiais-generais no exercício do comando, a fim de utilizar as técnicas da disciplina para aperfeiçoar o processo decisório e tomar melhores decisões. Assim, ao ser ministrado como disciplina curricular o pensamento crítico proporcionaria aos alunos do CCEM e futuros chefes militares o contato com ensinamentos que podem ser utilizados nos diversos níveis de comando a serem exercidos durante a carreira militar do oficial do QEMA.

Um último aspecto a ser aproveitado no pensamento crítico é a capacidade de interagir com as demais disciplinas curriculares, de forma transversal, proporcionado tanto a multidisciplinaridade quanto a interdisciplinaridade, aliando conhecimentos, habilidades, experiências e atitudes, que são aspectos fundamentais no modelo de ensino por competências que está sendo adotado pela ECEME.

Conforme explicam Carnielli e Epstein, a aplicação do pensamento crítico nas diversas disciplinas torna o ensino mais atrativo aos alunos por apresentar-lhes situações mais próximas do que enfrentarão no dia a dia dos futuros profissionais.

Dessa forma, os alunos serão constantemente instados a tomar decisões, construir hipóteses e apresentar argumentos, evitando a aplicação acrítica de “receitas” dos manuais para fazer testes e exames. Epstein comenta ainda que

em vez de convidar o aluno a decorar uma definição que mal compreende, o ensino crítico da disciplina convida-o a perceber por que razão as coisas são como são e a saber aplicar os seus conhecimentos.

O modelo de aplicação do Pensamento Crítico na formação de oficiais vem sendo utilizado com sucesso no Army War College, dos EUA, onde consta tanto como disciplina curricular obrigatória quanto como disciplina eletiva ministrada por especialistas do corpo docente.

É importante destacar que, além do estudo sobre os argumentos, existem outras ferramentas que são ensinadas pelo pensamento crítico que podem igualmente ser aproveitadas pelos chefes militares e assessores de alto nível, como o estudo da persuasão, lógica, indução, plausibilidade, virtudes e males de linguagem, entre outras.

Por fim, dos argumentos expostos, pode-se concluir parcialmente que a disciplina Pensamento Crítico pode ser utilizada como ferramenta válida para aplicação aos objetivos a que se propõe a ECEME. Pode-se concluir também que o melhor aproveitamento dessa disciplina seria como disciplina curricular a ser ministrada em caráter obrigatório a todos os alunos do CCEM.

A importância do Pensamento Crítico à luz da Doutrina Militar Terrestre Brasileira

O advento da Estratégia Nacional de Defesa (END), assinada pelo presidente da República em dezembro de 2008, constituiu-se em marco histórico na evolução do pensamento de defesa no Brasil. A consequência direta desse documento foi a necessidade da

reestruturação das Forças Armadas brasileiras para enfrentar os desafios previstos na END bem como a percepção da necessidade de se transformar o Exército Brasileiro da Era Industrial para a Era do Conhecimento.

Assim, no ano de 2010, iniciou-se a Transformação do Exército, sendo selecionados sete vetores, que balizariam essa transformação: Doutrina, Preparo e Emprego, Educação e Cultura, Gestão de Recursos Humanos, Gestão Corrente e Estratégica, C&T e Modernização do Material e Logística.

No tocante ao vetor da Doutrina, foi publicado no ano de 2013 um documento intitulado *Bases para a Transformação da Doutrina Militar Terrestre*. Essa diretriz tem como principal finalidade, no âmbito do Processo de Transformação do Exército,

[...] apresentar as Bases para a Transformação da Doutrina Militar Terrestre (DMT) e destina-se a orientar a introdução de concepções e conceitos doutrinários com vistas à incorporação, na Força Terrestre, das capacidades e das competências necessárias ao seu emprego na Era do Conhecimento.

No contexto dessa diretriz, está previsto, no Cap. 3, item 3.3.2., que a liderança é um dos elementos essenciais e indissociáveis do Poder de Combate Terrestre. Ao explicar o conceito de liderança, a referida diretriz apresenta que, na atualidade, os novos ambientes em que se desenvolvem as operações terrestres

requerem que comandantes e líderes da Força Terrestre sejam extremamente adaptáveis, capazes de empregar com eficácia as competências relacionadas ao **pensamento crítico** e à criatividade. (grifo nosso)

Assim, fica evidente que a nova diretriz, que baliza toda a transformação doutrinária a ser implementada no Exército Brasileiro, prevê a utilização do pensamento crítico como ferramenta fundamental para o desenvolvimento da liderança dos comandantes e líderes militares da Força Terrestre (F Ter), principalmente no contexto das operações militares (atividade fim da F Ter).

No sentido que tais comandantes e líderes militares são formados pelo CCEM, na ECEME, pode-se afirmar que é necessário que o pensamento crítico seja incentivado e transmitido, por meio de uma disciplina curricular que seja obrigatória a todos os alunos, de modo que os futuros líderes militares tenham contato com esse tipo de conhecimento desde os bancos escolares.

Após a publicação das *Bases para a Transformação da Doutrina Militar Terrestre*, foram elaborados vários manuais, que começaram a nortear e sistematizar, de forma objetiva, a nova doutrina militar terrestre, no âmbito do Exército Brasileiro.

No manual *EB20-MF-10.102 – Doutrina Militar Terrestre (DMT)*, de 2014, verifica-se, em seu capítulo 5, item 5.6.2, que a liderança é listada novamente como um dos elementos do Poder de Combate Terrestre e é definida como

uma competência individual que confere ao indivíduo capacidade de dirigir e influenciar outros militares, por meio de motivação, objetividade e exemplo.

Da mesma forma como previsto nas Bases para a transformação da DMT, o referido manual destaca que os comandantes e líderes militares devem ser capazes de em-

pregar com eficácia as competências relacionadas ao pensamento crítico e à criatividade a fim de exercer a liderança.

Como se pode observar, a aplicação do Pensamento Crítico para desenvolver a liderança, que anteriormente estava previsto como Diretriz, ganha o aspecto de doutrina militar, devendo assim ser aplicado na condução das operações militares pelo Exército Brasileiro.

Nesse aspecto, mais uma vez pode-se verificar a necessidade de o pensamento crítico ser ministrado como disciplina obrigatória aos alunos do CCEM, da ECEME a fim de que o previsto na Doutrina Militar Terrestre seja implementado com a finalidade de capacitar os futuros líderes militares a empregar tal conhecimento em prol da liderança no desempenho da missão de comando.

O Pensamento Crítico aparece também em outras publicações doutrinárias, sendo apresentado com destaque no manual *EB20-MC-10.211 Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres (PPCOT)*, 1ª Edição, 2014.

O referido manual apresenta a doutrina de planejamento e condução das operações terrestres. É destinado a orientar os comandantes militares e estados-maiores nos níveis operacionais e táticos na condução dos planejamentos para o preparo e emprego dos grandes comandos operativos, grandes unidades e unidades da Força Terrestre.

O PPCOT dedica o item 2.4, Pensamento Crítico e Criativo, do Cap. 2, para tratar da importância da aplicação do pensamento crítico como ferramenta necessária para o planejamento e condução das operações militares. Segundo o manual,

é fundamental que o comandante e seu estado-maior, no desenvolvimento do processo de planejamento das operações, utilizem o pensamento crítico e criativo.

Aborda ainda, que essa medida contribui para a compreensão das situações bem como para a tomada de decisões adequadas e para a orientação da ação com precisão.

O referido item 2.4, do Cap. 2, define o Pensamento Crítico da seguinte maneira:

O Pensamento Crítico é um processo mental que consiste em um julgamento objetivo e reflexivo para se chegar, mediante a combinação de conhecimento e inteligência, à posição mais razoável e justificada sobre determinado tema.

O PPCOT salienta ainda que o emprego do pensamento crítico aliado ao pensamento criativo facilita a compreensão da interação entre as nossas forças e o inimigo, no tempo e no espaço. Por meio do emprego dessas duas habilidades (pensamento crítico e criativo) a capacidade de análise de fatores mais evidentes (como, por exemplo, o alcance dos vários sistemas de armas, a transitabilidade do terreno e as condições meteorológicas) soma-se à de outros aspectos relevantes, nem sempre óbvios, como o alcance operativo, a influência da população e cultura locais e a repercussão das operações no espaço de batalha. (BRASIL, 2014)

Nesse sentido, o emprego do pensamento crítico e criativo em uma análise disciplinada dos desafios e das oportunidades no curso das operações, centrada nos fatores operacionais e da decisão, proporciona às nossas tropas um considerável diferencial sobre o inimigo, principalmente em relação

ao desenvolvimento de alternativas para atingir os objetivos formulados e, em última instância, o estado final desejado.

Outra aplicação do pensamento crítico é com relação à Metodologia de Concepção Operativa do Exército (MCOE), que, segundo a doutrina,

é empregada na aplicação do **pensamento crítico** e criativo para entender, visualizar e descrever os problemas militares e desenvolver abordagens para solucioná-los. (grifo nosso)

Essa nova metodologia é muito útil para a produção de planos e ordens, mas deve ser integrada com o planejamento detalhado, que é conhecido como exame de situação.

É oportuno lembrar que a MCOE é uma metodologia desenvolvida para ser aplicada por um grupo de trabalho a fim de planejar soluções para problemas militares complexos, por meio do levantamento de diversas perspectivas e conhecimentos utilizados para a construção de uma compreensão holística do problema e do ambiente operacional e que tem como um de seus conceitos-chave a aplicação do pensamento crítico.

Ainda com relação à MCOE, o PPCOT, no item 4.5.1.3, faz uma importante observação quanto à importância da correta aplicação do pensamento crítico, por parte de um grupo de trabalho, para compreender a situação de forma global e acrescenta que essa compreensão contextual de um ambiente operacional serve como base para desenvolver as possíveis soluções dos problemas encontrados.

O manual também faz menção de que, no emprego da MCOE, é importante a valorização do pensamento crítico, como ferra-

menta necessária à solução das situações, de forma a incentivar ao máximo a discussão e o diálogo dentro do grupo.

A aplicação do pensamento crítico aparece também no Cap. 5 do PPCOT, que contempla o exame de situação do comandante. No item 5.2.2, o referido manual cita que a ferramenta do exame de situação “possibilita ao comandante, EM e outros elementos a **pensar de forma crítica** e criativa durante o planejamento” (grifo nosso). O resultado desse planejamento baseado no pensamento crítico permite ao comandante maior consciência e compreensão da situação.

É oportuno lembrar que, apesar de as ferramentas de planejamento existentes na doutrina (MCOE e exame de situação), quando corretamente seguidas, em princípio levarem a uma melhor decisão, a falta do pensamento crítico em cada fase do planejamento pode comprometer o processo decisório, levando até mesmo a uma decisão ruim. A falta da análise crítica de uma situação pode levar ao insucesso do planejamento, ainda que o método seja seguido à risca. Isso ocorre devido à imprevisibilidade do ambiente complexo dos conflitos atuais, pois exige dos planejadores militares não só o conhecimento das ferramentas de planejamento como a capacidade de pensar criticamente frente aos problemas apresentados.

Além do PPCOT, pode-se encontrar em outras publicações doutrinárias a aplicação do pensamento crítico, como a

Nota de Coordenação Doutrinária nº 02/2013 – C. Dou. Ex., de 02 de maio de 2013 – As Funções de Combate, o *Manual de Fundamentos EB20-MF-10.103 Operações*, 4ª Edição, 2014 e o *Manual de Campanha EB20-*

-MC-10.217 Operações de Pacificação, 1ª Edição, 2015.

Como se pode observar, a doutrina militar terrestre brasileira mais uma vez é taxativa na importância do emprego do pensamento crítico como ferramenta a ser utilizada pelos comandantes táticos e oficiais de estado-maior tanto no processo de planejamento das operações quanto na tomada de decisão e também no desencadear das operações realizadas pela Força Terrestre.

Do exposto, pode-se inferir que é evidente a previsão doutrinária do emprego do pensamento crítico como ferramenta a ser utilizada pelos comandantes e oficiais de estado-maior do Exército Brasileiro no planejamento e resolução de problemas militares bem como no desencadear das operações e que o fato de a ECEME ser responsável pela formação dos oficiais que desempenharão essas funções implica que o Pensamento Crítico deve ser ministrado como disciplina curricular do CCEM, a fim de atingir a todos oficiais-alunos.

Conclusão

O estudo do Pensamento Crítico, apesar de ser muito incipiente no Exército Brasileiro, revela-se como uma ferramenta muito útil para o planejamento e para subsidiar o processo decisório na solução de problemas militares complexos.

No âmbito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, esse conhecimento é ministrado, atualmente, como disciplina eletiva, atingindo um percentual de cerca de 30% dos alunos de uma turma de CCEM, considerando os dois anos de duração do

curso. A aplicabilidade dos conhecimentos propiciados pelo estudo do Pensamento Crítico fomenta questionamentos se tal disciplina deveria ou não ser ministrada a todos os alunos como disciplina curricular obrigatória.

A finalidade da ECEME, como estabelecimento de ensino, é a formação dos futuros oficiais de estado-maior e assessores alto nível bem como a formação dos futuros oficiais-generais, que exercerão o comando das diversas estruturas do Exército Brasileiro. Nesse sentido, o estudo do Pensamento Crítico se justifica tendo em vista que tais funções vão requerer dos oficiais uma elevada capacidade de planejamento e decisão, visando conduzir os rumos da instituição Exército Brasileiro.

No campo doutrinário, a análise da doutrina militar terrestre vigente demonstra que, em diversos manuais, está previsto o emprego do Pensamento Crítico como ferramenta a ser utilizada nos planejamentos e

processos decisórios a serem aplicados nas operações militares e na resolução de problemas militares complexos. Assim, faz-se necessário o aprendizado do pensamento crítico para ser aplicado nas situações que forem necessárias.

Cabe destacar que os diversos ensinamentos sobre argumentação, persuasão, falácia, lógica, indução, plausibilidade, virtudes e males de linguagem, entre outros, são ferramentas muito importantes para os futuros líderes militares e que podem ser aprendidas no estudo do pensamento crítico.

Por fim, pode-se concluir que, devido à importância do ensino desenvolvido na ECEME para a formação dos futuros assessores e líderes militares — associado à Doutrina Militar Terrestre em vigor —, o estudo do pensamento crítico no CCEM deve ser ministrado a todos os alunos como disciplina curricular obrigatória, para que o aprendizado dessa ferramenta seja efetivo. 🌐

Referências

ALLEN, Charles D. GERRAS, Stephen J. **Como desenvolver pensadores criativos e críticos**. Revista Doutrina Militar Terrestre em Revista. Brasília, Abr a Jun/ 2013.

BRASIL. Decreto nº 373, de 29 de setembro de 2013. **Aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional**, encaminhados ao Congresso Nacional pela Mensagem nº 83, de 2012 (Mensagem nº 323, de 17 de julho de 2012, na origem). Brasília, DF, 2013.

_____. Exército Brasileiro. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. **Manual Escolar FORMATAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS, DISSERTAÇÕES E TESES (ME 21-253)**, 2ª Edição. Rio de Janeiro, RJ, 2007.

_____. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **O Processo de Transformação do Exército**, 3 Ed. Brasília, DF, 2010.

_____. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Bases para a Transformação da Doutrina Militar Terrestre**. Brasília, DF, 2013.

_____. Exército Brasileiro. **Manual de Fundamentos EB20-MF-10.102. Doutrina Militar Terrestre**, 1. Ed. Brasília, DF, 2014.

_____. Exército Brasileiro. **Manual de Fundamentos EB20-MF-10.103 Operações**, 4. Ed. Brasília, DF, 2014.

_____. Ministério da Defesa. **Manual de Campanha EB20-MC-10.211. Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres**, 1. Ed. Brasília, DF, 2014.

_____. Exército Brasileiro. **Manual de Campanha EB20-MC-10.217 Operações de Pacificação**, 1. Ed. Brasília, DF, 2015.

_____. Exército Brasileiro. **Nota de Coordenação Doutrinária nº 02 / 2013 – C Dout Ex – As Funções de Combate**. Ed. Brasília, DF, 2013.

CANAL, Rodrigo. **O Significado de Pensamento Crítico**. Artigo elaborado para a revista *Perspectivas em Ciências Tecnológicas*, v. 2, n. 2, Mar. 2013, p. 49-74.

CARNIELLI, Walter; EPSTEIN, Richard L. **Pensamento Crítico: o poder da lógica e da argumentação**. 3 ed. São Paulo: Rideel, 2011.

HALPERN, Diane F. **Thought and Knowledge: An Introduction to Critical Thinking**, 4th ed. (Mahway, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 2003), p. 6.

NAVEGA, Sérgio. **Pensamento Crítico e Argumentação Sólida**, 1 ed. São Paulo: Inteliwise, 2005.

RAINBOLT, George. **Pensamento Crítico**. Artigo elaborado para *Fundamento: Revista de Pesquisa em Filosofia* e para a Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Ouro Preto: www.revistafundamento.ufop.br/Volume1/n1/vol1n1-3.pdf. Acesso em: 14 Abr 2016.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ O presente artigo foi apresentado originalmente como requisito parcial à conclusão da disciplina eletiva *Pensamento Crítico*, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), em 2016.

O Exército Brasileiro como ferramenta no combate ao terrorismo internacional no Brasil

*André Luiz de Melo Franco**

Introdução

O terceiro milênio apresentou ao mundo novas formas de conflitos, que têm exigido dos Estados novas capacidades para se manterem em permanente estado de segurança.

Considerando os diversos autores que tratam de temas de defesa, é senso comum que os conflitos assimétricos e não lineares (também chamados conflitos de 4ª geração) são os conflitos que dominam os cenários no século XXI. As ameaças aos Estados vêm de dentro dos próprios estados, envolvendo atores não estatais. Os vetores de tais conflitos podem contar ou não com apoio político e material internacional e caracterizam-se sob a forma de redes terroristas, organizações criminosas, forças paramilitares, *hackers*, etc. (MOREIRA, 2013).

A Estratégia Nacional de Defesa do Brasil afirma que, nos dias atuais, atores não estatais, as relações internacionais e as estruturas de segurança dos Estados são permeados de novas ameaças e da contraposição entre o nacionalismo e o transnacionalismo.

A segurança, a paz e a ordem democrática estão ameaçadas por delitos transnacionais e pelo terrorismo, os quais devem ser enfrentados pelos meios de inteligência e de segurança dos Estados (BRASIL, 2008).

Dentre estes atores, destacam-se organizações internacionais não estatais, que, permeadas de ideologias revolucionárias ou de acerbado extremismo religioso, utilizam-se de ações não convencionais para atingir seus objetivos. Por não serem dotadas de poder militar em condições de contestar as decisões de estados constituídos, tais organizações acabam por utilizar uma forma vil e desleal de fazer notar-se e de atingir seus objetivos: o terrorismo.

[...] O terrorismo se transformou em um dos mais prementes problemas políticos do último meio século. Suas características multifacetadas, suas letalidade e imprevisibilidade, que não custam caro, tornam a prevenção e o controle difíceis, dispendiosos e não confiáveis. Suas manifestações percorrem toda a faixa da aparente violência sem sentido à fé arraigada e ao cálculo racional. Os terroristas podem ser vilões, heróis, criminosos desumanos, pre-

* Maj Inf (AMAN/99, EsAO/07, ECEME/16). Foi observador militar da Organização das Nações Unidas no Saara Ocidental. Atualmente, é adjunto de operações do Centro de Coordenação de Operações do Comando Militar da Amazônia.

cursores admiráveis; alguns consumaram a transição de insurgentes perseguidos a presidente de estados. (WHITTAKER, 2005)

O terrorismo, nos últimos anos, ganhou destaque e é frequentemente notícia nos principais periódicos mundiais. Já na década de 1970, o mundo assistiu, atônito, à organização terrorista Setembro Negro assassinar uma delegação de atletas israelenses nos jogos olímpicos de Munique, na Alemanha. Ao longo desse período, não há quem não se tenha impressionado com os atentados às Torres Gêmeas (World Trade Center – New York – USA), ocorrido em 11 de setembro de 2001, que vitimaram mais de 3.000 pessoas. No ano de 2004, cerca de duzentas foram as vítimas fatais de um atentado a bomba em três estações de trem e metrô em Madri, na Espanha, além do saldo de mais de 1.500 pessoas feridas. Nos dias atuais, o Estado Islâmico do Iraque e do Levante (ISIS) aterroriza o planeta, executando cristãos, a sangue frio e a golpes de arma branca, em ações divulgadas em vídeos em canais abertos da rede mundial

de computadores. O atentado do ISIS contra o jornal francês Charlie Hebdo, em 7 de janeiro de 2015, deixou 17 mortos na capital francesa, comovendo milhões de pessoas e chamando a atenção de chefes de estado e de governo, em todo o mundo, para o problema da intolerância religiosa e do terrorismo internacional.

Após os atentados às Torres Gêmeas em 11 de setembro de 2001, dado o número de vítimas, atingindo a casa dos milhares, o mundo passou a reconhecer que, se a principal potência econômica e militar do mundo podia ser atingida no seu núcleo financeiro, todas as outras nações converter-se-iam em alvos potenciais para futuros atentados. Além disso, os Estados Unidos passaram a exigir alinhamento dos demais países com a política norte-americana de combate ao terrorismo, de onde foi cunhado o termo “Eixo do Mal”, do qual fariam parte os países que, à luz da percepção norte-americana, financiariam organizações terroristas pelo mundo (i.e. Irã, Iraque e Afeganistão).

No entanto, apesar de os atentados ocorrerem em locais específicos do planeta, principalmente visando a atingir alvos que representem a cultura ocidental das grandes potências, os países ditos periféricos não estão livres de sofrer a destruição material e psicológica causada por uma ação terrorista.

Após serem atingidos por atentados terroristas de qualquer natureza, é natural que as nações atingidas cerquem-se de medidas adicionais de segurança para evitar que novos atentados ocorram. Diante da dificuldade de

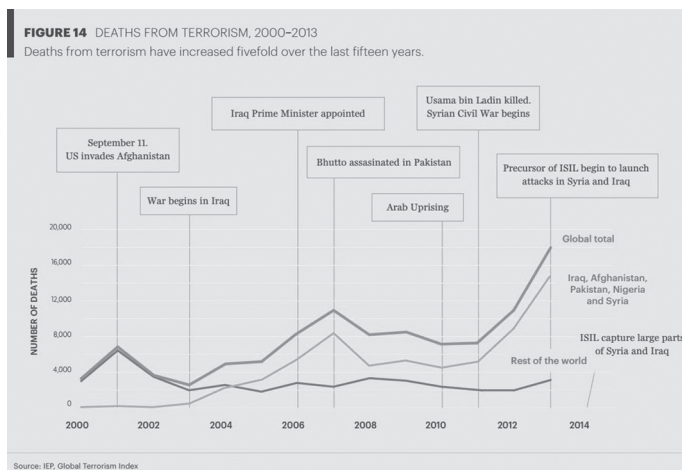


Figura 1 – Número de mortes por atentados terroristas no mundo, de 2000 a 2013

Fonte: *Global Peace Index Report – 2015*



Figura 2 – Mapa de incidentes terroristas, de 2000 a 2013
Fonte: *Global Peace Index Report – 2015*

buscar novos alvos nos países cujos ideais representativos querem desestabilizar; as organizações terroristas tendem a buscar tais alvos em outros locais. É nesse contexto que as nações em desenvolvimento podem vir a sofrer com alguma ação terrorista violenta, episódica e esporádica, para as quais não estejam adequadamente preparadas. Como exemplo, em março de 1992, um carro-bomba explodiu em frente à embaixada israelense em Buenos Aires, Argentina, matando 29 pessoas e ferindo outras 200. Dois anos depois, em novo atentado, o prédio da associação mutual judia israelense (AMIA), também na capital argentina, foi atacado à bomba, deixando um saldo de 85 mortos e cerca de 300 feridos. Ambos os atentados foram atribuídos a um grupo do movimento xiita libanês, o Hezbollah (apoiado pelo Irã), que visava a atingir indiretamente o Estado de Israel; no entanto, nenhum israelense foi diretamente atingido pelos atentados.

Após sediar três grandes eventos desportivos mundiais, em 2013 (Copa das Confederações), em 2014 (Copa do Mundo de Futebol da FIFA) e em 2016 (Jogos Olímpicos Mundiais),

o Brasil passou a fazer parte das nações que podem constituir-se em um alvo compensador para organizações terroristas que desejem atacar indiretamente as culturas ocidentais. Soma-se a isso a tentativa do Estado brasileiro de buscar aumentar sua inserção nas decisões de mais alto nível no concerto mundial, por intermédio da participação crescente em missões de paz sob a égide de organismos internacionais e da campanha realizada na primeira década dos anos 2000 para a reforma do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, no qual pleiteava um assento permanente.

Ao aumentar a sua visibilidade perante as demais nações do globo, o Brasil precisa estar preparado para atuar preventiva e repressivamente na eliminação de quaisquer ameaças ao seu patrimônio, ao seu povo e às suas instituições, conjugando esforços de segurança e de defesa para impedir que atos terroristas penetrem as suas fronteiras.

Considerando tais aspectos, as Forças Armadas e as Forças de Segurança Pública precisam estar adequadamente preparadas para atuar de forma proativa e permanente, eliminando quaisquer possibilidades de ocorrência de atentados terroristas em território brasileiro. O Exército Brasileiro, como a representação material do Poder Militar Terrestre, deve ser peça fundamental na prevenção e no combate ao terrorismo internacional no Brasil, capacitando-se em *doutrina, organização, adestramento, material, educação, pessoal e infraestrutura* (capacidades representadas pelo acrônimo DOAMEPI) para atuar em face dessa ameaça à paz social.

Desenvolvimento

O terrorismo é um fenômeno mundial, cuja definição não apresenta consenso entre as organizações internacionais que tratam do assunto. Em sua obra *Terrorismo: Um Retrato*, o autor David Whittaker (2005, p.18), apresenta algumas definições para o termo em questão:

- O calculado uso da violência ou da ameaça de sua utilização para inculcar medo, com a intenção de coagir ou intimidar governos ou sociedades, a fim de conseguir objetivos, geralmente políticos, religiosos ou ideológicos (Departamento de Defesa dos EUA).
- Violência premeditada e politicamente motivada perpetrada contra alvos não combatentes por grupos subnacionais ou agentes clandestinos, normalmente com a intenção de influenciar uma audiência (Departamento de Estado dos EUA).
- O uso da ameaça, com o propósito de avançar uma causa política, religiosa ou ideológica, de ação que envolve violência séria contra qualquer pessoa ou propriedade (Governo do Reino Unido).

A dificuldade em obter uma conceitualização única para o terrorismo advém de uma série de fatores. Na verdade, só devemos classificar como atos terroristas aqueles que estão associados à conquista e ao uso do poder para conseguir mudanças políticas.

Dessa forma, deve-se entender como terrorismo todo ato violento direcionado para a perseguição de um objetivo político ou a seu serviço (WHITTAKER, 2005, p.21).

Importante destacar que os terroristas, muitas vezes, definem a si mesmos como soldados. Tal comportamento tem o objetivo de chamar a atenção da opinião pública internacional para a sua causa, justificando suas ações pela inferioridade numérica, pela escassez de recursos e pelo poder de fogo limitado, o que inviabilizaria o confronto direto com um estado-nação (WHITTAKER, 2005, p.26).

No mesmo sentido, não se devem confundir terroristas com guerrilheiros, tampouco com criminosos comuns. Os primeiros constituem grupos maiores, devidamente armados, que operam utilizando táticas militares e conquistam e ocupam terreno, mantendo algum tipo de soberania sobre as áreas ocupadas e suas populações. Os segundos, ao perpetrarem atos de violência (furtos, roubos, assassinatos etc.), quase sempre estão atendendo a motivações e interesses individuais (WHITTAKER, 2005, p.27).

Seja qual for a definição de terrorismo adotada, é importante destacar que o ato terrorista vem sempre acompanhado dos seguintes fatores: violência extrema e indiscriminada; motivação política; é concebido para causar repercussões psicológicas que transcendem o alvo imediato; é conduzido por organização com estrutura celular identificável. (WHITTAKER, 2005, p.28)

As organizações terroristas utilizam diferentes táticas, técnicas e procedimentos para atingir seus objetivos. Como características comuns, a atuação de forma totalmente

indiscriminada e a busca do máximo de destruição possível são observadas na maioria dos atentados (PINHEIRO, 2011, p.5).

Importante ressaltar que, nos dias de hoje, em muitas ocasiões, as organizações terroristas estão diretamente envolvidas com organizações do crime organizado. Sendo assim, o apoio a atividades terroristas pode advir do dinheiro sujo gerado pelo tráfico de drogas, tornado circulável por meio do que se convencionou chamar de “lavagem de dinheiro” (PINHEIRO, 2011, p.5).

O Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, em sua resolução 1373, declara que acompanha com preocupação a estreita conexão existente entre o terrorismo internacional e o crime organizado transnacional, as drogas ilícitas, a lavagem de dinheiro, o tráfico ilícito de armas e a circulação ilícita de materiais nucleares. Declara, ainda, o aumento da necessidade de coordenarem-se políticas de combate a tais ameaças nos planos nacionais, regionais e internacionais, enfatizando uma resposta internacional a esse nível de ameaça à segurança internacional.

O Brasil é um país reconhecido internacionalmente por sua cultura pacífica. Tal cultura, associada às negativas do governo quanto às ameaças à segurança nacional, terminam por criar a ilusão de que o terrorismo internacional não é um risco à população brasileira. No entanto, considerando os atentados terroristas que ocorreram recentemente em países do ocidente, bem como a forma de atuação das organizações terroristas internacionais, não é correto considerar que o Brasil está livre da ameaça terrorista (LASMAR, 2015, p.47).

Sobre o assunto tratado no parágrafo anterior, no início da década de 1980, a entrada no Brasil do *mullah* Iraniano Mohammad Einaki, sob o pretexto de inspecionar se o frango exportado pelo Brasil ao Irã atendia aos padrões islâmicos, teve o desdobramento citado abaixo:

[...] durante sua estada no Brasil, os embaixadores do Iraque e Arábia Saudita apresentaram acusações de que Einaki teria se engajado em atividades de radicalização e recrutamento para causas ligadas ao terrorismo iraniano em São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba. Diante das acusações, Einaki foi investigado pela Polícia Federal e acabou sendo expulso do Brasil pela suspeita de seu envolvimento com o grupo xiita libanês Hezbollah. (LASMAR, 2015, p.50)

Além do descrito acima, um outro caso ilustra a presença de militantes de organizações terroristas internacionais em passagem pelo Brasil:

[...] é sabido, por exemplo, que tanto a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) quanto a Polícia Federal acompanharam em 1995 a presença do Khalid Sheikh Mohammed no Brasil. Atualmente preso em Guantánamo, Sheikh Mohammed ficou conhecido como a mente por trás dos ataques de 11 de setembro e esteve ligado a vários ataques da Al Qaeda entre 1993 e 2003. Entre os atentados terroristas em que foi implicado, incluem-se os planos de assassinar o Papa João Paulo Segundo durante sua visita a Manila, o famoso plano Bojinka, que planejou a explosão quase simultânea de 12 voos comerciais com destino aos EUA, a tentativa de Richard Reid de explodir um sapato bomba e os atentados de Bali em 2002, entre outros. (LASMAR, 2015, p.51)

Segundo Rogério Cunha Rabêlo (2012), o Brasil possui algumas características que podem ser interpretadas como vulnerabilidades e que podem facilitar a atuação de grupos terroristas em território nacional, quais sejam:

- a grande extensão do território nacional, com várias áreas favoráveis ao homizio de terroristas, onde também se percebe a quase ausência do Estado;
- a porosidade das fronteiras brasileiras e a facilidade de transpô-las, tanto para pessoal quanto para material de grande porte, incluindo armamentos;
- a grande miscigenação do povo brasileiro, que incluiu diferentes levas de imigrantes, o que fez surgir uma população com grande diversidade em seus traços físicos e elevada adaptabilidade cultural, o que facilita a presença de qualquer estrangeiro no Brasil sem chamar a atenção;
- a presença do crime organizado e do narcotráfico, que já possuem forças de sustentação às suas ações, com plenas condições de se ligarem ao terrorismo, com vantagens para ambos;
- os bolsões de pobreza, às vezes concentrados no interior de grandes cidades, como no Rio de Janeiro e São Paulo, que constituem focos de

aliciamento de militantes para redes terroristas;

- a tradição pacífica do povo brasileiro, que não acredita na execução ou preparação de atos terroristas em território nacional;
- a atual política do governo do Brasil, que não trata o assunto como ameaça à Segurança Nacional;
- a grande tolerância religiosa do povo brasileiro, que favorece a instalação e o desenvolvimento do Islamismo no Brasil. Obviamente, a religião islâmica por si só não representa nenhuma ameaça, mas facilita o homizio de facções extremistas nessas comunidades;
- as conexões aéreas do Brasil com diferentes países, facilitando a entrada e a saída de integrantes de redes terroristas.

A Constituição Brasileira materializa o repúdio ao terrorismo constituindo-o como um crime hediondo, anulando a possibili-



Figura 3 – Impacto de atentados terroristas, de 2000 a 2013

Fonte: *Global Terrorism Index Report* – 2015

dade da concessão de fiança, graça, anistia ou indulto e estabelecendo a punição não só para os autores, mas também para os mandantes e para as pessoas que, podendo evitar atos terroristas, optaram por se omitir (LASMAR, 2015).

A Política Nacional de Defesa (PND), em seu número 5.8, lembra que a Constituição Federal de 1988 (CF/88) tem, como um de seus princípios para as relações internacionais, o repúdio ao terrorismo. O mesmo documento declara que o país considera o terrorismo internacional como um risco à paz e à segurança mundiais. Além disso, o Brasil condena veementemente tais ações, tendo por política apoiar as resoluções emanadas pela Organização das Nações Unidas, entendendo que as nações devem trabalhar em conjunto de forma a prevenir e combater ameaças terroristas. Indo mais além, a PND estatui que é imprescindível que o país disponha de estrutura capaz de prevenir ações terroristas e conduzir operações de contraterrorismo.

Importante destacar que o documento em questão não deixa de lado a necessidade da busca constante pelo aperfeiçoamento dos dispositivos de segurança que reduzam a vulnerabilidade de sistemas a ataques cibernéticos. A PND também cita, como um de seus objetivos nacionais de defesa, a conscientização da sociedade brasileira para a importância dos assuntos de defesa.

Alinhada com a PND, a Estratégia Nacional de Defesa (END) expõe que o incremento do nível de Segurança Nacional é responsabilidade de todas as instâncias do Estado. Tal incremento deve enfatizar o aperfeiçoamento de processos para o geren-

ciamento de crises, a integração dos diversos órgãos do Sistema de Inteligência Nacional, a prevenção de atos terroristas e de atentados massivos aos Direitos Humanos, e a condução de operações contraterrorismo, a cargo dos ministérios da Defesa e da Justiça e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Importante observar que a END realiza uma distinção quanto à prevenção de atentados terroristas e à condução de operações contraterrorismo, enfatizando a responsabilidade do Ministério da Defesa como partícipe na condução de tais ações. A participação do Ministério da Defesa certamente se dará com o emprego das três Forças Armadas, com ênfase para as tropas de operações especiais (especialmente aptas para este tipo de operação) e das tropas de emprego geral das três Forças, em ações preventivas, em ações de apoio às operações repressivas ou, ainda, em ações que não exijam o emprego de técnicas especiais de combate.

A Lei 13.260, de 16 de março de 2016, disciplinou o crime de terrorismo, acabando com a indefinição da legislação brasileira no tocante à identificação das organizações terroristas e à tipificação dos atos que deveriam ser considerados como terroristas. A indefinição existente antes da promulgação da referida lei dificultava o combate ao terrorismo no Brasil, sob o argumento de que o tratamento da questão do terrorismo pudesse estigmatizar a população muçulmana brasileira, ou ainda, construir uma falsa imagem de alinhamento brasileiro com a política externa norte-americana da Guerra Global Contra o Terror; aquilo que poderia ser encarado como uma política atrairia proble-

mas políticos e de segurança para o Brasil. Ademais, havia uma percepção errônea de alguns políticos de que o Brasil, país pacífico e tolerante, seria imune ao terrorismo, além do medo de que a criação de uma legislação específica sobre o assunto viesse a atrair o terrorismo para o Brasil (LASMAR, 2015).

Experiências adquiridas nos cinco continentes, relativas ao combate a organizações terroristas internacionais e vivenciadas por forças de segurança ou de defesa de vários países, possibilitaram o desenvolvimento de uma doutrina de combate ao terrorismo que estabelece quatro atividades básicas, que, em conjunto, permitem a prevenção e o combate a atentados terroristas bem como a minimização de suas consequências; são elas: o *apoio de inteligência*, o *antiterrorismo*, o *contraterrorismo* e a *administração de consequências*.

A coordenação das atividades básicas, na maioria dos países ocidentais, é realizada por um organismo, costumeiramente nomeado “Centro de Prevenção e Combate ao Terrorismo”, o qual estará diretamente ligado ao órgão central do Sistema Nacional de Inteligência. Esse centro terá a responsabilidade de prestar apoio permanente a todos os órgãos operacionais de prevenção e combate ao terrorismo (PINHEIRO, 2012).

Das quatro atividades básicas de combate ao terrorismo, o apoio de inteligência é a atividade fundamental, uma vez que os produtos de suas ações possibilitam o desenvolvimento das demais atividades básicas a contento. Para que o Apoio de Inteligência funcione de maneira eficaz, é impositiva uma sólida integração entre os organismos de inteligência da Segurança Nacional com os da Segurança Pública. Em se tratando de

combate a um ilícito transnacional, também é importante o relacionamento com agências de inteligência de outros países.

Entende-se por antiterrorismo as atividades que englobam as medidas de caráter preventivo que visam a minimizar as vulnerabilidades dos indivíduos e das propriedades, impedindo e dissuadindo os atentados terroristas. Seus principais objetivos são a proteção das populações civis não combatentes, da infraestrutura básica, das agências governamentais e não governamentais e de seus recursos. Enquadram-se em tais atividades as medidas adotadas para evitar ataques químicos, biológicos, radiológicos e nucleares bem como aquelas adotadas para prevenir ataques cibernéticos. Tais medidas exigem a aplicação de recursos humanos e materiais altamente especializados, dotados de preparo bastante específico.

O contraterrorismo envolve as medidas de caráter repressivo que visam a impedir, dissuadir, antecipar e responder aos atentados terroristas. Diferente do antiterrorismo, o contraterrorismo baseia-se em ações diretas de combate às organizações terroristas em presença. Pelas características dessa atividade básica, a sua condução exige o preparo de elementos, tanto das Forças Armadas quanto das Forças de Segurança Pública, altamente especializados em táticas e técnicas para as suas ações, seguindo um programa de adestramento específico bastante diferenciado daquele realizado pelas unidades destinadas às ações antiterroristas (PINHEIRO, 2011).

A administração de consequências é integrada por uma série de ações de respostas a atentados terroristas, com o objetivo prin-

principal de restaurar a capacitação antiterrorista. Essa atividade consiste principalmente na emissão de alertas e diretrizes à população, no planejamento de atendimento a catástrofes, nas ações de saúde pública, vigilância sanitária e em todas as outras medidas que tenham por objetivo minimizar os danos à população e às suas estruturas físicas.

Normalmente, em um planejamento integrado de combate ao terrorismo, a administração de consequências deve ser encargo do órgão central de defesa civil nacional.

Das experiências angariadas em episódios da história envolvendo atentados terroristas, pode-se concluir parcialmente a respeito das atividades básicas de combate ao terrorismo que: não há como eliminar todos os riscos; todas as vulnerabilidades só podem ser resolvidas, de forma plena, no contexto de ameaças, alvos e riscos específicos; e identificar as vulnerabilidades é de muito pouca valia, se não houver um engajamento e um entendimento pleno das resoluções a implementar.

Atualmente, no Brasil, não existe uma definição sobre qual estrutura do organismo estatal é a responsável, de forma única e específica, por prevenir e combater o terrorismo internacional. Dessa forma, diversas agências de segurança e de inteligência cooperam no combate ao terrorismo internacional. Dentre estas podem ser citadas a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), a Polícia Federal, além dos órgãos de inteligência das Forças Armadas e das Forças Auxiliares.

Na hipótese de o Ministério da Defesa ser acionado para atuar em operações contra organizações terroristas internacionais, serão utilizadas, tomando parte das ações de contraterrorismo, tropas da Marinha do

Brasil, da Força Aérea Brasileira e do Exército Brasileiro.

O grande desafio das forças de segurança, na atualidade, é que as organizações terroristas são integradas por elementos altamente profissionais, com rígidos critérios de seleção, e adestrados, dentre outros, num intensivo emprego da tecnologia de ponta, incluindo a tecnologia da informação.

[...] avulta a necessidade de que as unidades das F Op Esp das Forças Armadas e do aparato de segurança pública que operarem ações contraterrorismo tenham um adestramento específico bastante diferenciado daquele realizado pelas unidades destinadas às ações antiterroristas.

[...] Quanto maior for a capacitação militar das células terroristas, maior será a demanda por equipes táticas contraterrorismo oriundas das unidades das Forças Armadas (em detrimento daquelas oriundas do aparato policial). (PINHEIRO, 2011)

Na Marinha do Brasil e na Força Aérea Brasileira, estão aptos a atuar em ações contraterroristas o Grupo Especial de Retomada e Resgate (GERR-MEC), pertencente ao Grupamento de Mergulhadores de Combate (GRUMEC), o Batalhão de Operações Especiais Fuzileiro Naval (B Op Esp FN) e o 1º Esquadrão Aeroterrestre de Busca, Salvamento e Operações Especiais (PARA-SAR), esta última não exclusivamente preparada para tal intento.

Dentro do Exército Brasileiro, as forças de operações especiais estão enquadradas no Comando de Operações Especiais e por suas unidades subordinadas, localizados em Goiânia - GO.

O Comando de Operações Especiais, integrado por seus elementos orgânicos ope-

racionais, possui estrutura própria e adequada para conduzir operações conjuntas de operações especiais, sendo o único comando das Forças Armadas com capacidade para conduzir operações dessa natureza (SANTOS FILHO, 2009).

Além das tropas oriundas do Comando de Operações Especiais, o Exército Brasileiro dispõe de tropas convencionais (Forças de Emprego Geral), dispostas em todos os estados do território brasileiro. Essas tropas, em caso de necessidade e recebendo treinamento específico, podem ser empregadas em apoio às forças de operações especiais do Exército Brasileiro, em todas as atividades básicas de prevenção e combate ao terrorismo.

Guardadas as devidas proporções e as realidades de cada país, o emprego de forças de emprego geral em conjunto com as forças de operações especiais é fundamental para o sucesso de qualquer operação.

Além disso, cada unidade militar operacional, dadas as características do seu programa de treinamento e as possibilidades advindas do seu grande efetivo, pode atuar, isoladamente ou integrada a uma força componente (conjunto de unidades de uma mesma força armada que integra uma força combinada), em atividades de antiterrorismo, particularmente as voltadas para a segurança ostensiva de outras tropas, áreas ou instalações.

Conclusão

Apesar da estrutura existente no Ministério da Justiça, das forças de operações especiais do aparato de segurança pública e mesmo das forças de operações especiais das

Forças Armadas, observa-se que, das quatro tarefas básicas de combate ao terrorismo, as tropas especiais estão particularmente aptas a atuar nas tarefas de contraterrorismo. Essas tarefas caracterizam-se por serem pontuais e por ocorrerem em um nível avançado da ameaça terrorista, considerando que as tarefas de apoio de inteligência e de antiterrorismo não obtiveram o efeito desejado.

Além disso, os efetivos especializados em combater ações da natureza aqui estudada são bastante restritos, apesar de altamente especializados, não dispondo da capilaridade necessária para fazer-se presente em todos os eventos ou áreas que possam constituir-se em alvos compensadores para organizações terroristas internacionais.

É importante destacar também que a população brasileira, de um modo geral, bem como os agentes de segurança pública de modo específico, são atualmente dotados de uma falsa sensação de que o Brasil está imune a sofrer ataques terroristas de qualquer matiz. Porém, conforme visto no início deste trabalho, a possibilidade de tais ataques ocorrerem em solo brasileiro é real e deve ser considerada em qualquer planejamento de segurança, principalmente de eventos que atraíam a atenção da mídia internacional.

Levando isso em consideração, conclui-se que é necessário utilizar meios efetivos para identificar a ameaça terrorista em qualquer uma das fases que antecedem os atentados propriamente ditos. Aproveitando-se ao máximo das estruturas e tecnologias existentes e, principalmente, de todos os recursos humanos disponíveis, quaisquer indícios de iminência de preparação ou da

ocorrência de um atentado terrorista podem ser detectados. A ameaça devidamente identificada poderá ser investigada de imediato ou eliminada pelo órgão mais apto e que tenha treinamento e condições oportunas (agir dentro do tempo disponível) para evitar que os danos ocorram.

Para tanto, é preciso que todos os agentes envolvidos com a segurança nacional recebam treinamento adequado para lidar com as ameaças terroristas em todos os níveis, de forma que, na impossibilidade da presença de elementos especialmente treinados para tal, ações eficientes e oportunas possam ser adotadas preservando as estruturas nacionais e a população.

Segundo o general Júlio César de Aruda (2015), comandante do Comando de Operações Especiais do Exército Brasileiro no período, durante os preparativos para a Copa das Confederações (2013) e a Copa do Mundo (2014), ambos os eventos da Federação Internacional de Futebol (FIFA), todos os envolvidos em atividades de segurança nos locais dos eventos foram submetidos a um Estágio de Percepção de Ameaça Terrorista, no qual receberam instruções sobre como identificar indícios da ocorrência de atentados terroristas e como reagir adequadamente, acionando os órgãos responsáveis, atuando proativamente para frustrar a ocorrência de qualquer atentado.

O Exército Brasileiro conta com um efetivo de aproximadamente 200 mil militares, distribuídos em organizações militares localizadas nos 27 estados da Federação. Todo o pessoal militar é submetido, inicialmente no período de formação militar básica e posteriormente durante toda a vida militar,

a diversas instruções de técnicas militares, as quais têm o objetivo de manter todos os militares em permanente estado de prontidão. Sendo assim, instruir adequadamente todo esse efetivo em perceber condições favoráveis à emergência de uma ameaça terrorista significa contar com um efetivo considerável de militares conscientes da necessidade de permanecer atentos a indícios que configurem atentados terroristas em potencial, o que certamente reforçará a segurança da população nacional.

No entanto, para que esse treinamento seja possível, é preciso que os militares, principalmente aqueles formados para exercer as funções de instrutores de corpo de tropa, recebam instruções específicas, desde os anos iniciais de sua formação militar, tornando-se capacitados a replicar esses conhecimentos para todas as unidades do Exército Brasileiro.

As Forças Armadas, de forma conjunta, já se têm reunido para discutir o assunto e propor soluções para o problema. Em junho de 2012, foi realizado, nas dependências da Escola Naval, no Rio de Janeiro, o Seminário “Atuação das Forças Armadas em face das ameaças terroristas”. Entre os objetivos do seminário constavam a apresentação pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas de sua visão sobre o emprego das Forças Armadas em face de ameaças terroristas, ou em resposta a um ataque terrorista de grandes proporções, e a obtenção de subsídios para a elaboração de manuais e/ou experimentações doutrinárias autorizadas pela Chefia de Operações Conjuntas nas operações de adestramento (DOCTRINA MILITAR TERRESTRE, 2015).

Ciente da importância desse tipo de instrução, a Academia Militar das Agulhas Negras tem ministrado, de forma inédita, aos cadetes do seu curso regular, um seminário sobre terrorismo, com 24 horas de carga horária, com o objetivo de prepará-los para enfrentar esta crescente ameaça à segurança nacional na condição de comandantes das frações de tropa do Exército Brasileiro (ARRUDA, 2015).

Relativamente aos corpos de tropa, ainda não há, nos programas padrão de instrução do Exército Brasileiro, confeccionados e atualizados sob a responsabilidade do Comando de Operações Terrestres (COTER), qualquer referência direta à prevenção e combate a ameaças terroristas. A atualização de tais dispositivos internos é um passo fundamental para que as tropas convencionais passem a adquirir novas capacidades de emprego desde o início da sua instrução militar.

As instruções que poderiam compor os programas de instrução padrão, dentro do contexto aqui estudado, seriam aquelas necessárias a identificar potenciais ameaças terroristas, atuar isoladamente na administração das consequências pós-atentado, bem como atuar em apoio a tropas de operações especiais com missão específica de combate ao terrorismo.

Como sugestão para tais instruções, podem-se citar:

- Definições gerais e histórico do terrorismo internacional e no Brasil.
- A percepção da ameaça terrorista.
- O isolamento de áreas atingidas por atentados terroristas.
- O auxílio na evacuação de pessoas em áreas atingidas por atentados terroristas.
- O emprego e participação em equipes de busca e resgate.
- O auxílio aos trabalhos de remoção e limpeza em uma área atingida por atentados terroristas.
- A atuação em áreas civis contaminadas por agentes químicos, bacteriológicos, radiológicos e nucleares.
- A identificação de dispositivos explosivos improvisados (DEI) e a ação a tomar em contato com tais dispositivos.

Outras instruções importantes já constam dos programas padrão de instrução do Exército Brasileiro, embora não estejam ligadas diretamente a ações terroristas, tais como *vigilância, reconhecimento e orientação; observação; designação de alvos e objetivos; defesa química, biológica, radiológica e nuclear; revista de pessoal, dependências e veículos; vasculhamento de área; instalação de posto de bloqueio e controle de via urbana; interdição e evacuação de uma área* etc. Porém, em um programa de treinamento específico para o combate a ameaças terroristas, é importante que tais instruções sejam revistas sob outro enfoque.

Por fim, o combate a prováveis ações terroristas no Brasil tornar-se-á mais eficiente com a perfeita integração entre as ações desencadeadas pelo Ministério da Justiça e pelo Ministério da Defesa, obtendo a sinergia necessária para a completa eliminação de tais ameaças. Além disso, de forma preventiva, faz-se necessário o desenvolvimento do preparo de todas as tropas nesse mister, visando a ampliar suas capacidades de perceber e atuar proativamente ao se identificarem indícios que levem a supor-se a iminência de um atentado terrorista. 🌐

Referências

- ARRUDA, Júlio César de. **Jornada de Estudos Estratégicos: A prevenção e o combate ao terrorismo transnacional contemporâneo: um guia militar nos níveis estratégico, operacional e tático**. Palestra ministrada na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército em 8 de julho de 2015. Rio de Janeiro, 2015.
- BASTOS, Fabrício Moreira de. **A Doutrina do Comando de Operações Especiais para o combate ao terrorismo em Território Nacional**. Trabalho de Conclusão de Curso (Altos Estudos Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2013. 65 p.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988.
- _____. Gabinete de Segurança Institucional. **Política Nacional de Defesa**. 2012.
- _____. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. 2008.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei Nº 2.016-F de 2015**.
- DOUTRINA MILITAR TERRESTRE. **Seminário de Atuação das Forças Armadas em Face das Ameaças Terroristas**. Disponível em <https://doutrina.ensino.eb.br/noticia.xhtml?jsessionid=BFF0599897E0C5423BCD8DC817A46F98?id=1330>. Acesso em 17 de agosto de 2015.
- EXÉRCITO BRASILEIRO. **PROFORÇA: Projeto de Força do Exército Brasileiro**. Disponível em http://www.eb.mil.br/c/document_library/get_file?uuid=b8fd062b-d6c0-431f-a931-1d7ad6facccc&groupId=1094704. Acesso em 17 de fevereiro de 2017.
- LASMAR, Jorge Mascarenhas. A legislação brasileira de combate e prevenção do terrorismo quatorze anos após o 11 de Setembro: limites, falhas e reflexões para o futuro. **Revista de Sociologia e Política**, vol. 23, núm. 53, Curitiba, março, 2015, pp. 47-70.
- MOREIRA, Gilberto Barbosa. **Operações no Amplo Espectro: Contribuições de um Grande Comando Operativo**. Doutrina Militar Terrestre em Revista. São Paulo, 2013.
- PARANHOS, Fabio El-Amme; Marcial A. G. Suarez. **A ameaça do Terrorismo Contemporâneo para a América do Sul: Desafios para o Brasil**. Rio de Janeiro, 2010. 171 p.
- PINHEIRO, Álvaro de Souza. O terrorismo, o contraterrorismo e as infraestruturas críticas nacionais. **Coleção Meira Mattos – Revista das Ciências Militares**. Rio de Janeiro, 2011.
- _____, Álvaro de Souza. A Guerra Irregular no século XXI; A prevenção e o Combate ao Terrorismo Transnacional Contemporâneo: um Guia Militar nos níveis estratégico, operacional e tático. **Coleção Meira Mattos – Revista das Ciências Militares**. Rio de Janeiro, 2012.
- PIRES, Marcelo Bento. **A participação do Exército Brasileiro no combate ao Terrorismo**. Trabalho de conclusão de curso (Altos Estudos Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Rio de Janeiro, 2006. 165p.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei Nr 9.883, de 7 de dezembro de 1999. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN e dá outras providências.** Brasília, 1999.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei Nr 13.260, de 16 de março de 2016. Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista.** Brasília, 1999.

RABÊLO, Rogério Cunha. **A participação do Ministério da Defesa na implementação da Resolução 1373 da Organização das Nações Unidas no Brasil (prevenção e combate ao terrorismo).** Trabalho de conclusão de curso. (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2012.

SANTOS FILHO, Alfredo Ferreira dos. **Terrorismo Internacional: um estudo sobre a definição e a estrutura de combate para o Estado brasileiro.** Trabalho de conclusão de curso (Altos Estudos Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2009. 144p.

THE INSTITUTES FOR ECONOMICS AND PEACE. **Global Terrorism Index Report.** 2014. Disponível em www.economicsandpeace.org. Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

_____. **Global Peace Index Report.** 2015. Disponível em www.economicsandpeace.org. Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

WHITTAKER, David. **Terrorismo: Um Retrato.** Tradução de Joubert de Oliveira Brízida. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

O conflito colombiano e suas implicações para o Exército Brasileiro

*Henrique Vidal Lopez Pedrosa**

Introdução

A Colômbia sofre no seu território o conflito mais antigo do globo. As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército Popular (FARC – EP) lutam contra o Estado colombiano de forma ininterrupta há mais de 50 anos. Pensar que essa questão restringe-se ao seu território é ignorar as evidências que provam o contrário. O acampamento das FARC em território equatoriano onde Raúl Reyes, 2º na hierarquia à época, foi morto é prova disso. Portanto, é imperativo entender o problema e levantar de forma prospectiva seus prováveis efeitos.

O objetivo do presente artigo é refletir sobre possíveis implicações para o Exército Brasileiro decorrentes do conflito colombiano.

Breve histórico do conflito

As FARC são consideradas o movimento revolucionário mais longo em atividade do mundo. Apesar de a guerrilha afirmar ter sido fundada em 1964, muitos pesquisadores defendem que a origem do movimento remonta ao fim da década de

1940. Na época, Jorge Eliécer Gaitán, candidato à presidência pelo partido Liberal, era considerado o defensor do povo. Chamado de *caudillo*, isto é, chefe político que possui uma força militar própria, proferia incômodos discursos, que atacavam os oligarcas dos dois partidos colombianos existentes à época: conservador e liberal.

Em 1948, Bogotá sediou a IX Conferência Panamericana, embrião da Organização dos Estados Americanos (OEA). Foi nesse contexto que Gaitán foi assassinado. Isso deflagrou uma revolta popular conhecida por *El Bogotazo* que destruiu a capital colombiana. Esse significativo evento aprofundou as diferenças entre os dois partidos. O conflito irradiou para todo o país a partir de sua capital.

O período que se seguiu ficou conhecido por *La Violencia*, que se desenvolveu de 1948 a 1958. Os militantes dos dois partidos pegaram em armas, e o conflito internalizou-se, vitimando mais de 200.000 colombianos. Essa década produziu grupos armados espalhados pela cordilheira colombiana e as planícies do país com o objetivo de proteger a população rural e suas terras da violência generalizada.

* Maj Eng (AMAN/98, EsAO/06, ECEME/16). Integrou o Grupo de Monitores Interamericano – Colômbia (GMI – CO) de Fev 08 a Fev 09.

Na década de 1960, muitos desses grupos estabeleceram repúblicas independentes — regiões do Estado colombiano declaradas independentes pelos guerrilheiros. Marquetalia, uma dessas ditas repúblicas, foi atacada por aviões militares e tropas do Exército em 27 de maio de 1964. Trinta e oito camponeses sobreviveram ao ataque. Entre eles, Manuel Marulanda, vulgo *Tirofijo*, um dos fundadores do Bloco Sul. Segundo as FARC, essa é a sua origem. Em 1965, mudou sua denominação, passando a se chamar Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – FARC. A partir desse momento, o grupo assumiu uma estratégia expansionista, buscando a presença nacional por meio de frentes de combate e a tática de guerra de guerrilhas.

A crise econômica na Colômbia foi aguda nos anos 1970. Esse fato proporcionou relativo apoio popular ao movimento. O Secretariado, um colegiado constituído por sete membros, foi criado em 1978. Nessa época, a guerrilha possuía cerca de 1.000 homens, divididos em sete frentes.

A 7ª Conferência Guerrilheira definiu uma nova estratégia em 1982. Agregou as letras EP à sua denominação original, acrônimo de *Ejército del Pueblo*. Decidiu atuar de forma mais efetiva no viés político. Isso ocorreu por meio da criação do partido Unión Patriótica. As FARC comprovaram sua popularidade, elegendo 14 congressistas e 18 deputados, além de inúmeros prefeitos e vereadores.

Em 1985, as FARC-EP integraram uma junta formada por outros grupos guerrilheiros de expressão para negociar a paz com o governo nacional. Ocorreu o rompi-

mento desse processo dois anos depois, levando o grupo à luta armada mais uma vez. Cerca de 4.000 integrantes da Unión Patriótica foram mortos pelos paramilitares, grupo revolucionário de extrema direita.

Os anos 1990 foram marcados por tentativas de reconciliação, por parte do governo, e por desconfiança, pela guerrilha. O ataque do Exército a um acampamento guerrilheiro chamado Casa Verde levou à uma centralização e à coordenação das ações sem perder o contato com a ideologia marxista-leninista-bolivariana. Outro fato marcante do período foi a *Zona de Despeje* — zona desmilitarizada concedida às FARC pelo governo como prova da disposição do último em promover a paz. A guerrilha aproveitou a oportunidade para reorganizar-se e ganhar força. Evidentemente, a busca pela paz mostrou-se infrutífera.

A década de 2000 foi marcada por expressivas vitórias sobre as FARC. Com grande apoio dos EUA, por meio do *Plan Colombia*, o presidente Álvaro Uribe liderou um processo de sufocamento da guerrilha pela atuação das Forças Armadas. A morte dos líderes de projeção da guerrilha em ações militares, como Raúl Reyes, e o resgate de Ingrid Betancourt, sequestrada por seis anos, foram golpes duros perpetrados contra a guerrilha. Um programa de desmobilização foi levado a cabo sob o mote repetido inúmeras vezes pelo próprio presidente em cadeia nacional: “Guerrilheiros, entreguem-se!”.

Seu sucessor, o atual presidente Juan Manuel Santos, tem conduzido o processo de paz com as FARC, que se iniciou no dia 27 de agosto de 2012. Visto por alguns com desconfiança, o fato é que a negociação é his-

tórica. Recentemente, o processo sofreu importante revés: o “não” do povo colombiano aos termos do acordo. O prêmio Nobel da Paz conferido ao presidente colombiano não resultou em vitória no plebiscito, apesar da sua inquestionável importância.

Apesar de o desenrolar do processo de paz continuar e de atualmente o cessar-fogo ser respeitado por ambas as partes, aspectos do conflito estão presentes, e outros latentes, até que a paz seja selada em definitivo. Serão apresentados alguns, que, por sua relevância para o presente artigo, permitirão uma breve reflexão sobre o tema.

Emprego de AEI pelas FARC

Normalmente, existe uma diferença substancial de poder relativo de combate entre uma força irregular e os meios de que dispõe o Estado. As FARC utilizam-se dos artefatos explosivos improvisados (AEI) para diminuir esse desequilíbrio de forças. De acordo com documento produzido pela guerrilha — *Plan Renacer*, de 16 de agosto de 2008 —, as FARC consideram os AEI o único fator que pode deter e intimidar a Força Pública. Também afirma que o emprego dos mesmos equilibra as forças frente a um inimigo numeroso, bem equipado e com grande poder de fogo.

Em 2001, houve um intercâmbio técnico entre as FARC e o IRA (Exército Republicano Irlandês). Três indivíduos da organização terrorista irlandesa permaneceram cinco semanas na Colômbia, ministrando instrução de explosivos para os comandantes das frentes que constituem as FARC (LA, 2001). Isso mudou radicalmente o emprego

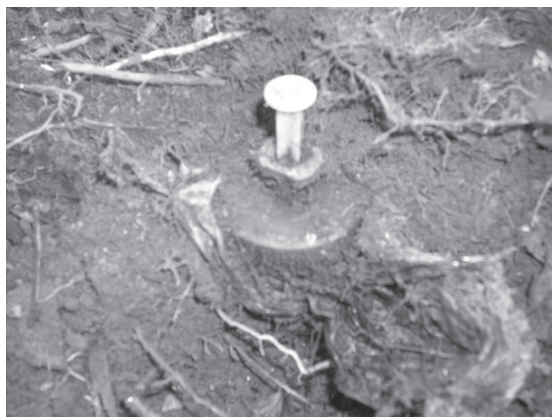


Figura 1 – Artefato explosivo improvisado
Fonte: ESING¹. Colômbia, Bogotá, 2008

de AEI em solo colombiano, elevando sua complexidade, traduzida pelo uso de celulares e controle remoto como acionadores (HÁ, 2003).

Infelizmente, o emprego dos AEI proliferou-se por toda a Colômbia em virtude do baixo custo de produção, facilitado acesso aos meios necessários, simplicidade na montagem e instalação. De acordo com Dirección Contra Minas, órgão do governo colombiano responsável pelo tema, as vítimas, entre mortos e mutilados, somaram 11.460 no período de 1990 a 31 de outubro de 2016. Atualmente, a Colômbia figura como o segundo país em vítimas por AEI do mundo. É superado apenas pelo Afeganistão.

Sequestro

No que diz respeito à fonte de recursos, houve uma mudança substancial no modo de agir da guerrilha. Antes, os grupos revolucionários eram financiados pelos países de expressão de determinada ideologia. Hoje em dia, utilizam-se de outras fontes de

recursos, como o crime organizado, produção de drogas e tráfico para o financiamento dito “ideológico”.

Isso pode ser verificado, particularmente, no caso colombiano. Depois do fim da União Soviética e da queda do muro de Berlim, o financiamento ideológico minguou até cessar. A fonte alternativa de recursos passou a ser, em um primeiro momento, prover a segurança dos traficantes de drogas. O próximo passo foi assumir a produção e a atividade ilícita, dominando a maioria das fases do processo e, com isso, aumentando substancialmente seus ganhos. Ademais, ataques às bases militares e à polícia nacional possibilitaram a captura de meios como armamento e munição para a guerrilha. Outra fonte de recursos buscada pelas FARC é a advida dos sequestros.

Segundo a Fundação País Libre, estima-se que as FARC têm em seu poder cerca de 200 sequestrados. Estes são mantidos em cativeiro sob condições sub-humanas nas profundezas da selva colombiana. Acometidos de doenças como a malária e leishmaniose, recebem um pouco de alento ao ouvir



Figura 2 – Ingrid Betancourt no cativeiro; Colômbia, 2008
Fonte: www.swissinfo.ch

mensagens de seus familiares por programas de rádio como o “Las voces del secuestro”. São alvos da guerrilha: militares, policiais, políticos e cidadãos comuns, como arma política ou para simples extorsão. A franco-colombiana Ingrid Betancourt, talvez a vítima mais conhecida, foi resgatada pelo Exército Colombiano depois de seis anos de cativeiro.

Brasil como alternativa logística

A Polícia Federal prendeu o guerrilheiro José Samuel Sánchez, vulgo “Tatareto” (“gago”, em espanhol), em 2010. Isso permitiu a descoberta de uma base das FARC nas proximidades de Manaus. Sánchez foi identificado como integrante da comissão de logística e finanças da 1ª Frente das FARC (RANGEL, 2010).

A guerrilha instalou base no Brasil em virtude da forte campanha militar desenvolvida pelo então presidente colombiano Álvaro Uribe, buscando lugar seguro fora da zona de combate. Desfrutando relativa segurança, Sánchez e sua equipe utilizavam o porto de Manaus e o rio Amazonas para, além do envio de cocaína para a Europa e demais estados brasileiros, abastecer de equipamentos a guerrilha (EFE, 2010).

Rota da cocaína

A Tríplice Fronteira Amazônica é constituída pelas cidades de Tabatinga (Brasil), Letícia (Colômbia) e Santa Rosa (Peru). Localizada na região conhecida por Alto Solimões, extremo oeste do estado do Amazonas, essa zona fronteira é identificada como uma das portas de entrada dos entorpecentes produzidos no Peru e na Colômbia (BALIEIRO; NASCIMENTO, 2015).



Figura 3 – Tríplice fronteira amazônica

Fonte: <http://abides.org.br>

A Colômbia é um dos três produtores mundiais de folhas de coca, juntamente com o Peru e a Bolívia. Parte da cocaína produzida pelas FARC passa por Tabatinga, onde cerca de 1,5 tonelada da droga foi apreendida pela Polícia Federal brasileira em 2007 (ARAÚJO, 2008).

De acordo com o II Levantamento Nacional de Álcool e Drogas, realizado pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas Públicas do Álcool e Outras Drogas (Inpad), o Brasil é o segundo maior consumidor de cocaína do mundo. Portanto, o Brasil está deixando de ser um país de trânsito e passando a ser um relevante consumidor da droga.

Relação das ORCRIM brasileiras e as FARC

Alguns fatos amplamente divulgados pela imprensa revelam a estreita relação das Organizações Criminosas (ORCRIM) brasileiras com a guerrilha. Em 2001, por exemplo, Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, foi preso pelo Exército Colombiano quando negociava armas por drogas com as FARC. Na oportunidade, o traficante brasileiro, líder do Comando Vermelho (CV), revelou às autoridades que chegou a pagar US\$ 10.000.000 por mês para guerrilha pela cocaína produzida na Colômbia (BEIRA-MAR, 2001).

Outra evidência foi protagonizada pelo Primeiro Comando da Capital (PCC). O PCC enviou representante conhecido por “Fusca” para a Bolívia para reunir-se com o traficante boliviano Wiliam. Este intermediaria contato com especialista em explosivos das FARC. O traficante disse que o guerrilheiro teria condições de montar “aviões de brinquedo” com explosivos, carros-bomba e pequenos explosivos com grande poder de destruição (QMSW, 2008).



Figura 4 – Prisão de Fernandinho Beira-Mar

Fonte: <http://veja.abril.com.br>

Por fim, um indivíduo chamado Sandro de Carvalho foi preso na cidade de Corumbá com sessenta quilos de dinamite. Ele é procurado na Bolívia pelo atentado com carro-bomba que resultou na morte de promotora de justiça que combatia o tráfico de drogas. Uma testemunha afirma que os explosivos seriam utilizados no resgate do traficante Fernandinho Beira-Mar (QMSW, 2008).

Implicações para o Exército Brasileiro

Os fatores supracitados trazem implicações para o Exército Brasileiro porque apresentam, em alguma medida, oportunidades de cooperação entre os dois países. O emprego de AEI pelas FARC é um exemplo



Figura 5 – Desminagem humanitária

Fonte: o autor

disso. O Exército Brasileiro contribui com oficiais da Arma de Engenharia para compor o Grupo de Monitores Interamericanos – Colômbia (GMI – CO) desde 2005. Este desenvolve ações que resultam na liberação de vastas áreas, anteriormente contaminadas pelos AEI, acumulando conhecimento técnico-profissional.

Outro exemplo de cooperação entre o Brasil e a nação amiga envolveu o 4º Batalhão de Aviação do Exército. A Instituição contribuiu com tripulação e aeronaves de asa rotativa nas missões humanitárias de resgate dos sequestrados, demonstrando sua prontidão e adaptabilidade para as mais diversas tarefas.

Algumas implicações decorrem do fato de as FARC utilizarem o Brasil como base logística e rota do tráfico de entorpecentes bem como da relação das ORCRIM com a guerrilha em busca de conhecimento sobre explosivos. Os possíveis desdobramentos que possam vir da estreita relação das ORCRIM nacionais com as FARC precisam ser vistos com atenção. Deve-se atentar, sobretudo, para que o terrorismo não seja reproduzido pela criminalidade brasileira como método de ação (CUNHA, 2009).

Para fazer frente a essa ameaça, é mandatório o trabalho interagências a fim de potencializar as ações do Estado e alcançar o objetivo maior. Evidentemente, o Exército Brasileiro, em conjunto com as demais forças e agências, realiza operações para prevenir e reprimir a ação de criminosos na faixa de fronteira. A Operação Ágata, desenvolvida desde 2010, é um exemplo disso.

O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras, SISFRON, fortalecerá

a presença e a capacidade de ação do Estado na faixa de fronteira. O sistema proporcionará a capacidade de monitorar as fronteiras, um fluxo contínuo e seguro de dados, além de informações confiáveis e oportunas para a tomada de decisões. Isso permitirá a pronta atuação da Força Terrestre, entre outras possibilidades, nas ações de defesa ou contra delitos transfronteiriços e ambientais.

O projeto-piloto foi instalado na área da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, Brigada Guaicurus (Dourados-MS). Quando concluído, o sistema cobrirá os 16.886km da faixa de fronteira, permitindo a ampliação do trabalho interagências.

Conclusão

A fronteira comum e as estreitas relações guardadas entre o Brasil e a Colômbia resultam no compartilhamento de proble-

mas e soluções comuns. O conflito colombiano, nitidamente, se faz sentir com maior intensidade no território do país irmão. Todavia, o Brasil percebe, em parte, seus efeitos.

O narcotráfico, tão intimamente ligado às FARC, é a linha que une a guerrilha às ORCRIM brasileiras, como o PCC e o CV. As vultosas somas de dinheiro advindas dessa prática são a força motriz de todos os ilícitos praticados pela guerrilha, que há muito abandonou sua motivação tão somente ideológica.

Os crimes por ela praticados implicarão ações impositivamente desenvolvidas em um ambiente de cooperação. Integrar não é apenas a palavra de ordem, mas a ação já cultivada entre as Forças singulares e as diversas agências, sobretudo nas operações junto às fronteiras. Dessa forma, o Estado nacional contará com os meios adequados, entre eles, o Exército Brasileiro. 🌐

Referências

ARAÚJO, Glauco. Delegado da PF diz que, em Tabatinga, quem não traficou “um dia vai traficar”. **G1**, Tabatinga, Amazonas, 09 mar. 2008. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL343383-5598,00.html>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

BALIEIRO, Luiz Felipe de Vasconcelos D.; NASCIMENTO, Izaura Rodrigues. **A Tríplice Fronteira Brasil, Peru e Colômbia e as implicações com o narcotráfico**. Boa Vista, Roraima: Textos&Debates, 2015.

BEIRA-MAR confessa que pagava US\$ 10 mi por mês às FARC. **Agência Estado**, São Paulo, 23 abr. 2001. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,beira-mar-confessa-que-pagava-us-10-mi-por-mes-as-farc,20010423p24229>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

CUNHA, Ciro Leal M. da. **Terrorismo internacional e a política externa brasileira após o 11 de setembro**. 2009. 216 f. Dissertação (Mestrado) – Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2009.

EFE. Governo da Colômbia confirma que FARC estabeleceram bases no Brasil. **Agência Estado**, São Paulo, 19 mai. 2010. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/america->

-latina,governo-da-colombia-confirma-que-farc-estabeleceram-bases-no-brasil,553858>. Acesso em: 17 nov. 2016.

HÁ conexão entre FARC, ETA e IRA, diz vice-presidente colombiano. **France Presse**, Nova York, 13 fev. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u51627.shtml>>. Acesso em: 08 set. 2015.

LA ira de las FARC. **Semana**, Bogotá, 17 set. 2001. Disponível em: <<http://www.semana.com/nacion/articulo/la-ira-farc/47315-3>>. Acesso em: 5 set. 2015.

QMSW. **Ligação entre PCC e as FARC**. Brasil, 7 mai. 2008. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZMO9sK9ipgo>>. Acesso em: 3 set. 2015.

RANGEL, Rodrigo. Captura de guerrilheiro revela base das FARC no Brasil. **Agência Estado**, São Paulo, 16 mai. 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,captura-de-guerrilheiro-revela-base-das-farc-no-brasil,552510>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ Escuela de Ingenieros.

A pré-história da ciência e tecnologia no Exército

O século XIX

*Adler Homero Fonseca de Castro**

A questão da “pré-história”

Uma definição clássica de história seria a de que esta é o ramo dos estudos sociais que procura analisar o homem inserido no tempo e, em termos de metodologia, os meios usados para fazer esse estudo seriam aqueles baseados, principalmente, na análise crítica das fontes escritas para verificar a veracidade, consistência e relevância do tópico estudado. Por isso a importância das famosas “referências bibliográficas” para os profissionais habilitados: sem o estabelecimento das fontes usadas, o trabalho será inferior, pois não permite que outro profissional o refaça, analisando os documentos sob sua própria ótica.

A questão do método é um ponto importante, pois os historiadores podem — e devem — valer-se de outros tipos de bases documentais, como registros de áudio (entrevistas, por exemplo) ou objetos, como os usados na análise da cultura material ou da etnografia. A formação específica do historiador não fornece os instrumentos para se valer desse tipo de informação, que é da linha de trabalho dos antropó-

logos e arqueólogos, esses sim passam por um aprendizado direcionado para os campos “não documentais” durante os cursos de graduação.

A ligação dessa questão com o tema do presente texto fica aparente quando vemos que se coloca um limite claro às atividades do historiador, pelo menos dentro de sua formação atual, pois fica a pergunta: onde não há documentos, é possível “fazer história” no sentido de escrevê-la? Historiadores com uma formação mais recente responderão que sim, mas, certamente, onde não há textos escritos, o trabalho não é dos mais simples, exigindo abordagens especializadas e o uso de outros tipos de materiais de estudo, de processamento muito mais difícil e talvez menos confiável — não que os documentos possam ser considerados como “prova” de um acontecimento, muito pelo contrário, é sempre necessário contextualizá-los.

Dessa forma, apesar de haver estudiosos que se rebelam contra o uso do termo “pré-história”, há de fato um período anterior ao das sociedades que já dominam a escrita que pode ser chamado como tal. Essa é uma questão que não tem relação com uma dada cronologia: os grupos indígenas *que existem ainda hoje*

* Pesquisador do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, curador de Armas Portáteis do Museu Militar Conde de Linhares, doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

e que permanecem apartados da sociedade ocidental são “pré-históricos”, no sentido de que é impossível fazer uma história deles — ou seria, se não usássemos fontes externas (registros antropológicos e arqueológicos que a sociedade ocidental elabora, por mais falhos, incompletos ou dúbios que sejam).

Considerando o exposto, há casos em que vivemos uma situação de “pré-história”, mesmo em nossa sociedade, pois os registros, escritos ou não, são muito escassos sobre alguns temas ou grupos, impedindo uma análise mais profunda sobre estes. Assim, no estado atual da questão, podemos dizer que existe uma situação de “pré-história” no que tange ao estudo da ciência e tecnologia militar no Brasil Imperial, não pela falta de esforço nesse sentido, mas porque há pouca coisa escrita sobre o tema, seja em termos de fontes “primárias” — aquelas redigidas pelos participantes ou testemunhas dos eventos —, seja em termo de “secundárias” — as provenientes daqueles que estudaram o assunto de diversas formas, sem ter participado diretamente.

O título do presente trabalho consiste na tentativa de realizar um estudo a partir de uma situação que pode ser classificada — alegoricamente, frisamos — como “pré-histórica” por não haver, até o momento, fontes sistemáticas e de acesso menos complicado sobre o tema. Também ajuda a entender por que o assunto é praticamente desconhecido, apesar de um dos temas associados, o ensino militar, ser mais estudado.

Guerra, arte e ciência

A princípio devemos dizer que, no campo militar, a pesquisa científica é muito

recente em termos históricos. Por muitos séculos acreditava-se que a guerra era uma “arte” e não uma “ciência”, que pudesse ser sistematizada com suas leis próprias, como ocorre nas ciências exatas, geralmente exemplificadas pela matemática e a física. Pode-se até debater se a guerra é de fato uma ciência,¹ mas não é esse o nosso objetivo. Para nós, a questão central é que o campo das atividades bélicas, até o século XIX, não era visto como tendo regras próprias que pudessem ser reduzidas a princípios básicos, aplicáveis em diferentes situações.

Em grande parte, a razão da questão militar não ter sido sistematizada se devia à própria formação das forças armadas até a Idade Moderna: eram compostas de uma massa de pessoas com pouca ou nenhuma instrução, as praças, para as quais a educação não era vista como necessária. Só se esperava que o corpo de oficiais tivesse uma educação formal e, ainda assim, essa não era propriamente “militar”, mas humanística. Quando muito, o futuro oficial era educado na equitação, caça e “artes marciais”, como a esgrima. Havia também a necessidade de saber francês — a língua internacional até o início do século XX — e aritmética, para cálculos simples. E era apenas isso.

A forma de pensar da época considerava o ofício das armas como algo que uma classe específica, a nobreza, “nascia sabendo”. Seus membros pensavam que este era seu destino: liderar as massas incultas. Um autor até aponta que a educação militar para um oficial, no contexto da guerra do período moderno (1452-1789), não era uma necessidade:

As armas eram simples e descomplicadas; o treinamento e táticas eram elementares e só mudavam lentamente; os oficiais não tinham que aprender liderança, pois eram membros da aristocracia, com todas as vantagens sociais e estando bem acostumados com a linguagem do comando. Sem complexos sistemas de armas, complicadas leis militares, intrincadas relações entre civis e militares e uma igualdade social básica entre oficiais e homens, fatores que têm exigido um alto nível de educação dos oficiais no século XX, não havia uma necessidade de desperdiçar o tempo de um cavaleiro do século XVIII em uma sala de aula.²

A falta de formação não era um problema grave no período, pois muitos dos atuais campos da administração militar simplesmente não existiam então: quando necessário, se contratavam civis para executar tarefas especializadas.³ Até a artilharia, uma arma que não pode ser vista como outra coisa que não “combatente”, era composta, até o século XVII, por empregados civis que serviam as peças em campanha, com resultados que podiam ser desastrosos, devido à falta de disciplina e resistência às adversidades, que são características do serviço militar. Daí que, na artilharia, o sistema de graduações fosse diferente do usado no resto do Exército, pelo menos até o século XVIII. Em Portugal e no Brasil, por exemplo, ainda em 1763, havia os “condestáveis” dos fortes, uma graduação equivalente a 2º Sargento, mas que não tinha as mesmas prerrogativas e soldo de um sargento de infantaria e cavalaria.⁴

A distinção entre os membros das chamadas “armas combatentes” e os das “armas científicas”, como eram conhecidas na época,⁵ era muito clara, chegando até aos oficiais: na cavalaria e infantaria havia o posto de “alferes” — a pessoa originalmente encarregada de por-

tar os estandartes das unidades —, na artilharia e engenharia, o posto equivalente era o de “2º tenente”, pois essas tropas não tinham a honra de portar um estandarte, como acontecia com as armas “nobres”.

Esse desprezo inerente aos oficiais “técnicos” é uma questão importante para se entender a estrutura militar de todos os países até o século XIX: havia certa resistência inerente a uma mentalidade científica nas forças armadas, mesmo quando a sociedade civil passava por um processo de crescente interesse pelo tema. Como dissemos, o oficialato era formado pelos nobres, e, na cultura da época, que via o trabalho manual como “inferior”, o membro da nobreza deveria dedicar-se apenas às atividades inerentes à sua classe. A pesquisa, especialmente a empírica, era muitas vezes associada ao trabalho, o que a fazia ser vista como algo degradante, conforme colocado por um personagem do final do período colonial:

A preocupação nacional exclui dos empregos todo aquele que, por si, seus pais ou avós, tiverem exercido arte mecânica, isto é, que tiver contribuído com o seu trabalho para a multiplicação das riquezas. Um escrivão da mais insignificante câmara não pode encostar-se na propriedade de seu ofício, sem provar verdadeira ou falsamente a perpétua nação [nobreza] de seus braços e dos seus pais e avós. De sorte que os netos de Pedro, grande imperador da Rússia, não poderiam entre nós conseguir os cargos de Estado por ter aquele herói manchado as suas mãos no Texel, pegando na enxó e no machado.⁶

Naturalmente, esse ponto de vista, com relação ao trabalho de pesquisa, estava em alteração já no século XVIII, mas as for-

ças armadas, por serem corporações que refletiam os interesses da nobreza, foram muito resistentes em aceitar a mudança de uma forma de pensar, especialmente se isso pudesse afetar seus privilégios. Basta observar o édito de Sègur, que proibiu os filhos de não nobres de receber patentes de oficiais na França, em 1783. Algo que não pode ser considerado como um atavismo exclusivo daquele país, pois, em Portugal e no Brasil, o acesso ao oficialato também era restrito, basicamente, aos nobres, pelo sistema de “cadetes”. Estes eram indivíduos que tinham de provar “nobreza de quatro avós ou terem o foro de fidalgos ou serem filhos de oficiais militares que tivessem pelo menos a patente de major da tropa”,⁷ sendo alistados como soldados; mas não eram praças comuns, pois tinham uma série de privilégios, por exemplo: eram promovidos prioritariamente ao posto de alferes, mesmo que houvesse praças com mais antiguidade ou maior graduação do que eles.

Os empecilhos à pesquisa científica no Brasil

A forma de proceder dos exércitos, priorizando uma classe, teria importantes consequências para o Brasil até o final do século XIX e um pouco além, pois a maioria dos oficiais das armas combatentes era oriunda dos cadetes, sem terem passado pela Academia Militar, criada em 1811. Em 1857, apenas uma minoria muito reduzida dos militares tinha passado pela Academia Militar, o restante era proveniente das fileiras, inclusive todos os coronéis. Apenas 12% do corpo de oficiais das “armas combatentes” tinham o curso.⁸ Naquele ano, somente as “armas técnicas” eram integralmente compostas por

formados na Academia, já que a promoção na carreira dessas armas dependia da conclusão dos estudos técnicos, tanto que, quando o Batalhão de Engenheiros foi formado, em 1855, o seu decreto de criação definia especificamente que não seriam aceitos cadetes em suas fileiras.⁹

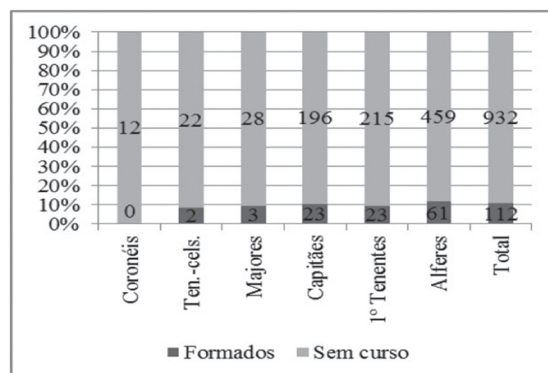


Figura 1 – Formação de oficiais. O Gráfico mostra a pequena porcentagem de oficiais que, em 1857, tinha formação técnica, especialmente nos postos superiores: apenas 8% dos coronéis, tenentes-coronéis e majores tinham estudado na Escola Militar

Fonte: SCHULZ, op. cit. p. 210

Outra grande dificuldade pela qual passou o Exército foi resultante das origens coloniais do Brasil. Antes da Independência, o princípio básico era que a colônia se especializaria no fornecimento de produtos agrícolas para a metrópole europeia, enquanto Portugal ficaria encarregado de equipar as forças armadas locais. Isso implicava não haver necessidade de realizar pesquisas para o desenvolvimento de equipamentos no Brasil, mesmo com a fabricação limitada desses produtos nos arsenais coloniais. Um problema que era agravado pelo fato de Portugal ser uma nação subdesenvolvida, assim dependendo da importação de armamentos de outros países.

Havia também o problema de que os exércitos do Brasil e de Portugal, apesar de terem, em teoria, os mesmos regulamentos e doutrina, eram na verdade instituições distintas, sem um maior contato entre si. Portanto, mesmo algumas inovações que surgiam no Brasil eram ignoradas ou desprezadas pela administração portuguesa; um desses casos foi o surgimento de tropas ligeiras (“leves”, na forma atual de se escrever). A infantaria ligeira tinha surgido no século XVIII nos países da Europa em razão do contato das grandes potências com as regiões periféricas, quando se constata que as táticas usadas pelas forças regulares nem sempre eram adequadas para todas as situações. Assim, o combate nas florestas da América do Norte fez surgir a infantaria ligeira na Inglaterra e França, da mesma forma que tropas irregulares de croatas tinham levado à formação de um tipo de força semelhante pelos Austríacos.

Uma situação semelhante ocorreu no Brasil, quando se observou que as rígidas formações europeias não eram adequadas para as florestas do Espírito Santo, o cerrado de Goiás, a caatinga baiana, o pantanal sul-mato-grossense ou mesmo para o pampa Gaúcho. Isso levou à criação de tropas de infantaria leve: os Pedestres do Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso e Bahia e os Aventureiros de São Paulo. Os mesmos problemas fizeram com que unidades de cavalaria ligeira fossem levantadas no Rio Grande do Sul e no Paraná,¹⁰ todas elas forças adequadas à situação ecológica brasileira, ao contrário das previstas pela doutrina portuguesa, baseada em infantaria e cavalaria de linha. No entanto, ao contrário do que aconteceu na França, Áustria e Inglaterra, a experiência brasileira não determinou o aperfeiçoamento das

doutrinas do exército português; a infantaria ligeira — os “caçadores” — foi criada em Portugal por influência inglesa. Dessa forma, os manuais militares, que formavam a doutrina usada no Brasil, eram aqueles escritos para Portugal, sem refletir a experiência adquirida nas guerras em nosso território e tratando de uma realidade bem diferente da existente aqui.

Devemos dizer que a dura imposição de um controle sobre a sociedade americana por parte dos lusitanos não contribuía em nada para o surgimento de uma forma científica de se ver o mundo na sociedade. Ao contrário da América Hispânica, onde a primeira universidade, a de São Domingos, foi criada em 1538, no Brasil, os primeiros cursos superiores foram os militares, datando do final do século XVIII. Ou seja, a existência de intelectuais civis que pudessem pensar as questões militares, ainda que não estivessem ligados às forças armadas, era impossível, mesmo quando o primeiro curso superior técnico aberto a civis foi instaurado no Brasil, este foi o de Engenharia, da Escola Militar, com todos os problemas que isso representava.

Havia imensos obstáculos para o surgimento de atividades de pesquisa e desenvolvimento científico no Brasil; certamente era algo inconcebível dentro do sistema colonial, que, mesmo com a Independência, precisou vencer a inércia e as dificuldades criadas pelo passado colonial da nova nação. Não era uma dificuldade específica ou que afetasse unicamente as forças armadas; pelo contrário, era resultado de uma situação estrutural, oriunda da própria organização da colônia como tal. Por esse motivo, a *primeira* menção que encontramos ao que poderíamos considerar como uma atividade científica no âmbito das forças armadas foi a criação

de uma comissão¹¹ para estudar a instalação do Observatório Nacional, porém somente em 1827. E isso só ocorreu por causa da importância prática que essa instituição civil teria para a cartografia e a navegação. O Exército a apoiou por muitos anos, tanto que o Observatório foi instalado em um forte, o do Castelo, e se destacaram operários do Arsenal de Guerra e oficiais engenheiros para trabalhar na Instituição — em 1854, eram quatro oficiais servindo lá, o que representava 10% dos engenheiros militares lotados no Rio de Janeiro.¹²

Um novo Exército

Novas complicações surgiriam para as forças armadas, mesmo com a superação do período colonial. A Marinha simplesmente não existia, tendo de ser criada praticamente do zero, enquanto o Exército não era uma força nacional, mas sim dividida em províncias, cada uma delas com uma imensa autonomia; os regimentos eram denominados por suas origens, havendo o 1º Batalhão de Caçadores de Pernambuco, que convivia com o 1º Batalhão de Caçadores da Bahia; somente em 1824, foi elaborada uma lista geral e sequencial de unidades pelo território nacional, com os batalhões numerados de 1 a 27.¹³ Mesmo assim, isso não representou uma integração do Exército, pois não havia uma lista nacional de oficiais, de forma que não se podia comparar a situação dos membros da força espalhados pelo território. Se houvesse uma vaga em alguma província, ela era preenchida por um oficial servindo nela, criando pequenos “exércitos” locais e não uma força nacional. Somente em 1844, foi implantado um sistema que permitia que as promoções fossem feitas nacionalmente — o *Almanaque do Exército*.

Outra imensa dificuldade a ser superada pelas forças armadas no seu período inicial de existência foi a excessiva carga de trabalho colocada sobre elas. Apesar de a historiografia moderna tender a ignorar a questão, os primeiros anos de existência do país foram muito conturbados. A Independência não foi feita de forma pacífica, havendo grandes combates na Bahia, Ceará, Piauí e Maranhão e um conflito quase esquecido com as forças portuguesas de ocupação do Uruguai, então Província Cisplatina do Império. Somente em março de 1824, um ano e seis meses depois do Grito do Ipiranga, é que as últimas forças lusitanas de ocupação deixaram a América e, em agosto de 1825, depois de três anos de combates,¹⁴ um acordo com Portugal foi assinado. Durante todo esse tempo, havia o risco e receio de um contra-ataque lusitano ao Brasil.

Mesmo com o fim das hostilidades com Portugal, a paz não veio. Em abril de 1825, o general Lavalleja desembarcou na província Cisplatina, iniciando a guerra de independência do Uruguai contra o Império — uma campanha que forçaria o Brasil a concentrar todos seus esforços na tentativa, fracassada, de manter o território ocupado durante uma guerra que se estenderia até 1828.

Assim, os anos iniciais da história nacional foram de lutas, com imensos gastos e uma natural impossibilidade de se preocupar com assuntos não prioritários. Até a paz de 1828, a soma dos orçamentos militares chegava a 80% das receitas do Império,¹⁵ uma situação insustentável a longo prazo e um indicativo da importância das atividades diretas de combate.

A paz, contudo, não representou uma real possibilidade de o Exército “arrumar a casa” e poder se dedicar às atividades que

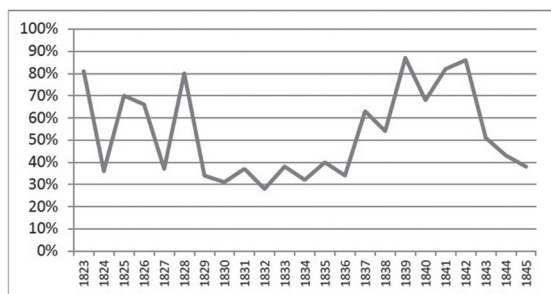


Figura 2 – Percentagem dos gastos militares em relação à receita do Império

Fonte: CARREIRA, 1980

não eram de interesse imediato da segurança nacional. Em 1831, com a abdicação de Pedro I, as forças armadas passaram a ser vistas com desconfiança, levando a uma redução nos gastos militares, como pode ser visto no gráfico da **Figura 2**, bem como a uma brutal diminuição nos efetivos: o Exército passou de 28.000 homens em 1828, para uma força autorizada de apenas 6.320 soldados, uma queda de mais de 70%. Com pouco pessoal, e a maioria dos oficiais colocados em “meio soldo”, ou seja, recebendo cerca de um quarto do salário que receberiam se estivessem em atividade, seria muito difícil se dedicar às atividades que não fossem consideradas como essenciais para a simples sobrevivência das forças armadas e do próprio país.

Para complicar ainda mais a situação, as mudanças políticas causadas pela Regência (1831-1840) resultariam em uma série de revoltas locais contra o poder central: Cabanagem (PA), Balaiada (MA e PI), Sabinada (BA), Guerra dos Farrapos (RS e SC), Carneiradas (PE), Revolta do Guanais (BA), Insurreição do Crato (CE), Abrilada e Novembrada (PE), Setembrada (PE e MA), Revolta de Carrancas (MG) e Rusgas (MT). Essas rebeliões, contudo, não se interromperam com a ascensão de Pe-

dro II ao trono, em 1840: a Farroupilha continuaria até 1845, e ainda estourariam a Revolta Liberal de 1842 (MG e SP) e a Revolução Praieira de 1848 a 1850 (PE).¹⁶

A Comissão Prática de Artilharia

O Império alcançou certa estabilidade de política interna apenas em 1850. Então, múltiplos problemas de organização e desenvolvimento técnico que tinham ficado evidentes durante as lutas da Independência e da Regência puderam ser abordados. Uma medida inicial, surgida nas “armas técnicas”, foi a formação da “Comissão Prática de Artilharia”, criada em julho de 1844. Há poucas informações sobre essa Comissão; a mais completa se trata de uma matéria em um jornal especializado, o *Indicador Militar*. Segundo um artigo publicado lá:

Alguns oficiais de reconhecido mérito sob a presidência do marechal Francisco de Paula Vasconcelos, um dos poucos que jamais pode resignar-se à decadência de sua predileta arma e do exército, tentaram dar impulso ao carro cujas rodas por demais se haviam aprofundado no falso terreno do indiferentismo, e de que as molas se opunham ao movimento pela falta sentida a longos anos da benéfica influência governamental.¹⁷

Certamente a organização era considerada importante, pois era dirigida inicialmente por um marechal (general de divisão), depois, por um tenente-general (general de exército atualmente),¹⁸ em uma época em que o Exército tinha apenas 21 oficiais-generais em todo o Império. Aparentemente, a Comissão era voltada mais para o aperfeiço-

amento da formação dos oficiais e da tropa, pois alguns dos documentos encontrados, bem como o artigo citado do *Indicador Militar*, referem-se ao treinamento prático de alunos da Escola Militar em artilharia. Há até um documento que a trata como “Comissão Prática de Instrução de Artilharia”,¹⁹ um nome incorreto, mas que mostra o importante papel de ensino que a Comissão tinha.

No entanto, não se pode considerar que a Comissão tivesse apenas a função de treinamento. Um dos membros da organização era o diretor do Arsenal de Guerra, o marechal Pardal, que recebeu a incumbência de preparar as instruções para manejo e manobras de artilharia a cavalo, uma das necessidades prementes do Exército, já que os regulamentos existentes não tratavam desse assunto.²⁰ O marechal Pardal elaborou um estudo muito completo, ilustrado, abordando desde a “escola do soldado” até a tática da artilharia de campanha,²¹ mas que infelizmente não teve grande difusão. Na verdade, nenhum dos estudos e instruções preparados pela Comissão e por sua sucessora, a Comissão de Melhoramentos, aprovados pelo Decreto 705 de 1850,²² teve ampla propaganda; só alguns exemplares sobreviveram na Biblioteca Nacional,²³ um indicativo de que as edições feitas foram muito reduzidas. Além disso, todas as instruções adotadas eram problemáticas, conforme criticado pelo marquês de Caxias no Relatório do Ministério da Guerra de 1855.²⁴ Por exemplo, as instruções de infantaria foram elaboradas pelo major Zagalo, do Exército Português, mas não foram adotadas lá; as instruções de cavalaria foram elaboradas pelo marechal inglês Beresford, em 1816, e precisavam ser atualizadas.

De qualquer forma, a Comissão Prática de Artilharia marcou um momento importante de mudança na maneira de pensar a questão da ciência e tecnologia no Exército. Pela primeira vez na história nacional, se procurava um caminho próprio para entender como a ciência militar se deveria adequar à situação do Brasil. As responsabilidades da Comissão aumentaram quando ela foi transformada em uma nova organização, em 1849.

A Comissão de Melhoramentos do Material do Exército (CMM)

A nova Comissão, ao contrário de sua antecessora, tinha um regulamento específico, aprovado em um decreto (Decreto 663, de 1849), definindo suas responsabilidades, que seriam:

- o exame e aperfeiçoamento de todas as armas ofensivas (...) propondo ao Governo a adoção das que reconhecidamente forem vantajosas, e as modificações que a experiência da guerra tiver feito conhecer como necessárias;
- o exame e aperfeiçoamento dos reparos e máquinas que servem para a colocação, transporte, e serviço das bocas de fogo de todas as espécies;
- a discussão e proposta de um sistema de calibres de peças, obuses, canhões-obuses, morteiros, pedreiros, tanto para o serviço de campanha, como para o de praças, sítio, e baterias, quer terrestres, quer de costa.

Especialmente relevante era o último parágrafo do texto legal, que previa, entre

as funções da Comissão de Melhoramentos, a direção de todas as experiências indispensáveis para conseguir-se qualquer aperfeiçoamento ou introdução de novos objetos úteis em relação à Arte da Guerra.²⁵

Logo, passava-se a ter uma mentalidade de experimentação, procurando soluções específicas para os problemas únicos que o Exército tinha em sua situação singular na América do Sul. Infelizmente, a composição prevista no decreto de criação não era suficiente para atender a todas essas exigências, pois haveria apenas “três oficiais habilitados em ciências físicas, matemáticas e militares, presidida por oficial-general”,²⁶ apesar de ser evidente, pela documentação, que outros oficiais podiam ser — e eram — convocados para a execução de missões especiais.

De qualquer forma, as realizações da CMM foram impressionantes, mesmo que, na época, a oposição aos diferentes governos a tivessem criticado e até obstruído seus trabalhos, nem que fosse por uma incompreensão das funções da organização. Um artigo publicado em 1862 apontava alguns dos problemas no seu funcionamento:

Por muito tempo consideraram-na como um corpo de consulta privada do ministro. Os seus trabalhos, as suas propostas, algumas de grande valor, eram arquivados ou desprezados, e a ação que lhe devia pertencer era destruída por elementos os mais heterogêneos. Por algum tempo foi rebaixada até o ponto de a condenarem ao exame único e rotineiro da pólvora que se tinha de comprar.²⁷

Não podemos considerar essa reclamação como sendo *apenas* a manifestação de um jornal ao governo, o que a passagem acima não deixava de ser. Os poucos documentos

que encontramos apontam que, durante algum tempo, a CMM realmente dedicou-se ao exame da pólvora civil e militar comprada no comércio. Por exemplo, apontamos uma coincidência nestes 150 anos da morte do patrono da Arma de Engenharia: o então capitão Villagran Cabrita foi encarregado desses trabalhos na Bahia.²⁸ Uma atividade útil, tendo em vista a padronização dos efeitos da pólvora, que era muito irregular no período. A tolerância aceitável era de 20% na força da mesma, de forma que conhecer a qualidade do propelente era de vital importância para a artilharia e para o serviço de intendência.²⁹ Em todo caso, podemos questionar se seria necessária a intervenção de uma comissão formada por oficiais de alta capacidade, inclusive um general, para fazer tal tipo de serviço mecânico, já que o exame da pólvora consistia simplesmente em disparar um morteiro de construção especial, com uma elevação fixa, medindo a distância que o projétil alcançava, nada mais do que isso.

O mesmo artigo de jornal continuava fazendo outras críticas ao funcionamento da Comissão.

Houve até, custa a dizê-lo, um ministro que teve ciúme da comissão, e, no seu acanhado bestunto,³⁰ acreditou piamente que só dele é que deviam emanar os melhoramentos do exército!

Um diretor do arsenal intrigava a comissão para com o ministro; negava-se a assistir aos seus trabalhos e experiências, para os quais era convidado, porém espionava o que ela fazia, interrogava até os serventes para sorrateiramente alcançar o que recusava obter por meios diretos.³¹

Acusações graves, talvez oriundas de jornalistas que faziam oposição ao governo.

Infelizmente, não as podemos descartar de imediato, pois o texto reflete problemas reais do exército de então, especialmente a falta de continuidade de políticas para as forças armadas.

De qualquer forma, a CMM conseguiu várias realizações. Com sua intervenção e participação direta, foi fundado o Laboratório Pirotécnico do Campinho, em 1850, originalmente Fábrica de Foguetes. Essa instalação foi a primeira fábrica de munições moderna do país, tendo surgido para a fabricação de foguetes de guerra, usados na Batalha de Monte Caseros. No Laboratório, foram designados oficiais com a missão de fazer *engenharia reversa* nos artefatos, para a obtenção de munições para as forças armadas. O Dr. Guilherme Schüch de Capanema, que seguiu uma ilustre carreira como cientista, como um jovem professor da Escola Militar, conseguiu fabricar cartuchos de espingardas Dreyse, um segredo do Exército Prussiano³².

Outro exemplo foi o de Rodolfo Wackneldt, contratado para fabricar foguetes e transmitir seus conhecimentos ao tenente Alencastro, do 1º Batalhão de Artilharia a Pé (designado comandante do forte de Campinho, com instruções para aplicar-se “exclusivamente ao estudo da composição dos foguetes de guerra”³³) e ao tenente Francisco Carlos da Luz — um oficial que teria uma longa carreira científica no Exército. Wackneldt não foi um bom investimento, pois as missões que recebeu não foram bem-sucedidas, mas o sempre engenhoso Capanema e os outros oficiais conseguiram superar as dificuldades, desenvolvendo, por exemplo, fo-

gueses tangenciais sem cauda,³⁴ um segredo oferecido por larga quantia de dinheiro na época.

Na fábrica da Estrela, cujo diretor era membro da Comissão, fez-se um estudo das complicadas reações físico-químicas de combustão da pólvora, chegando a um processo de fabricação local que resultava em um produto 20% mais forte do que os melhores importados. Também foram produzidas espoletas de tempo com uma precisão de cinco centésimos

de segundo, necessárias para o uso em granadas Schrapnel, que explodiam sobre o alvo, espalhando estilhaços sobre o inimigo,³⁵ uma arma que até então não tinha sido usada no Brasil. A Fábrica de Armas da

Conceição foi reformada, dando início ao processo de substituição das armas de pederneira por outras mais modernas.

A Comissão também desenhou e mandou fabricar um canhão raiado, em 1855, para estudar as possibilidades desse tipo de arma, sete anos antes da compra das peças La Hitte,³⁶ famosas na guerra do Paraguai. O canhão raiado não chegou a ser adotado, mas um modelo pouco conhecido foi fabricado em grandes números, o *canhão-obus João Paulo*, desenhado pelo marechal João Paulo dos Santos Barreto ainda na época da Comissão Prática, em 1848, tendo em vista as condições do Brasil. Era um canhão muito leve, para facilitar o transporte pelos sertões sem estradas, sendo a primeira arma de projeto inteiramente nacional. Mais de trinta deles foram fundidos nas oficinas da Ponta da Areia, do Barão de Mauá. Eles pas-

Era um canhão muito leve, para facilitar o transporte pelos sertões sem estradas, sendo a primeira arma de projeto inteiramente nacional

saram a ser o armamento regulamentar da Artilharia de Campanha entre 1850 e 1864 — foram essas peças que tomaram parte nas Batalhas de Monte Caseros (1852) e na tomada de Paissandu, em 1864, sendo então substituídas pelos La Hitte. Isso torna um pouco estranha uma reclamação publicada em um jornal dirigido aos militares, porém não ligado ao Ministério da Guerra, que dizia o seguinte sobre os canhões-obuses:

Como nós, muitos são os oficiais de artilharia que ignoram esse melhoramento: poucos e muito poucos são os que têm tido a ventura de verem esses canhões. (...) Nestas circunstâncias, como poderiam aqui ou ali, nossos camaradas apreciar o invento da ilustre Comissão? Não seria mais razoável e honroso à Comissão prática (sic³⁷), chamar seus camaradas, explicar-lhes e pedir mesmo a sua opinião sobre o melhoramento que obteve com a sua descoberta? Não lhe resultaria muito maior glória e nome? E deste modo não promoveria entre nós o desejo de estudar e assim prestarmos mais um serviço à ciência e ao país? Porém a nobre Comissão prática é conservadora, não quer mudar os usos e costumes estabelecidos, nem se digna honrar-nos com sua confiança.³⁸

Novamente, parece ser um caso de um protesto da oposição pela imprensa, muito comum na época. Só que, infelizmente, o texto tem certo grau de verdade; não há praticamente dados sobre essa arma, que era adiantada em termos de artilharia mundial. Não sobreviveram exemplares, desenhos ou mesmo seus dados técnicos. Tudo reforçando a nossa noção de “pré-história” da ciência e tecnologia. É muito difícil se traçar o histórico dessa arma, justamente por não ter sido adequadamente documentada.

O período de maior influência da Comissão começaria em 1863. Com a questão Christie, ela foi encarregada de elaborar e efetivar um plano de fortificações para o Império, sendo diretamente responsável pelas obras realizadas no Rio de Janeiro. As imponentes fortalezas de São João e Santa Cruz, que são muito apreciadas por turistas, tiveram suas principais obras feitas por oficiais a serviço da Comissão de Melhoramentos, usando os princípios mais avançados da época. A CMM também gerenciou a compra dos canhões raiados Whitworth e La Hitte, assim como as armas Minié, que seriam usadas na Guerra do Paraguai, fazendo com que o Exército entrasse no conflito com equipamentos — pelo menos no que tange ao armamento — tão bons quanto os usados nos melhores exércitos europeus.

Durante o conflito, a Comissão foi responsável pela aquisição e testes de armamentos e outros equipamentos, como pontes de campanha e ambulâncias. Por exemplo, um comerciante americano ofereceu metralhadoras Gatling para o Exército em 1865, e essas foram examinadas pela CMM, na presença do imperador e seus genros. A arma, contudo, ainda era muito primitiva e não foi aprovada nos testes.³⁹ Muitas outras foram experimentadas, como as clavinas de repetição Spencer, que teriam um efeito mortífero nos campos de batalha do Paraguai.⁴⁰ Mesmo com o conflito em andamento, foram feitas experiências para a adoção de novos fuzis, visando um equipamento padrão para *depois* das hostilidades, como as provas competitivas de 1868, que levaram à escolha da carabina Comblain, regulamentares no Exército de 1873 até 1892.⁴¹ Deve-se dizer que, nesses trabalhos, o Conde D’Eu teve uma importância vital,

pois, como comandante geral da Artilharia, presidiu a Comissão por vários anos.

Depois da Guerra, os trabalhos de desenvolvimento e pesquisa no Exército continuaram. É dessa época a produção da primeira série sistemática de manuais destinada à instrução da tropa, como o *Manual do Aprendiz artilheiro* (1870), a *Nomenclatura da Arma Comblain* (1873), organizada pela comissão de melhoramentos do Material do Exército, a *Nomenclatura explicada e manejo da Clavina de Repetição Winchester* (1882), organizada pela comissão de melhoramentos do material do exército e a *Nomenclatura explicada do Revolver Gérard* (1885), “organizada pela Comissão de Melhoramentos do Material de Guerra sob a presidência de sua alteza o senhor marechal de exército Conde D’Eu”. Esses textos podem parecer meramente de instrução, mas foram importantes para estabelecer a doutrina do Exército até então.

Outra função da organização foi a de acompanhar os desenvolvimentos técnicos que ocorriam no exterior, pois, como colocou um dos seus presidentes interinos, “Não há dia que não seja testemunho de um aperfeiçoamento importante, de um progresso notável no armamento das praças e baterias de costa”.⁴² Por sua vez, o trabalho da CMM permitia que o autor escrevesse que o país estava acompanhando as mudanças, o autor do documento escrevendo que o Brasil não devia nada nesse ramo da defesa e armamento costeiro, pois “este progresso imenso, [é] atestado pelos formidáveis engenhos de destruição, que defendem com tanta eficácia o nosso porto [do Rio de Janeiro]”.⁴³

Para manter os oficiais da tropa informados, era feita a publicação da *Revista da Comissão de Melhoramentos do Material do Exército*, com artigos técnicos, não só na área que chamaria-

mos de “ciência e tecnologia”, mas também no campo da doutrina militar, infelizmente, uma publicação que hoje é praticamente impossível de ser encontrada. A CMM também mantinha um museu com as armas usadas nas experiências para adoção de equipamentos. Pelo menos parte do acervo desse Museu se encontra hoje na Academia Militar de Agulhas Negras, porém os objetos, lamentavelmente, foram danificados por ordens inconsequentes que mandaram inutilizar os equipamentos em exposição, mesmo que não mais estivessem em condições de uso.

Pouco depois da proclamação da República, a Comissão foi reformulada e passou a se chamar “Comissão Técnica Militar Consultiva”.⁴⁴ Com um novo regulamento, a organização teve um aperfeiçoamento importantíssimo: previa que a nova organização fosse composta não só por militares do Exército, mas também da Marinha, suas funções sendo de

(...) estudar todos os progressos das ciências aplicáveis ao material de guerra empregado pelas tropas de todas as armas, sobretudo pela artilharia e engenharia militar e **naval**, bem assim a tudo quanto é relativo ao serviço das intendências e comissariados militares. Examinará também e dará parecer sobre as novas invenções e projetos apresentados aos Ministérios da Guerra e da Marinha, acerca dos assumptos peculiares a cada uma destas duas repartições da administração superior do Estado.⁴⁵

A questão da participação de oficiais da Marinha e as funções da nova organização, que não seriam afeitas apenas ao Exército, mostram um avanço conceitual imenso: até então, a Marinha e o Exército eram completamente apartados em termos de suas políticas de aquisições, usando armas e equipa-

mentos diferentes, o que gerava desperdícios e problemas de suprimento. Por exemplo, a Marinha no final do Império chegou a utilizar ao mesmo tempo quatro tipos diferentes de fuzis: Mauser 1870, Westley-Richards e Kropatschek modelos 1878 e 1886, todos com munições diferentes, não só umas das outras como das usadas pelo Exército. Assim, os cartuchos para essas armas não podiam ser fabricados pelas instalações do governo, tendo que ser importados. Com a nova organização se padronizou, até certo ponto, a questão de armamento e equipamento das forças, implicando a adoção do fuzil Mauser, primeiro no modelo 1895, depois no 1908, tanto pelo Exército quanto pela Marinha, padronizando o equipamento e munição das duas forças por dezenas de anos.

O fim de uma trajetória

A linha de desenvolvimento da área de pesquisa sofreu um forte baque no final do século XIX, em uma situação que pode ser explicada, em parte, pela demanda por reformas surgida no contexto dos problemas da Campanha de Canudos. Há muito tempo, existia uma grande discussão entre os oficiais chamados “tarimbeiros”, que não tinham os cursos de suas armas, mas competiam com “doutores”, oriundos das academias militares. Dizia-se que estes últimos tinham um conhecimento muito formalístico, portanto eram vistos como incapazes de lidar com os problemas práticos das forças em operações. A solução encontrada foi facilitar a formação do oficial: o congresso autorizou em 1897 “a reorganização dos estabelecimentos de ensino militar, devendo reduzir os estudos teóricos e ampliar os práticos...”.⁴⁶

Por lei aprovada então, o curso da Academia Militar foi reduzido a apenas dois anos, inclusive para as armas técnicas, com a ideia de dar uma formação prática aos alunos. Só que isso era um reflexo contra os oficiais considerados “doutores”, do tipo daqueles que compunham a Comissão Técnica. O resultado dessa forma de visão, que qualificava — não sem razão — os oficiais técnicos como não sendo adequados às necessidades do Exército, foi um longo período de descaso para a pesquisa científica local, pelo menos dentro das forças armadas. A Comissão Técnica, por exemplo, foi extinta em 1899 e chegou a circular a proposta de fechar o curso de engenharia de combate, os candidatos à profissão devendo ser enviados para estudar no exterior. Essa situação só se modificou com os projetos nacionalistas da década de 1920, mas isso escapa ao tema do presente texto, assim como a breve consideração de que, atualmente, as Forças Armadas se encontram, de certa forma, em uma situação inferior à que havia na década de 1890: cada força tem sua própria política de aquisições e equipamentos, levando a situações *sui generis*, como cada uma delas usar armas diferentes. De fato, o Brasil é um dos poucos países da América do Sul que tem padrões próprios de uniformes de combate — mas cada Força tem sua própria camuflagem, o que é um desperdício e pode gerar confusões. Algo que se tentou resolver em 1891, mas que persiste até hoje.

Lamentavelmente, não podemos nos alongar sobre a história da pesquisa científica nas Forças Armadas; note-se que nada abordamos sobre a Marinha, uma força que teve uma extensa atividade nesse campo no século XIX. Como colocado, vivemos uma situação de “pré-história”, não havendo, *ainda*, documentos

conhecidos que permitam se traçar uma verdadeira história do tema no Brasil.

Os arquivos da Comissão de Melhoramentos e da Comissão Técnica Militar Consultiva foram recolhidos ao Arquivo do Departamento Central do Exército em 1910,⁴⁷ mas não foram preservados. Assim, hoje é muito difícil recuperar-se o que aconteceu no campo. Como já mencionado, não encontramos arquivos com

as revistas das Comissões, e mesmo as coleções do antigo Museu são tratadas com um inacreditável desprezo. Essa situação não se pode repetir ou prosseguir. É necessário que a legislação existente proteja os arquivos de unidades extintas ou que não sejam mais correntes, enviando-os ao Arquivo Histórico do Exército, para que efetivamente se cumpra a missão de preservação da memória do Exército. ☉

¹ Ver: SEARS, Todd Richard. *War as Art or Science: A Humanist Vision*. Monterey: Naval Postgraduate School. 1992. Mais famoso é o capítulo do livro *Da Guerra* sobre a questão: CLAUSEWITZ, Carl Von. *On War*. Harmondsworth, Penguin Books, 1984. Capítol III.

² CHILDS, John. *Armies and warfare in Europe: 1648-1789*. New York: Holmes and Meier, 1982. p. 98.

³ No Brasil, por exemplo, a 4ª das “Diretorias Gerais” do Ministério da Guerra, criadas em 1860 para terem o papel de um Estado-Maior do Exército, era totalmente formada por civis, a repartição sendo responsável por assuntos contábeis do Ministério. Ver BRASIL. *Decreto nº 2.677, de 27 de outubro de 1860*. Aprova o Regulamento para a Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, Repartições do Ajudante-General do Exército e Quartel Mestre General e Contadoria-Geral da Guerra.

⁴ Ver, por exemplo, *RELAÇÃO do Estado das Fortalezas, que guarnecem a Marinha desta capitania de Pernambuco, sua artilharia, munições, petrechos e guarnições*. S.d. [1763]. Mss. Biblioteca Nacional. A graduação de condestável desapareceu com a extinção das guarnições fixas dos fortes, os “pés de castelo”, no governo do marquês de Pombal.

⁵ Por exemplo, o documento: BRASIL – Arsenal de Guerra. *Relatório do Arsenal de Guerra, relativo ao ano de 1869*, Dr. Francisco Carlos da Luz, diretor interino, 18 de abril de 1870. Mss. Arquivo Nacional, colocava que os comandantes das companhias de operários militares do Arsenal tinham de ser oficiais das “armas científicas”, não devendo ser dirigidos por “oficiais sem instrução”, “como manda o regulamento”.

⁶ BRITO, João Rodrigues de. *Cartas econômico-políticas sobre a agricultura, e comércio da Bahia, pelo desembargador João Rodrigues de Brito*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821. p. 38.

⁷ MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Repertório da legislação militar atualmente em vigor no exército e armada do Império do Brasil compilado e oferecido a S.M. o senhor D. Pedro II por...* Rio de Janeiro: Tipografia. Imp. e Const. de Seignot-Plancher, 1834. p. 62.

⁸ SCHULZ, John. *O exército na política: origens da intervenção militar: 1850-1894*. São Paulo: EDUSP, 1994. p. 210.

⁹ BRASIL – Decreto nº 1.535 de 23 de janeiro de 1855. *Cria um Batalhão de Engenheiros*. Artigo 4º.

¹⁰ Curiosamente chamados de “Hussardos de Curitiba”, reproduzindo o nome das famosas unidades de cavalaria ligeira húngaras, outra área periférica que tinha influenciado em muito os exércitos europeus. Cf. OFÍCIO de D. Luís de Souza, Morgado de Mateus, ao conde de Oeiras, sobre a formação de tropas de milícias em São Paulo. s.d. [1767]. *DOCUMENTOS Interessantes para a história e costume de São Paulo, vol. XIX. Correspondência do Capitão General D. Luís Antônio de Souza. 1767-1770*. São Paulo: Companhia Indústria de São Paulo, 1896. p. 87.

¹¹ BRASIL – Casa Imperial. *Recomendação para que seja criado o Imperial Observatório do Rio de Janeiro*. 7 de julho de 1827. <http://www.on.br/conteudo/institucional/historico/criaon.html>. Acesso em abril de 2016.

¹² Aumento do quadro do corpo de engenheiros. *Diário do Rio de Janeiro*, 11 de setembro de 1854.

¹³ BRASIL – Decreto de 1º de dezembro de 1824. *Dá organização aos corpos do Exército*.

¹⁴ Apesar de se associar a Independência ao dia 7 de setembro, os combates começaram antes: em 10 de junho de 1822, forças portuguesas atacaram o forte e saquearam a vila de Itaparica (BA) e quinze dias depois, patriotas da vila de Cachoieira capturaram uma escuna portuguesa que bombardeava a povoação,

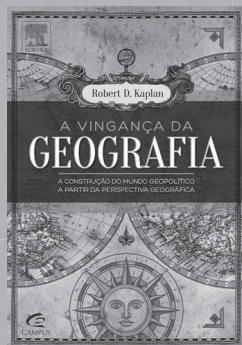
- dessa forma fazendo com que a guerra durasse três anos e um mês. VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História da Independência do Brasil*. Belo Horizonte, ed. Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1981. p. 270.
- 15 CARREIRA, Liberato de Castro. *História Financeira e Orçamentária do Império do Brasil*. Brasília: Senado, 1980. pp. 127 e segs.
- 16 DONATO, Hernani. *Dicionário das Batalhas Brasileiras*. São Paulo: IBRASA, 1987.
- 17 EWBANK, Luís Henrique d'Oliveira. Capitão de artilharia. A arma de artilharia no Brasil. *Indicador Militar: Gazeta Quinzenal*. 1º de maio de 1862. Ano 1, nº 9. p. 140.
- 18 BRASIL – Ministério da Guerra. Aviso do Ministro da Guerra, João Paulo dos Santos Barreto, ao Diretor do Arsenal de Guerra, João Paulo Pardal, 9 de abril de 1847. Determinando-se ao Tenente General Graduado Presidente da Comissão de Instrução Prática de artilharia que os respectivos exercícios sejam feitos pelos oficiais e praças da referida arma que se acham estudando na Escola Militar, de tarde nesse Arsenal de Guerra, dois dias por semana, nas vésperas de domingo e dias feriados. Mss. Arquivo Nacional.
- 19 *Ibid.*
- 20 BRASIL – Ministério da Guerra. Aviso do Ministro da Guerra, João Paulo dos Santos Barreto, ao Diretor do Arsenal de Guerra, João Paulo Pardal, 10 de abril de 1847. Encarregando o diretor do Arsenal de organizar as instruções para manejo e manobras de artilharia a cavalo.
- 21 BRASIL – Comissão de Prática de Artilharia. Ofício do Marechal de Campo João Carlos Pardal ao ministro da Guerra, Manoel Felizardo de Souza e Mello, 30 de novembro de 1848. *Diário do Rio de Janeiro*, 11 de dezembro de 1848.
- 22 BRASIL – Decreto 705, de 5 de outubro de 1850. *Determina quais as Instruções por que se devem regular as manobras e exercícios das diferentes armas do Exército*.
- 23 Por exemplo: VASCONCELOS, Francisco de Paulo. *Serviço das peças de campanha, movimento dos armões e serviço das peças de praça ou de costa montadas em reparo a Onofre*. Rio de Janeiro: typ. B. X. Pinho de Souza, 1858.
- 24 BRASIL – Ministério da Guerra. *Relatório apresentado à assembleia geral legislativa na quarta sessão da nona legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios da Guerra, Marquês de Caxias*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1856. p. 26
- 25 BRASIL – Decreto nº 663 de 24 de dezembro de 1849. *Cria uma Comissão de Melhoramentos do Material do Exército*. Parágrafos 1 a 4.
- 26 *ibid.*
- 27 EXPOSIÇÃO Nacional, XXI. *Diário do Rio de Janeiro*, ano LVII, nº 71, 12 de março de 1862.
- 28 INSTRUÇÕES dadas ao Senhor Capitão João Carlos Villagran Cabrita para exames de pólvora a que vai proceder na Província da Bahia em cumprimento do Aviso da data de hoje. Arsenal de Guerra da Corte, 29 de setembro de 1854. Mss. Arquivo Nacional.
- 29 BRASIL – Arsenal de Guerra. Ofício de Alexandre Manoel Albino de Carvalho ao ministro da Guerra, Jerônimo Coelho, sobre classificação de pólvora de acordo com as notas da Comissão de Melhoramentos do Material do Exército.
- 30 Cabeça de juízo acanhado; entendimento curto.
- 31 EXPOSIÇÃO Nacional, XXI. *op. cit.*
- 32 BRASIL – Comissão de Melhoramentos. Ofício do Presidente da Comissão de Melhoramentos João Paulo dos Santos Barreto, Marechal de Campo, aprovando os cartuchos de espingarda de agulha na composição do Doutor Guilherme Schüch de Capanema, em 14 de dezembro de 1850. Mss. Arquivo Nacional.
- 33 OLIVÉRIO, Luiz Maria de Mello. *Estudo sobre as armas de fogo portáteis ou catecismo do atirador*. Rio de Janeiro : Tipografia da Escola de Serafim José Alves, 1880. p. VII.
- 34 Para uma discussão sobre o tema, ver: CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Os primórdios da Indústria aeroespacial no Brasil: O foguete de Halle do Museu Histórico Nacional. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Vol. XXVI, 2002. pp. 297 e segs.
- 35 BRASIL – Comissão de Melhoramentos. Ofício dos membros da comissão José Mariano de Matos e Guilherme de S. Capanema ao General presidente da Comissão, João Paulo dos Santos Barreto, sobre as atividades executadas desde junho de 1854. Magé, Fábrica de pólvora da Estrela, 9 de Junho de 1855.
- 36 EXPOSIÇÃO Nacional, XXI. *op. cit.*
- 37 A Comissão Prática, como dissemos acima, tinha tido seu nome alterado seis anos antes.
- 38 O MILITAR, *apud* LIMA, Ana Paula Almeida. *Engenheiros fardados no império: a modernidade no pensamento dos*

- egressos da Escola Militar*. Porto Alegre: PUC, 2013. Tese de doutorado. p. 137.
- ³⁹ GAZETILHA – Espingarda Repetidora. *Jornal do Comércio*, 14 de dezembro de 1865.
- ⁴⁰ Para uma discussão sobre a adoção dessa arma, ver: CASTRO, Adler Homero Fonseca de. A clavina Spencer, *Jornal Armaria*, ano III, nº 12.
- ⁴¹ BRASIL – Comissão de Melhoramentos. Relatório dos trabalhos da Comissão de Melhoramentos do Material do Exército durante o ano de 1868. Presidente Interino da Comissão, José de Vitória Soares de Andrea, Marechal de Campo. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1869.
- ⁴² BRASIL – Comissão de Melhoramentos *Relatório do presidente interino da Comissão de melhoramentos do material do exército, José de Vitória Soares de Andrea, ao ministro da Guerra Exército*. Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1875. Mss. Arquivo Nacional.
- ⁴³ *id.*
- ⁴⁴ BRASIL – Decreto nº 433 de 4 de julho de 1891. *Denomina Comissão Técnica Militar Consultiva a atual Comissão de Melhoramentos do Material de Guerra e dá-lhe novo regulamento*.
- ⁴⁵ *id.* o grifo é nosso.
- ⁴⁶ BRASIL – Lei nº 463, de 25 de novembro de 1897. *Autoriza a reorganização dos estabelecimentos militares de ensino*.
- ⁴⁷ BRASIL – Boletim do Exército, nº 37, 21 de Fevereiro de 1910. *Sobre o recolhimento ao arquivo do Departamento Central os existentes na biblioteca desse Departamento dos extintos comandos da Comissão de Melhoramentos, Material de Guerra, Comissão Técnica Consultiva e direção Geral de Artilharia*.

NR: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

A vingança da Geografia

Robert D. Kaplan



KAPLAN, Robert D. **A vingança da Geografia:** a construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica. Tradução Cristiana de Assis Serra. 1. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

O autor da obra é analista geopolítico da empresa de consultoria e inteligência global Stratfor, ex-membro do Conselho de Políticas de Defesa do Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América (EUA) e ex-professor visitante da Academia Naval de Annapolis, da Marinha dos EUA. Robert Kaplan tem diversos livros e artigos publicados em outros periódicos, entre eles a revista *Foreign Affairs*.

Robert Kaplan defende, como tese principal de *A vingança da Geografia*, a importância primordial dos fatores fisiográficos como condicionantes da geopolítica mundial. A esses fatores o autor se refere como “geografia”. Assim, logo após o término da Guerra Fria, quando se questionava a importância dos aspectos da geografia física como determinantes geopolíticos e quando a geografia humana e os meios tecnológicos pareciam ter vencido obstáculos naturais, como relevo e hidrografia, alguns eventos nos campos

político e militar lembraram aos estudiosos e planejadores geopolíticos e militares que a análise dos aspectos naturais ainda é fundamental, e que esses aspectos ainda influenciam profundamente a aplicação do poder aos territórios. A lição foi decorrente de eventos e tendências políticas, como a movimentação geoestratégica da China em seu litoral, em direção ao Pacífico e ao Índico, e da Rússia, em direção à Europa Central, entre outros. No campo militar, as dificuldades vivenciadas pelos EUA nos territórios longínquos e hostis do Oriente Médio e da Ásia Central também reforçaram a centralidade da geografia.

Assim, o autor explora o papel primordial do homem ao modificar o meio em que vive, constituindo-se em agente central da Geopolítica. Entretanto, a tese central da obra consiste na análise de como os fatores físicos dos territórios, as condições fisiográficas — relevo, hidrografia,

vegetação, clima, litoral — e o posicionamento geográfico ainda são fatores primordiais para as análises geopolíticas. Conforme o título sugere, a geografia [física] teria recentemente se vingado daqueles que não lhe tinham dado a devida importância quando de suas análises geopolíticas e planejamentos estratégicos e operacionais militares.

A obra é dividida em três partes: “Visiões”, “O mapa do começo do século XXI” e “Braudel, México e a estratégia geral”.

Na primeira parte, o autor aplica as teorias clássicas da geopolítica de Mackinder, Spykman e Mahan à realidade atual. No capítulo referente ao Mapa Eurasiático, Kaplan justifica e, assim, amplia o entendimento do leitor acerca do movimento de expansão recente da Rússia, em sua tentativa de consolidar o Heartland de Mackinder, “um dos principais dramas geopolíticos de nosso tempo”. Quando percorrendo sobre o poder marítimo, Kaplan explora a adoção, pelos EUA, dos fundamentos geopolíticos de Julian Corbett, ao mesmo tempo em que explica como a aplicação dos ensinamentos de Alfred Mahan tem influenciado a atuação das marinhas de guerra da China e da Índia, bem como a ação da Rússia ao anexar a Crimeia. Ao abordar a Tese do Rimland, de Nicholas Spykman, o autor explica como a necessidade de conquistar as bordas do Heartland de Mackinder decifra muitos dos desafios contemporâneos, a atual ordem multipolar e a centralidade do eixo América do Norte-Eurásia. Além disso, com interesse para o Brasil, destaca-se a interpretação de Mackinder sobre a geopolítica da América do Sul, com seu litoral norte voltado para o Caribe — assim, dentro da esfera de influência dos EUA — e com a

Amazônia constituindo-se em dissociador continental e isolador do Cone Sul, comparada ao Saara com relação à África Subsaariana. Esse paradigma desafia a tradicional divisão do continente em Américas do Norte, Central e do Sul.

Ainda nessa parte de sua obra, Kaplan explica como a utilização de princípios da geopolítica por Karl Haushofer a serviço do nazismo distorceu o estudo da Geografia como importante ferramenta para a aplicação do poder aos territórios, um desfavor ao campo da Geopolítica, que até hoje a mantém estigmatizada em todo o mundo. Além disso, Kaplan fala sobre a tese da crise de espaço de Paul Bracken e sobre os novos desafios da Geopolítica, decorrentes muitas vezes do intenso processo de urbanização contemporâneo. Finalmente, Kaplan analisa as mudanças de paradigmas liberais e realistas dos anos 1990 e do início do século XXI, com repercussões para as intervenções nos Balcãs e no Oriente Médio, e trata dos desafios do Grande Oriente Médio, o “Oikoumene” de Marshall Hodgson, entre outros assuntos. Nessa primeira parte do livro, fica muito bem caracterizada a aplicabilidade e a atualidade das teorias clássicas da Geopolítica, o que faz com que a obra se constitua em instrumento valioso do estudo de casos de aplicação dessas teorias.

Na segunda parte da obra, “O mapa do começo do século XXI”, o autor passa a aplicar os pressupostos geopolíticos apresentados na primeira parte da obra a diferentes espaços geográficos: a Europa e os desafios demográficos e os decorrentes de suas heterogeneidades geográficas e históricas; a Rússia, com a insegurança de seu vasto território, desprovido de obstáculos naturais, e sua decorrente tendência preventiva

de expansão; a Índia e seu dilema geográfico (divisões internas reforçadas por dissociadores territoriais internos, diversidade religiosa e cultural e constantes ameaças advindas de seu entorno); a China e sua imensa demanda por recursos estratégicos a impulsionar seu poder terrestre para a Ásia Central e seu poder marítimo para os oceanos Índico e Pacífico, causando conflitos de interesse crescentes no Mar da China; o Irã como pivô da estabilidade ou da instabilidade do Grande Oriente Médio e, em consequência, do mundo; e, finalmente, o antigo Império Otomano e suas pendências territoriais pós-Primeira Guerra Mundial ainda na pauta Geopolítica mundial.

Nessa parte da obra, da Geopolítica Clássica aplicada, a centralidade dos aspectos fisiográficos continua a ser evidenciada, enriquecida por elementos característicos de paradigmas humanistas muitas vezes presentes, como as teorias do Desafio e Resposta, de Arnold Toynbee, e do Choque de Civilizações, de Samuel Huntington, embora tais paradigmas não sejam mencionados como sendo aspectos constituintes dessas teorias. Além disso, as interações com a História apresentadas por Carlos de Meira Mattos em sua obra *Geopolítica e Modernidade* (2002) também são sempre evidentes, bem como a importância igualmente primordial da ação humana e de suas interações com os espaços naturais.

Na última parte do livro, “Braudel, México e a Estratégia Geral”, o autor defende a importância da estabilidade do México e da integração dos

Estados Unidos com as Américas do Norte e Central e com o Caribe para que se atinjam os objetivos da grande estratégia norte-americana. Assim, os desafios demográficos e a instabilidade mexicana seriam vitais para a manutenção dos EUA como potência e contraponto a uma Ásia cada vez mais integrada. Nessa parte da obra, fica bastante evidente a Geopolítica voltada aos aspectos populacionais — migrações e demografia. Esse capítulo encerra uma referência expressa a Braudel, um dos historiadores fundadores da Escola dos Annales, fazendo mais uma menção à importância da história nos estudos da Geopolítica.

A obra encerra com o mencionado capítulo sobre a Estratégia dos EUA. Parece faltar um capítulo de conclusão, que retomasse os pontos principais de sua tese central e a reforçasse, buscando relacionar ideias distintas que comprovassem a importância da Geopolítica Clássica como uma das grandes chaves para a compreensão da(s) novas(s) ordem(ns) mundial(is) e como ferramenta indispensável para o estudo da aplicação do poder aos territórios, nos campos externo e interno. Ainda assim, a obra é esclarecedora e bastante valiosa para o estudo da Geopolítica Clássica e do século XXI, uma referência das mais importantes. Além disso, a expressão militar do poder encontra-se frequentemente no centro da discussão. Recomendo fortemente sua leitura por professores, instrutores e estudantes das Ciências Militares, particularmente nos estudos estratégicos e geopolíticos.

RESENHA ELABORADA POR Túlio Endres da Silva Gomes

Ten Cel Cav (AMAN/95), instrutor do Centro de Estudos Políticos e Estratégicos – Instituto Meira Mattos (ECEME).

Biblioteca do Exército

Tradição e Cultura



Desde sua criação, em 1881, a Biblioteca do Exército (BIBLIEX) tem sido importante vetor de difusão cultural. Seu acervo de consulta está à disposição do público civil e militar, com obras sobre História Militar, Relações Internacionais, Geopolítica, Estratégia e outros assuntos correlatos.

Em 1937, iniciou um programa editorial que firmou a tradição pela qualidade de suas publicações, as quais são distribuídas aos seus assinantes e também disponibilizadas para venda avulsa.

Seja um assinante da BIBLIEX!
Receba livros e revistas a preços com desconto.

As publicações da BIBLIEX são obras de natureza profissional-militar e de cultura geral.

Livros da Coleção General Benício e revistas são disponibilizados para civis e militares mediante assinatura, uma forma de aquisição que oferece ao cliente as seguintes vantagens:

- ✓ comodidade de recebimento em seu endereço, por via postal;
- ✓ preço com expressivo desconto;
- ✓ pagamento facilitado para militares (em até 12 vezes);
- ✓ pagamento mediante Guia de Recolhimento da União (GRU).

Visite nossa homepage
www.bibliex.ensino.eb.br

assinantes@bibliex.ensino.eb.br / vendas@bibliex.ensino.eb.br

Tel.: (21) 2519-5715 e 2519-5716 / 2519-5732 e 2457-4747

Fax.: (21) 2519-5569

Consórcio Nacional POUPEX

Planeje a realização de seus sonhos

IMÓVEL, CARRO, MOTO E SERVIÇO

VANTAGENS

- atendimento personalizado.
- as melhores taxas.
- alto índice de contemplação.
- agilidade na liberação da carta de crédito.
- grupos financeiramente equilibrados.
- garantia da FHE.



Conheça as condições no site
fhe.org.br/consorcio

Para militares da ativa e inativos, seus pensionistas, cônjuges e filhos, os servidores civis das Forças Armadas e seus pensionistas, os empregados do Banco do Brasil S/A e outros mediante contrato de convênio.

ESCRITÓRIO REGIONAL NO RIO DE JANEIRO/RJ - ESCRJ

Praça Duque de Caxias - Ala Cristiano Ottoni (PDC) - 3º Andar - Centro - 20221-260
Rio de Janeiro/RJ - Fone (21) 2196-4444 - Fax (21) 2196-4440



Fundação
Habitacional
do Exército



Associação
de Poupança
e Empréstimo

Consulte os endereços e telefones dos Pontos de Atendimento da FHE no site www.fhe.org.br

Central de Teleatendimento ao Cliente 0800 61 3040 Ouvidoria 0800 647 8877 Central de Teleatendimento aos Surdos 0800 646 4747

FINANCIAMENTO PARA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO



JUROS BAIXOS

PARA O PÚBLICO EM GERAL

(21) 2196-4444

WWW.POUPEX.COM.BR/FMCG

Com a POUPEX, aquele projeto de construir ou reformar o seu imóvel e de comprar armários planejados se materializa. Você pode financiar o material de construção, na loja de sua preferência, no valor de até R\$ 200 mil. Os juros são baixos, a liberação do crédito é ágil e você pode pagar em 96 meses. Além de todas essas facilidades, há uma equipe de profissionais para orientá-lo. Materialize já o seu sonho. **Visite o Escritório Regional do Rio de Janeiro, no Palácio Duque de Caxias - Centro.**





Biblioteca do Exército

**Cada vez mais a serviço dos ideais,
dos valores e das necessidades da
cultura militar brasileira.**

www.bibliex.ensino.eb.br

ISSN 0011-7641

